



Revista Extensão Rural

**DEAER/ PPGExR – CCR
Ano XV, n° 16, Jul – Dez/2008**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Prof. Clóvis Silva Lima

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Prof. Dalvan José Reinert

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Prof. Alessandro P. Arbage

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural: Prof. Renato Santos de Souza

Editores: Prof. José Marcos Froehlich e Prof. Marco Antônio Verardi Fialho

Conselho Editorial: Ademir A. Cazella (UFSC); Arlindo Prestes de Lima (Unijuí); Alessandro P. Arbage (UFSM); Ângelo Brás Callou (UFRPE); Benedito Silva Neto (Unijuí); Canrobert Costa Neto (UFRRJ); Eli Lino de Jesus (UFPR); Flavio Sacco dos Anjos (UFPE); Humberto Tommasino (UDELAR/Uruguai); João Carlos Canuto (EMBRAPA Meio-Ambiente); José Antônio Costabeber (EMATER/RS); José Geraldo Wizniesvky (UFSM); Lauro Mattei (UFSC); Mário Riedl (Unisc); Marcelo M. Dias (UFV); Paulo Waquil (UFRGS); Pedro S. Neumann (UFSM); Renato S. de Souza (UFSM); Ricardo Thornton (INTA/Argentina); Rosa C. Monteiro (UFRRJ); Sérgio Schneider (UFRGS); Vicente C. P. Silveira (UFSM); Vivien Diesel (UFSM).

Estagiário (bolsista FIEIX): Jefferson Gonçalves Acunha / Capa – Acesso D

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:** 300 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural.
N.1. (jan/dez. 1993)-
_____. Santa Maria, 1993

Semestral
n.16 (jul/dez. 2008)
ISSN1415-7802
1. Extensão rural

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes – CRB 10/1160
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

A **Revista Extensão Rural** dedica-se a publicar estudos científicos a respeito do Desenvolvimento Rural Sustentável e os problemas a ele vinculados. Ela encontra-se indexada pelos seguintes sistemas:

- Internacional: AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

- Nacional: AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

Revista Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS- Brasil
CEP: 97119-900
Fone: (55)32208354/8165 – Fax: (55)32208694
E-mail: revista.ext.rural@smail.ufsm.br
Web-sites:
www.ufsm.br/extensaorural
www.ufsm.br/extrural

SUMÁRIO

MOVIMENTOS CAMPONESES E QUESTÕES AMBIENTAIS: POSITIVAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA? Everton Lazzaretti Picoletto Marcos Botton Piccin	05
CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ARRANJOS SILVIPASTORIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO – SC Luis Antonio dos Santos de Freitas Karen Follador Karam Sergio Leite Guimarães Pinheiro	37
POLÍTICAS PÚBLICAS E QUILOMBOLAS: QUESTÕES PARA DEBATE E DESAFIOS À PRÁTICA EXTENSIONISTA Alexandra Santos Sheila Maria Doula	67
O ESTADO DA ARTE DO ENSINO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL Angelo Brás Fernandes Callou Maria Luiza Lins e Silva Pires Maria Rosário F. Andrade Leitão Maria Salett Tauk Santos	84
ASPECTOS DA CADEIA PRODUTIVA DO MILHO E AS RELAÇÕES COMERCIAIS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E MATO GROSSO (1994/95-2005/06) Argemiro Luís Brum Alexandra Luft	117
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	144

MOVIMENTOS CAMPONESES E QUESTÕES AMBIENTAIS: POSITIVAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA?

Everton Lazzaretti Picolotto¹

Marcos Botton Piccin²

Resumo

Os movimentos camponeses estão passando por mudanças em seu repertório de pautas e em seu formato de organização. Com a entrada de pautas ambientais no repertório de lutas (preservação ambiental, defesa da biodiversidade, do conhecimento tradicional e das culturas locais) e a transnacionalização da organização camponesa através da constituição da Via Campesina, os movimentos camponeses estão se tornando agentes centrais da contemporaneidade. O objetivo deste artigo é analisar como as questões ambientais têm reconfigurado o repertório de pautas dos movimentos camponeses. Para atingir esse objetivo, parte-se de um referencial teórico da sociologia ambiental; analisa-se como as questões ambientais estão sendo assimiladas pelos movimentos camponeses; e como estas questões tem reconfigurado os programas destes movimentos. A entrada de pautas ambientais tem possibilitado aos movimentos camponeses, além de melhoras na relação com os movimentos ambientalistas, possibilidades de positivação da agricultura camponesas por estarem sendo incorporadas preocupações ambientais.

Palavras-chave: movimentos camponeses, questões ambientais, Via Campesina.

¹ Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Endereço: Rua Eryl de Almeida Lima, nº 188, apart. 302, Camobi, Santa Maria-RS, CEP: 97105-120. E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br.

² Médico Veterinário pela UFSM, Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Rua Maria Bicego, 115 fundos, Vila Santa Isabel, CEP: 13084-461 Campinas/SP. E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br.

MOVEMENTS BY FARMERS AND ENVIRONMENTAL SUBJECTS: THE AGRICULTURE FARMER'S POSITIVATION?

Abstract

The movements by farmers are going through changes in its repertoire of topics and in its organization format. In addition, with the introduction of environmental topics in the repertoire of requests (environmental preservation, defense of the biodiversity, of traditional knowledge and local cultures) and the farmer organization's trans-nationalization through the constitution of the called 'Via Campesina', the movements of farmers became central agents of the contemporary period. Therefore, the objective of this article is to analyze as the environmental subjects have rearranged the repertoire of the movements farmers' topics. Moreover, in order to achieve that, the research is based on a theoretical reference of the environmental sociology; it is analyzed as the environmental subjects are being assimilated by the farmers' movements; and as these subjects have rearranged the programs of these movements. Thus, the introduction of environmental issues has been making possible to the movements beside of improvements in the relationship with the environmental movements; possibilities of the agriculture farming positivation due environmental concerns are being incorporated.

Keywords: farmers' movements, environmental subjects, Via Campesina.

INTRODUÇÃO

Os movimentos camponeses do período contemporâneo têm passado por algumas mudanças tanto no seu repertório de pautas quanto no seu formato de organização. No que se refere ao repertório de pautas de luta os movimentos camponeses têm incorporado como centrais as questões relacionadas à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais. No que tange ao formato de organização a constituição da Via Campesina, como uma organização internacional de movimentos camponeses, tem possibilitado a articulação de lutas comuns em nível global.

Estas mudanças no repertório e na forma de organização dos movimentos camponeses têm objetivo de fazer frente à configuração recente do modo capitalista de exploração agrícola que tem gerado

aumento da degradação ambiental, ameaças à biodiversidade e desvalorização dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais. Nessa conjuntura, a condição de protagonismo que os movimentos camponeses têm assumido coloca-os entre os principais agentes sociais da atualidade que tem pautado o debate político em torno das questões ambientais, principalmente a partir da formação da Via Campesina.

Diante da incorporação dessas questões nas pautas dos movimentos camponeses, da formação de uma organização mundial e da importância que estes movimentos têm adquirido na contemporaneidade, este artigo tem por objetivo analisar como as questões ambientais reconfiguram o repertório de suas pautas de lutas. Para isso, procura-se, em primeiro lugar, tratar de maneira breve da entrada da questão ambiental na sociologia e da formação de um campo chamado de sociologia ambiental; em segundo lugar, analisa-se como a incorporação de questões ambientais na pauta desses movimentos tem reconfigurado a forma destes conceberem a natureza e motivado a redescoberta do valor dos conhecimentos tradicionais, da biodiversidade e dos territórios dos camponeses; por fim, procura-se explorar como esses movimentos pertencentes à seção brasileira da Via Campesina têm incorporado as questões ambientais nos seus programas, para isso elegeu-se para análise, particularmente, as suas apropriações particulares da noção de agroecologia. Para a elaboração do artigo utilizou-se como fonte de informações os documentos produzidos pelos movimentos, por seus intelectuais orgânicos e entrevistas com estes últimos.

A AFIRMAÇÃO DE UM CAMPO “AMBIENTAL” NA SOCIOLOGIA

A entrada de questões ambientais no campo da sociologia tem sido marcada por algumas controvérsias. Alguns autores têm assinalado a necessidade dos sociólogos expressarem uma maior preocupação com a questão ambiental, uma vez que muitos problemas ambientais da atualidade têm sua raiz em processos de mudança social (economia, cultura, ciência, política). Porém, essa reorientação da sociologia não tem se mostrado uma tarefa fácil de ser cumprida, uma vez que, de acordo com Lenzi (2003), a própria negligência do “natural” e a defesa da preponderância do “social” estaria na razão de ser da própria sociologia,

notadamente da vertente da sociologia durkheiminiana (dominante por longo período da história da disciplina). Aliada a esta questão Woodgate e Redclift (apud Costa Neto, 2004, p.116) chamam a atenção que na sociologia a discussão sobre “meio ambiente” encontra-se “em uma posição bastante ambivalente”, pois, se por um lado, “meio ambiente” vem sendo considerado “um produto cultural como outro qualquer”, por outro, “a análise sociológica, ao rechaçar o determinismo biológico e as teorias evolucionistas, se distancia dos temas relacionados com a natureza”. Assim, percebe-se, de imediato, que: 1) há dificuldade de entrada do “ambiente” como variável importante da análise sociológica; 2) a análise sociológica tem tratado dicotomicamente tanto a chamada “natureza”, quanto o “social”, como se o próprio “social” não mantivesse uma relação metabólica com a “natureza”, estabelecendo influências recíprocas em co-determinação, tendo na sua unidade a unidade da própria natureza.

As discussões acerca da relação entre sociologia e questão ambiental tomaram força no final dos anos 70 e início dos anos 80. Nesse período, os sociólogos norte-americanos Riley E. Dunlap e William R. Catton propuseram a criação de uma “sociologia ambiental”. Sua proposta tinha como ponto de partida uma crítica à sociologia clássica por sua ênfase demasiada no social em detrimento do natural. Segundo avaliação recente do próprio Dunlap (2002, p.3), estas contribuições iniciais assinalaram em particular que a “tradição durkheiminiana de explicar os fenômenos sociais só em termos de outros ‘fatos sociais’[...] tem levado os sociólogos a ignorar o mundo físico em que vivem os seres humanos”.

Além dos trabalhos de Catton e Dunlap terem dado impulso inicial à sociologia ambiental e terem elaborado uma forte crítica ao “antropocentrismo” da sociologia clássica, estes autores também deram origem a uma corrente da sociologia ambiental que ficou conhecida como “realista” (Guivant, 2002; Lenzi, 2007). No entanto, além da formação desta corrente no campo ambiental da sociologia, constituiu-se uma outra corrente oposta a esta, no que se refere à forma de abordar as questões ambientais, amparada na perspectiva do “construtivismo social” e impulsionada na sociologia principalmente pelo livro “A construção social da realidade” de Berger e Luckmann (1973). Assim, para Guivant, o campo da sociologia ambiental desenvolveu-se através do debate entre os paradigmas realistas e construtivistas e o conflito entre estes atravessa a história dessa sociologia.

Os primeiros defendem a existência objetiva dos problemas ambientais independentemente da forma pela qual os atores sociais os percebem. Os segundos centram-se sobretudo nas representações sobre os problemas ambientais, não dando igual importância à verdade a respeito de um problema ambiental, mas ao modo como se define e que significados ele recebe de diversos grupos e atores sociais (Guivant, 2002, p.72).

Para a perspectiva realista “o estudo das interações entre meio ambiente e sociedade compreende o núcleo da sociologia ambiental” (Catton e Dunlap, 1979, apud Lenzi, 2003, p.21). Assim, como a ação humana depende da existência do meio ambiente para esta se desenvolver, esta abordagem entende que o ambiente deve ser considerado como um elemento fundamental da análise sociológica. Para esta perspectiva “não haveria nenhum processo inicial através do qual a cultura filtrasse o sentido da informação que nos chega do meio ambiente” (Costa Neto, 2004, p.121). Nessa perspectiva, o meio ambiente não pode ser representado simplesmente através de uma construção social, seja mediante a linguagem ou simbolicamente.

A sociologia ambiental realista constitui-se como “uma crítica materialista à sociologia predominante”, pois o “objetivo da sociologia do meio ambiente é demonstrar que o entorno biofísico é importante para a vida social e que, ao que parece, processos sociais como as relações de poder e os sistemas culturais tem uma base ou substrato material subjacente” (Buttel, 2002, p.32). Assim, a principal consequência dessa perspectiva da sociologia ambiental parece ter sido chamar atenção para o “enraizamento material da vida social” (id.).

Se a perspectiva realista da sociologia ambiental fez emergir o ambiente natural ou material como um dos condicionantes do social, a perspectiva do construtivismo social permitiu que essa sociologia percebesse que existem diferentes percepções sobre o natural e que as apropriações singulares do natural revelam relações de poder. Nesse sentido, a perspectiva construtivista se propõe entender como os indivíduos atribuem significados a seus mundos, como o conhecimento e as “verdades” sobre a natureza e suas relações com o humano são socialmente construídas. Nessa perspectiva, tem-se que toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma idéia do que seja a natureza e com isso institui a si mesma. Assim, a natureza não existe por si, uma vez que as

representações sociais a este respeito são resultado da relação entre natureza e sociedade. Ela é criada e instituída socialmente segundo os referenciais materiais e culturais de cada sociedade ou grupo social. Nesse entendimento, a compreensão sobre a natureza constitui um dos pilares através do qual os seres humanos estabelecem as suas relações sociais, sua produção material e subjetiva, enfim, a sua cultura.

Desde a perspectiva construtivista na sociologia ambiental as principais questões que têm sido estudadas se referem particularmente ao papel da incerteza na análise dos riscos ambientais e tecnológicos. Sem negar a existência de uma realidade objetiva nem o poder causal independente dos fenômenos naturais, levanta-se a necessidade de entender os conflitos que não só atravessam as relações entre peritos e leigos, mas também dividem a própria comunidade científica, pelo fato de que, por exemplo, a definição de um incidente de poluição, um padrão de qualidade ambiental ou um alimento seguro depende de julgamentos sociais em combinação com evidências científicas (Guivant, 2002).

Contudo, para Dunlap (2002, p.15) a perspectiva do construtivismo social, ao menos em sua variante mais “dura”, teria algumas limitações. Segundo seu juízo essa perspectiva “afirma que o meio ambiente (e nossas relações com ele) é uma construção puramente social’ no sentido de que ‘é simplesmente um produto da linguagem, do discurso, e dos jogos de poder’”. Diante dessa definição, “o construtivismo duro ‘nega a importância da natureza como um objeto externo à experiência humana’” (id.). Assim, para o autor, essa perspectiva tenderia a secundarizar as possibilidades de examinar as relações entre a sociedade e seu entorno, porque não reconheceria nada (ao menos nada conhecível) externo à sociedade humana e, em função disso, “sugere um papel muito limitado” para as análises sociológicas dos problemas ambientais.

Uma das principais críticas que os representantes da corrente realista colocam ao construtivismo social, segundo Guivant (2002), seria a de que este cai num relativismo sobre as verdades dos problemas ambientais que levaria a uma passividade política. Por seu lado, os construtivistas defendem-se argumentando que os realistas não podem assumir-se com o direito de falar pela “natureza”, porque os conhecimentos são parciais e baseiam-se em julgamentos de valor. Assim, mesmo a ciência poderia ser considerada como “situada”, pois esta é feita por seres humanos, que têm cargas culturais, que estão em determinado lugar social e imersos em relações de poder. Dessa forma, para os construtivistas não é

possível se construir explicações sociológicas do que é “o” real em absoluto, tendo em vista que as percepções da natureza e dos problemas ecológicos são diversas.

Apesar dos conflitos entres estas abordagens, para Buttel (2002, p.42), as questões principais neste campo da sociologia seguem girando em torno da ênfase relativa que os autores colocam na “natureza biológica/ecológica” ou na “natureza distintivamente social das sociedades humanas”. Porém, no período mais recente, abriram-se possibilidades de se procurar articular elementos das duas abordagens no campo da sociologia ambiental. Para Buttel (id.) “estas perspectivas, longe de serem irreconciliavelmente contraditórias, apresentam grandes oportunidades para sua mútua fecundação”. Também Dunlap (2002, p.20) reconhece que “as análises das interações entre a sociedade e o meio ambiente claramente foram enriquecidas (e, com freqüência, complexificadas) com a maior conscientização dos sistemas simbólicos e socioculturais ligados a vários aspectos do entorno que fomenta quem mantém uma orientação construtivista”.

Um dos autores da sociologia ambiental que tem feito esforços teóricos visando superar a dicotomias material/natural versus social é Richard Norgaard, através da formulação da noção de coevolução . Para ele os seres humanos coevoluem conjuntamente com os sistemas ambientais, ambos influenciando-se mutuamente. Dessa forma, o “desenvolvimento pode ser descrito como um processo de coevolução entre os sistemas sociais e meio-ambientais” (2002, p.171). A partir dessa abordagem pode-se procurar explicar como as atividades humanas modificam “os ecossistemas e como os ecossistemas estabelecem um marco para a subsequente ação individual e organização social” (Woodgate e Redcliff, apud Costa Neto, 2004, p.122).

Portanto, na visão de Norgaard, tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura, mediante uma recíproca pressão seletiva. Trata-se de uma visão co-evolutiva do mundo: co-evolução social e biológica, co-evolução entre natureza e cultura, donde deriva-se, neste âmbito, a criação e valorização de noções como biodiversidade e diversidade cultural (Froehlich, 2004, p.132).

Assim, entender os recursos naturais como algo que está dentro dos sistemas ambientais pode ser uma chave importante para compreender as relações entre natureza e sociedade.

Se a sociologia ambiental contemporânea tem procurado articular realismo e construtivismo e, segundo Norgaard, esta deveria tratar da mútua determinação entre os sistemas ambientais e sociais, uma opção metodológica que procure tratar tanto dos elementos materiais/ambientais, quanto dos elementos socioculturais para analisar os movimentos camponeses parece uma boa opção.

OS MOVIMENTOS CAMPONESES E O (RE)DESCOBRIMENTO DA NATUREZA: AMBIENTALISMO CAMPONÊS?

Os movimentos camponeses no Brasil tradicionalmente se constituíram por reivindicação de acesso à terra, por melhores condições de trabalho e pela constituição de formas autônomas de organização socioeconômica (Medeiros, 1989). Até os anos de 1950 as lutas deste segmento social se deram de forma isolada e fragmentada. Somente nesse período é que foi introduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) a categoria política “camponês” buscando identificar segmentos sociais variados do campo e visando articulá-los em nível nacional (Martins, 1983; Stedile, 2002). Constituíram-se, então, a partir desse período, as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).³ As pautas destes movimentos centravam-se, basicamente, na luta por reforma agrária e por direitos trabalhistas. Devido à expressividade que estes movimentos alcançaram, com o golpe militar de 1964, passaram a ser reprimidos e desmobilizados (Medeiros, 1989).

No bojo do processo de redemocratização do país iniciado a partir do final dos anos de 1970, novos movimentos camponeses surgiram e as pautas por reforma agrária e por direitos trabalhistas voltaram a ser

³ Além da atuação do PCB na organização de movimentos camponeses, também contribuíram para a constituição destes movimentos a Igreja Católica e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em alguns casos a ação de um desses agentes se dava em oposição aos outros, como no Rio

destacadas, juntamente com reivindicações de ampliação dos espaços de cidadania (direitos políticos, sociais e culturais) e questionamentos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Nesse processo surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as “oposições sindicais” ao sindicalismo da CONTAG que viria a formar o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, mais recentemente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Alguns destes movimentos desde sua origem já se contrapunham ao modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro estimulava para a agricultura (produção especializada de monoculturas voltadas para exportação), destacando preocupações ambientais. Os seringueiros da Amazônia, por exemplo, além de lutarem por reforma da estrutura agrária, também incluíam em suas lutas a reivindicação da criação de “reservas extrativistas” para preservar os seringais nativos, pois na sua ótica “a floresta tinha mais valor em pé do que derrubada” (Medeiros, 1993). O sindicalismo cutista rural, além de questionar as políticas estatais de estímulo aos monocultivos de soja no Sul do país, também procurou estimular a recuperação do policultivo tradicional, de sementes crioulas, o desenvolvimento de “tecnologias alternativas” adaptadas para a pequena agricultura e o estímulo ao cultivo de produtos de forma orgânica.⁴ O MAB e o MST, tanto ao questionarem as obras de construção de barragens quanto a estrutura concentrada dos recursos naturais (materializados na “terra”), questionaram, quando olhado com maior cuidado, formas de usos de recursos naturais e, principalmente, as desigualdades no acesso a estes recursos.

Se considerarmos que o que está no centro das reivindicações desses movimentos é um questionamento de uma determinada distribuição ecológica na sociedade brasileira, seríamos levados a considerar que desde a origem esses movimentos camponeses possuem um cunho ambiental. Ou seja, a partir das elaborações de Alier (1997) estamos considerando a distribuição ecológica como uma distribuição desigual dos recursos

Grande do Sul, onde o PTB ajudava a constituir o MASTER e a Igreja Católica combatia esse movimento acusando-o de “comunista” e de levar a “baderna” para o campo.

⁴ Piccolotto (2006) faz uma análise pormenorizada das pautas de luta e dos projetos do sindicalismo cutista no Sul do Brasil.

ecossistêmicos no âmbito das sociedades contemporâneas, caracterizadas, por este ponto de vista, pela propriedade privada dos recursos produtivos.⁵ Porém, mesmo que estes movimentos já tratassem de forma indireta (ou vaga) algumas questões ambientais nos anos 80, foi somente com a constituição da seção brasileira da Via Campesina no final dos anos de 1990 que as pautas ambientais entraram de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações de alguns dos movimentos rurais dos mais importantes da atualidade, como o MST, o MPA e o MMC⁶. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais sem terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas em cerca de 175 países da América, Ásia, África e Europa (FIAN; Via Campesina, 2004). Segundo Fernandes (2004, p.2), em seus documentos “a Via Campesina registra que tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (VIA CAMPESINA, s.n.t.)”. Além disso, segundo Borrás (2004, p.3):

Vía Campesina se ha revelado como un actor principal en las actuales luchas populares internacionales contra el neoliberalismo que, entre otras cosas, exigen responsabilidades a las agencias intergubernamentales, se enfrentan y se oponen al control corporativo sobre los recursos naturales y la tecnología, y defienden la soberanía alimentaria. Además, ha contado con un papel destacado en campañas de gran polémica política como, por ejemplo, las dirigidas contra la OMC, los gigantes corporativos mundiales como McDonalds, y los organismos modificados genéticamente (OMG) y las multinacionales que los fomentan, como Monsanto.⁷

⁵ Na medida em que estes movimentos defendem as condições de vida locais, a dinâmica da biodiversidade e/ou questionam os direitos de propriedade, estes movimentos camponeses podem ser considerados “ambientais”; mesmo o MST que até meados da década de 1990 tinha forte simpatia ao padrão tecnológico da chamada “revolução verde” e rejeitava a alcunha de ecologista. Fundamentalmente, esses movimentos tendem a colocar em xeque um valor social tomado como natural na sociedade capitalista: o direito de propriedade da terra que conforma, também, o direito privado do uso de conhecimentos socialmente gerados, que por sua vez naturaliza poderes assimétricos de domínios sobre o território ecossistêmico entre os indivíduos e classes sociais (Moreira, 2004).

⁶ O Movimento de Mulheres Camponesas é herdeiro político do MMTR.

⁷ Grifos nossos.

Ainda segundo Borrás (2004), com os processos de globalização econômica, de aumento dos riscos ambientais e de diminuição do poder dos Estados Nacionais, os movimentos camponeses foram estimulados a se internacionalizar, sem perder seu caráter nacional e local.

Uno de los resultados de este cambio se concreta en el surgimiento de movimientos sociales rurales ‘policéntricos’ (‘redes coordinadoras con diversos centros de poder’ ubicados en distintos planos: internacional, regional, nacional y local) que luchan por construir estructuras coordinativas más coherentes para alcanzar, al mismo tiempo, una mayor integración vertical (Borrás, 2004, p.4-5).

Atualmente a Via Campesina é a principal “rede” de movimentos camponeses articulada em nível mundial. A constituição da seção brasileira da Via Campesina se deu oficialmente no ano de 1999. Os movimentos brasileiros que fazem parte desta organização são: o MST, o MAB, o MPA, o MMC e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

Como apontado, os movimentos sociais do campo ligados à Via Campesina têm procurado promover lutas de enfrentamento em escala global à apropriação privada dos recursos naturais (biodiversidade é um dos principais), tecnologias e conhecimentos tradicionais sobre os recursos da natureza, além de defenderem a soberania alimentar; para sintetizar, lutam para interferir na distribuição ecológica atual entre grupos e classes sociais. Estes movimentos entendem que os conhecimentos sobre as plantas e os animais que estão sendo alvos de patentes e de apropriação privada, foram produzidos por sucessivas gerações humanas em sua relação com ambiente onde viveram e, portanto, estes deveriam ser patrimônio do grupo social herdeiro ou da humanidade. Nas palavras de um intelectual orgânico da Via Campesina no Brasil:

A busca do resgate, conservação e preservação da biodiversidade e do meio ambiente nas práticas da produção agropecuária e florestal, assim como da sanidade dos alimentos e matérias-primas para a agroindústria dos camponeses, demanda maneiras de se relacionar com a natureza e com os homens que ensejam suplantam as práticas de exploração do trabalho e de degradação do meio ambiente

intrínsecas ao modelo capitalista de produção agropecuário e florestal (Carvalho, 2007, p.3-4).

Se, como se apontou com a discussão da sociologia ambiental e da distribuição ecológica, as atribuições de sentido à natureza e aos humanos é situada e revela relações de poder, então se pode pensar a luta dos movimentos camponeses contra a apropriação dos recursos naturais pelas empresas capitalistas (e o conhecimento científico moderno) e pela preservação do “conhecimento tradicional” dos camponeses, não somente como uma luta política pelo controle dos recursos naturais, mas também como luta pela atribuição de sentido aos bens naturais e uma forma de produzir e de relacionar-se com a natureza. De uma forma mais ampla, pode-se interpretar que existe uma disputa por determinada compreensão sobre a *natureza*, as relações que se deve ter com ela e a forma que os seres humanos podem fazer uso dos recursos naturais. Os desfechos desta disputa tendem a beneficiar determinados agentes sociais em detrimento de outros.

Para procurar compreender a luta por atribuição de sentido à natureza e pela forma de produzir entre os movimentos camponeses e empresas capitalistas convêm, antes de tudo, tratar de algumas diferenças entre a forma de relacionamento desses agricultores (que mobilizam, muitas vezes, o que se concebe como “conhecimentos tradicionais”) e da ciência convencional com a natureza, pois duas formas de mediação e concepção são mobilizadas; mesmo considerando que estas diferenças não podem ser absolutizadas, mas que possuem princípios diferentes de relação.

Consideramos que os agricultores/as dos movimentos camponeses em destaque neste artigo tendem a conceber a natureza como um conjunto que abarca sua vida, onde as chamadas leis da natureza seriam também as leis da vida, resultado dos processos de socialização. Nesse sentido, o “conhecimento tradicional” pode ser definido como um saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos de modo oral de geração em geração. Não existe, assim, uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim certa continuidade entre ambos (Diegues, 2000). É importante reconhecer também que estes agricultores, na maioria das vezes, tiveram uma *história incorporada* por processos vividos fora do sistema educacional formal. Suas visões de mundo, valores, saberes e suas concepções de sociedade foram construídas nesses

processos e tende a constituir *modelos de ação* (Bourdieu, 1996). Nos referimos, especialmente, aos diversos segmentos sociais de diversas regiões do país conhecidos e representados como: “caipira”, “caiçara”, “tabaréu”, “caboclo”, “sitiante”, “agregado”, “morador de favor”, “colonos do sul” (Moreira, 2005; 2006). Neste modo de conhecimento a coevolução entre o meio ambiente e os seres humanos constitui o mundo sociocultural.

A ciência convencional tende a encarar a biodiversidade como “a variabilidade entre seres vivos de todas as origens” (Diegues, 2000, p.31). Nessa concepção, a biodiversidade é uma característica do “mundo chamado natural”, um recurso, produzida exclusivamente por este “mundo” e que pode ser analisada segundo categorias classificatórias da ciência. Assim, entende-se a biodiversidade como “fruto exclusivo de interações entre os elementos e funções do mundo natural” (id. p.32). Como a ciência moderna considera a biodiversidade *em si*, não levando em consideração a influência humana na sua produção, o conhecimento das populações tradicionais, na maioria das vezes, também é descartado por ser considerado impreciso e “carregado de misticismo e magia”. Ou seja, a ciência constituiu-se tentando operar uma disjunção entre as atribuições culturais e o meio físico natural na busca das verdadeiras leis científicas que explicassem seu funcionamento. Essa concepção instrumental da natureza funda e legitima a ação das empresas capitalistas que exploram indiscriminadamente os recursos naturais. Contudo, nesse aspecto, poderíamos argumentar, que o conhecimento do meio físico natural *em si* é impossível de ser acessado pelos humanos, pois qualquer forma de conhecimento é sempre uma atribuição cultural a um fenômeno físico, relativo a cada conjunto de princípios que funda uma determinada visão de mundo.

Ao contrário da ciência convencional que pretende olhar a natureza de “fora”, os camponeses não só tendem a considerarem-se como parte dela, como também nomeiam e classificam as espécies vivas e os recursos inanimados segundo suas próprias categorias, nomes e utilidade. Essa “diversidade de vida não é vista como ‘recurso natural’, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia” (Diegues, 2000, p.31). Nesse sentido, pode-se falar numa *etnobiodiversidade*, ou seja, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a.

Dessa forma, para Diegues (2000, p.32), pode-se concluir que “a biodiversidade pertence *tanto ao domínio do natural [quanto] do cultural*, mas é a cultura como conhecimento que permite que as populações tradicionais [camponeses] possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la”. Além disso, pode-se ainda acrescentar a essa análise que quando olhado esse processo de aprimoramento da biodiversidade gerado pelos camponeses sob a luz da noção de coevolução de Norgaard, pode-se acrescentar que os camponeses e a biodiversidade de seu lugar evoluem conjuntamente, determinando-se mutuamente. Assim, não é só a biodiversidade que evolui com a ação humana, mas os homens e as sociedades evoluem conjuntamente com as mudanças da natureza, enriquecendo-se na medida em que a biodiversidade se enriquece ou empobrecendo-se na medida em que diminui a riqueza da biodiversidade. É uma via de mão dupla onde o homem contribui na determinação da natureza e ao mesmo tempo em que é também determinado por ela.

Assim, pode ser considerado que os camponeses e a biodiversidade participam de um espaço, pertencem a um *lugar*, um território como *lócus* em que se produzem as relações sociais e simbólicas. São parte de um agroecossistema, de base material/natural e cultural/simbólica ou de um *etnoagroecossistema local*, como chamaram Sevilla Guzmán e Molina (2005). Para estes autores grande parte do conhecimento humano sobre a biodiversidade foi produzido pelos camponeses através das suas inter-relações com o ambiente em que estão inseridos e os seres vivos de seu lugar.

Embasados em concepção semelhante os movimentos sociais articulados na Via Campesina têm reivindicado direitos sobre os conhecimentos sócio-historicamente produzidos sobre a biodiversidade e têm apontados os riscos ambientais que as práticas de exploração predatória dos recursos naturais podem trazer.

Desde o princípio da formação deste movimento camponês internacional esta questão esteve presente. Como destacado por Alier (1995, p. 102):

el insipiente movimiento ecologista popular relacionado con la biodiversidad agrícola plantea dos cuestiones: el reconocimiento (y discutiblemente el pago) de los Derechos de los Agricultores sobre los recursos genéticos por ellos

conservados y mejorados *in situ*; en segundo lugar, el acceso en condiciones favorables, posiblemente gratis, a las variedades conservadas y mejoradas *ex situ*, con al argumento que los materiales genéticos originarios provienen de la agricultura tradicional y que nada se ha pago por ellos.

Em documentos mais recentes relacionados à temática da preservação da biodiversidade a Via Campesina destaca a intenção de buscar a valorização e a preservação do conhecimento camponês e da diversidade genética produzidas:

Opomo-nos que privatizem e patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena. Os genes, a vida, são propriedade da própria vida. [...] Camponeses, homens e mulheres, pequenos agricultores, junto com pescadores e artesãos, os povos indígenas e as comunidades negras, historicamente somos quem conserva, cria e maneja sustentavelmente a biodiversidade agrícola, que foi, é, e será a base de toda a agricultura (Via Campesina, 2003, p.23-24).

A discussão feita por esta organização camponesa internacional acerca da preservação da diversidade genética e do conhecimento camponês está intimamente relacionada com a construção da agroecologia. Inclusive alguns autores que tem influenciado fortemente a construção da agroecologia como temática de pesquisa das ciências sociais e de ação política a ela relacionada ligam a agroecologia com a discussão sobre o modo de produzir e viver do campesinato.

Sevilla Guzmán e Molina (2005), visando estabelecer ferramentas teóricas que possam auxiliar os movimentos camponeses a combater as políticas neoliberais na América Latina (que visam apresentar a inevitável evolução da agricultura familiar para o agronegócio, no contexto da agricultura industrializada em sua atual versão transgênica), apresentam a agroecologia como alternativa. Para isso, destacam que a “solução para o problema socioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar” (Sevilla Guzmán; Molina, 2005, p. 11) Assim:

Dado que a agroecologia supõe o manejo dos recursos naturais surgido desde as identidades dos etnoagroecossistemas locais; a existência desta matriz sociocultural pode contribuir com um elemento essencial na configuração de um potencial endógeno humano que mobilize a ação social coletiva em que se baseia a agroecologia [...]. (id., p.14).

Na perspectiva agroecológica, então, “o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social” ele é também “uma forma de manejar os recursos naturais vinculadas aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de ‘camponesidade’” (id., p.78).⁸ Assim, “o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução (Norgaard, 1994) que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental” (Sevilla Guzmán; Molina, 2005, p.81-82). Por isso, para estes autores, a agroecologia identifica-se como “genérica do campesinato na história”, sua forma de trabalhar e o conhecimento que a sustenta com relação ao manejo dos recursos naturais.

Esta tentativa de buscar, na “forma de manejar os recursos naturais” do campesinato, bases para um projeto de agricultura ecológica, em oposição ao modelo de agricultura moderna convencional, está fortemente ancorada numa concepção clássica acerca do campesinato. Para Alier (1995, 107), as raízes desta concepção estão na “ideologia de resistencia campesina contra la agricultura moderna” que se chamou de “agrarismo” (no México), “narodnismo” ou “populismo pro-campesino” (na Europa do leste a partir de 1870). Porém, Alier (1998, p.155) chama atenção que “a vinculação ideológica explícita entre ‘agrarismo’, ou ‘narodnismo’, ou populismo pró-camponês’ (todos sinônimos) e o ecologismo é recente”. Esta vinculação surgiu, mais fortemente, com a formação de um movimento “agrarista-ecológico” internacional “que tem

⁸ Para estes autores a matriz sociocultural e produtiva camponesa deve servir de base para a elaboração de uma nova agricultura calcada na agroecologia. Disso resulta que o grau de “camponesidade” das práticas agrícolas pode ser indicativo de aproximação de práticas sustentáveis ou de afastamento delas. Quanto maior o grau de “camponesidade” de determinada prática agrícola maior sua sustentabilidade e quanto menor a “camponesidade” das práticas mais afastadas da sustentabilidade elas estão.

destacado o trabalho do campesinato no desenvolvimento dos recursos genéticos” (id.), a Via Campesina.⁹

Seguindo linha semelhante, a base teórica do livro “*O campesinato no século XXI*” organizado por Horácio Martins da Carvalho, em nome da Via Campesina no Brasil, está fundamentada nas elaborações de Chayanov (um dos maiores expoentes do “populismo russo”), Tepich (marxista polonês que teorizou sobre a resistência camponesa no capitalismo), além de um marxismo heterodoxo.¹⁰

Carvalho (2005) destaca que, diante da multiplicidade dos modos de apropriação da natureza e dos saberes utilizados para controlar o seu proveito, as famílias camponesas desenvolveram uma racionalidade que lhes é própria, ainda que plena de diversidade histórica, étnica e territorial: a *racionalidade camponesa*. Essa racionalidade apóia-se em dois elementos centrais: a *garantia continuada de reprodução social da família* e a *posse sobre os recursos da natureza*. Dessa forma, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (id., p.170).

O *camponês* constitui-se, assim, para Carvalho (2005, p.171), “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Dessa forma, a Via Campesina ao mesmo tempo em que tem procurado resgatar os conhecimentos tradicionais camponeses, a biodiversidade e apresentar a agroecologia como um modelo agrícola alternativo e uma forma particular de relacionar-se com a

⁹ Recentemente “Nasceu internacionalmente a consciência da perda de biodiversidade agrícola e silvestre e, por sua vez, o alarme ante os possíveis efeitos sociais e, possivelmente, os incertos efeitos ecológicos provenientes das novas biotecnologias.” (Alier, 1998, p.155).

¹⁰ Chayanov (1974) desenvolveu estudos socioeconômicos acerca das unidades econômicas camponesas na União Soviética. Para ele, os camponeses não trabalham com objetivo de obterem lucros, mas com intenção de satisfazerem suas próprias necessidades. Para isso, seguem uma lógica diferenciada da racionalidade instrumental capitalista e que obedece a uma lógica de equilíbrio entre o *consumo* e o *trabalho* da família. Já o polonês Tepicht (1973) caracterizou a economia camponesa como um modo de produção particular: o “modo de produção camponês”. Este modo de produção não é gerador de uma formação socioeconômica particular, mas ele está presente nas formações existentes, adapta-se e internaliza, à sua maneira, em cada formação socioeconômica, ao mesmo tempo em que deixa, com maior ou menor intensidade, a sua marca. Assim, para Tepicht, os camponeses possuem grande capacidade de resistência e de adaptação e essa capacidade de resistência fundamenta-se no que chama de *forças marginais e não transferíveis* do estabelecimento camponês, que seriam os “serviços dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, velhos e crianças, além da margem de tempo disponível pelo chefe de família” (Tepich, 1973, p.37-38).

natureza, ela também tem procurado centrar suas ações no enfrentamento ao modelo de agricultura moderna especializada, representada, principalmente, pelos grandes monocultivos tecnificados e pelas empresas capitalistas transnacionais detentoras de grande parte do direito de exploração do material genético da agrobiodiversidade.

Por traz dessa luta está, como se buscou tratar durante este artigo, uma disputa sobre o significado da natureza¹¹, o conhecimento sobre os recursos naturais e os direitos sobre o patrimônio genético da biodiversidade. De um lado, para concepções clássicas da ciência convencional e de empresas capitalistas, a natureza tem suas leis que podem ser descobertas pelo método científico. O cientista ou a empresa que produzir a “descoberta” de tais leis deve ter o direito sobre a “propriedade intelectual” da descoberta (conhecimento), podendo também cobrar um preço da sociedade para a sua utilização. Ou seja, nessa concepção o descobridor torna-se dono da descoberta, detentor de uma parte do conhecimento da natureza. Por outro lado, na concepção camponesa e de algumas correntes científicas alternativas, a natureza não pode ser separada artificialmente dos homens. É entendida como o resultado sócio-histórico da inter-relação entre o homem e o meio onde este está inserido. Nessa última concepção de natureza, o conhecimento é historicamente construído como resultado da relação homem-natureza e, assim sendo, não existe um “dono” do conhecimento, mas sim a humanidade (e, portanto, a natureza). O conhecimento acerca da natureza e da cultura defendido pelos movimentos camponeses e algumas correntes científicas alternativas, deve ser utilizado socialmente para o aumento do bem estar coletivo e da harmonia entre homem-natureza.

O controle do conhecimento e o domínio sobre a biodiversidade são fontes de poder que possibilitam às empresas capitalistas definirem como se dão os processos de produção agrícola em grande parte do mundo. Contra essa tendência, como se destacou, têm se erguido os movimentos camponeses que têm procurado articular-se em escala global. Porém, as assimetrias de poderes nessa luta são vultosas, enquanto essas empresas têm ao seu lado boa parte da ciência convencional, apoio do capital financeiro internacional e da maioria dos governos dos Estados Nacionais, os movimentos camponeses e ambientalistas têm se baseado no

¹¹ Não cabe aqui aprofundar a discussão sobre os múltiplos significados que a noção de natureza adquire em diferentes momentos do conhecimento humano, outros trabalhos já fizeram isso, a exemplo de Lenoble (1990), Whitehead (1993) e Froehlich (2002; 2004).

resgate e fortalecimento dos saberes ditos tradicionais e em algumas correntes científicas (que mesmo diante do crescimento de sua importância continuam minoritárias). Além disso, têm ao seu lado alguns movimentos ambientalistas, setores de governos de Estados Nacionais e algumas Organizações Não Governamentais (ONG's). Neste sentido, tal conflito não revela apenas concepções muito diferenciadas da relação homem-natureza, mas também formas díspares de conceber o desenvolvimento das sociedades humanas.

Diante da constituição desse campo de luta pela definição dos significados da natureza, pela formas de utilização dos recursos naturais e os conhecimentos sócio-historicamente produzidos, onde os movimentos camponeses são um dos principais agentes, fica evidente que estes movimentos além de serem “sociais” (na medida em que definem adversários e projetos sociais), também são “ambientais”, pois estão sendo permeáveis às questões ambientais contemporâneas. Na medida em que estes movimentos têm atuado contra determinadas formas de utilização de recursos e de conhecimentos da ciência convencional, consideradas insustentáveis ou injustas, contrapõem-se tanto social e politicamente, quanto ambientalmente contra os agentes da exploração agrícola capitalista “moderna” (empresas nacionais e transnacionais, cientistas convencionais, governos, etc.); neste sentido, podem ser considerados movimentos sócio-ambientais. São sócio-ambientais também na medida em que propõem novas bases tecnológicas para a agricultura calcadas no que tem se chamado de “agroecologia” (Picolotto, 2008). No tópico seguinte procuramos explorar como a entrada de questões ambientais tem reconfigurado o repertório de lutas dos movimentos camponeses brasileiros e, particularmente, como a noção de agroecologia tem sido incorporada nas pautas destes movimentos.

MOVIMENTOS CAMPONESES E NATUREZA: O ANCORADOURO ECOLÓGICO

A incorporação da noção de agroecologia nos programas dos movimentos sociais é um dos exemplos de como as questões ambientais têm sido incorporadas tanto como forma de enfrentar o modelo de

desenvolvimento da agricultura promovido pelas empresas transnacionais, quanto forma de tentar (re)criar um modelo agrícola camponês, como vem sendo formulado por importantes autores.

Para Sevilla Guzmán o campesinato é uma “forma de manejar” os recursos naturais que permite a reprodução do homem e da natureza (que são um todo) conservando a biodiversidade ecológica e sociocultural. A agroecologia, dessa forma, é uma forma de entender e atuar para “campenisar” a agricultura, a pecuária e o florestamento, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e idosos), de classe (não exploração do trabalho pelo capital), de espécie (não esgotamento dos recursos naturais disponíveis), de gênero (contrária à visão androcêntrica), de identidade (não exploração entre etnicidades) (Sevilla Guzmán 2000; Sevilla Guzmán e Mielgo, 2002). Assim, nessa compreensão a agroecologia além de ser uma forma de produção agrícola, também se constitui de elementos socioculturais.

Definições semelhantes têm sido elaboradas por intelectuais orgânicos e movimentos da Via Campesina no Brasil. Carvalho (2007), por exemplo, além de definir a agroecologia como uma nova “matriz tecnológica”, também a define como uma “relação homem-natureza” mais harmoniosa na produção agropecuária e florestal, como uma síntese “mais desenvolvida” das iniciativas de geração e implementação de tecnologias sustentáveis tanto do ponto de vista social, quanto ecológico. Em suas palavras:

Tem havido um esforço muito intenso para a conscientização camponesa no que se refere à matriz tecnológica de produção a partir dos princípios gerais da agroecologia. Poder-se-ia dizer que há uma corrente de pesquisadores e de técnicos, nacionais e de outros países, ligados ao campesinato que consideram a *agroecologia, enquanto concepção de matriz tecnológica e de relação homem-natureza na produção agropecuária e florestal, como uma síntese geral e mais desenvolvida das iniciativas de geração e implantação de tecnologias social e ecologicamente sustentáveis* que vêm sendo desencadeadas desde a década de 50 do século passado (Carvalho, 2007, p.6).¹²

¹² Grifos nossos.

Görge (2004), outro intelectual orgânico influente entre os movimentos da Via Campesina, ao tratar das mudanças desejáveis no “modelo tecnológico” da agricultura convencional destaca que é necessário “substituir o modelo tecnológico da Revolução Verde pelo modelo tecnológico da agricultura ecológica, baseado nos princípios da agroecologia” (id.,p.52). Além disso, Görge ressalta que em sua compreensão o “novo modelo tecnológico da agroecologia” deve ser entendido como “restaurador e conservador da fertilidade natural do solo, poupador de energia, produtor de alimentos limpos e saudáveis, utilizando mecanização leve e adaptada à nossa realidade, policultivo, diversificação de culturas e criações, controle biológico de pragas e maior utilização de mão de obra” (id.).

Definições similares de agroecologia com diferentes graus de apropriação e incorporação também aparecem nos programas de ação dos movimentos integrantes da Via Campesina Brasil. Destaca-se, por exemplo, o MST, o MPA e o MMC.

O MST vem adotando preocupações com questões ambientais, segundo Costa Neto e Canavesi (2002), desde seu primeiro Congresso Nacional (em 1985); porém, neste Congresso as indicações de preocupação ambiental eram ainda tímidas. Dez anos depois (1995, em seu terceiro Congresso Nacional) o MST divulgou a “visão de um novo tipo de reforma agrária”, que incorporava preocupações ambientais. Porém, segundo indicação destes autores, foi somente a partir do ano 2000 (no quarto Congresso Nacional) que o MST passou a comprometer-se mais fortemente com a perspectiva da “reforma agrária agroecológica” (id.).

Durante a década de 1990 três fatores foram fundamentais para a identificação progressiva do MST com a agroecologia: a) o fortalecimento do modelo agrícola agro-exportador, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro (que pôs fim às políticas setoriais, preços mínimos e abriu os mercados) e também pela expansão da fronteira agropecuária para o Centro-Oeste do país o que provocou o aumento da escala de produção necessária para a retenção de taxas de lucro e renda da terra, dificultando a viabilidade econômica dos proprietários de “pequenos patrimônios produtivos” (Benetti, 2000); b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina Internacional. Os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento (centrada na formação de cooperativas de

produção especializadas), gerando um processo de revisão e debate sobre a produção agropecuária dos assentamentos rurais. Nesse período, foi iniciado um debate sobre as experiências de organização produtiva nos assentamentos e novas propostas surgiram, dentre elas a agroecologia (CONCRAB, 2004). O terceiro fator colocou as lideranças nacionais e regionais em contato com outras organizações internacionais que já haviam assumido a agroecologia como perspectiva de desenvolvimento produtivo, como forma de valorizar o saber-fazer dos agricultores, geração de renda econômica, proteção do meio ambiente e em contraposição às empresas transnacionais.¹³ Esses elementos somados propiciaram que o debate que já estava sendo realizado internamente ganhasse expressão e começasse a aparecer em documentos e nas declarações públicas dos integrantes desse Movimento. Nesse sentido, em uma cartilha sobre “novas formas de organização dos assentamentos” do MST encontra-se uma orientação no que se refere à agroecologia:

A produção passa necessariamente por um novo padrão produtivo e tecnológico, na produção ecológica ou orgânica com base na agroecologia. Deve-se basear na utilização de recursos naturais, adequados as demandas de forma racional, planejada e integrada às atividades econômicas e o bem estar da saúde e do ambiente natural. [...] Devemos estimular, como fertilizantes do solo, o uso de adubos orgânicos aproveitando o esterco dos animais e, ao mesmo tempo alimentar os animais com a própria produção do assentamento, garantindo saúde para as pessoas e os animais. Garantir a auto-suficiência na produção de sementes e mudas próprias. (CONCRAB, 2004, p.18).

No quinto Congresso Nacional (realizado em 2007) o MST assumiu como um de seus compromissos: “Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2007, sn). Nessa indicação o movimento sem-terra busca se comprometer em defender as sementes crioulas e a biodiversidade e incentivar as “práticas de agroecologia” nos

¹³ Conforme entrevistas de Adalberto Greco Martins e Álvaro Della Torre, assessores da Cooperativa Estadual dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS), concedidas a Marcos Piccin em dezembro de 2005.

assentamentos, porém também se evidencia que este é um processo ainda incipiente, que está em construção e que o MST tenta se colocar como um agente ativo.

Longe de naturalizarmos na análise “o” MST como um movimento homogêneo, as posições políticas contidas em documentos tendem a expressar opiniões das direções e dos quadros intermediários.¹⁴ Essas idéias expressam um projeto político e uma proposta aos agricultores-assentados. Nesse sentido, a agroecologia tem sido apresentada para os assentamentos mais como uma possibilidade que pode ser acionada pelos assentados do que uma receita que estes devem adotar uniformemente (Piccin e Picolotto, 2007). Pois vários fatores podem influenciar na tomada de decisões dos agricultores-assentados quanto às estratégias de reprodução social.¹⁵ Portanto, o fato dessas experiências estarem sendo desenvolvidas mais em alguns assentamentos e menos em outros (ou mesmo alguns não estarem sendo realizadas) não invalida a idéia, mas complexifica e repõe constantes desafios ao projeto político do Movimento.

O MPA, por ser um movimento que se propõe a organizar os pequenos agricultores camponeses, tem procurado articular seu objetivo de defesa da agricultura camponesa e do meio ambiente com a viabilização e geração de renda para estes agricultores. Para isso, entre outras ações, nos últimos anos tem desenvolvido uma proposta de integrar nas unidades camponesas o que tem chamado de sistema agroflorestal com a produção de biodiesel, objetivando ao mesmo tempo tornar os camponeses sujeitos produtores de energia, gerar novas fontes de renda e manter a autonomia relativa da agricultura camponesa. Assim, ao seu juízo a “construção de sistemas agroflorestais onde a combinação de árvores, plantios agrícolas e animais formam um conjunto que produz alimentos, energia, protege os solos e água e gera renda para a família é um dos caminhos mais seguros para reconstrução ecológica da agricultura” (MPA, 2007, p.16). Além disso, o MPA afirma que essas experiências de geração de energia e de domínio

¹⁴ Essa observação vale para as demais organizações aqui analisadas.

¹⁵ Podemos sugerir quatro grandes dimensões de fatores: a) do conjunto de conhecimentos, saberes e lógicas de ação internalizadas numa trajetória anterior ao acampamento e assentamento e da vivência particular da ansiedade, perigos e oportunidades e das significações que deu e dá aos eventos vividos durante esse período; b) das condições culturais objetivas (tidas como naturais, materiais e mercado local) do assentamento, assim como das subjetivações culturais que presentificam suas possibilidades futuras no assentamento, tais como, o que este território *poderia* ou *deveria* produzir; c) do ciclo de vida dos integrantes do núcleo familiar, das redes de relações estabelecidas com técnicos, dirigentes, com o crédito, com canais de comercialização; d) das condições comerciais determinadas, em grande parte, pelos oligopólios e mercado internacional (Piccin e Moreira, 2006).

dos processos de produção, podem ser importantes também para garantir a “autonomia energética” das unidades camponesas de produção, tendo em vista que estes “sistemas agroflorestais” também poderão servir para produzir energia para seu auto-consumo.

Neste contexto a noção de agroecologia utilizada pelo MPA recebe uma adequação aos seus objetivos ou uma apropriação singular, na medida em que esse movimento articula a busca da construção de certa autonomia camponesa com produção de biocombustíveis para geração de renda. Dessa forma, o MPA (2007, p.16-17) adverte, que em sua ótica, o “desafio colocado para a agricultura ecológica é o de construir sistemas agroflorestais que produzam alimento, energia, fibras e outras matérias-primas reproduzindo a lógica limpa, barata, robusta e produtiva da natureza” (id., p.16-17). Para dar suporte à implementação destas iniciativas que articulam produção de alimentos, “agrofloresta” e “biocombustíveis” o MPA (juntamente com o MAB e o MMC) tem construído uma escola para formação de “técnicos em agropecuária ecológica com ênfase em biocombustíveis” (cf. FUNDEP, 2007) no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul. O objetivo do curso, conforme é explicitado, é “capacitar jovens e adultos camponeses(as) [...] para que atuem em projetos de Desenvolvimento Sustentável do Campo, aplicando e desenvolvendo tecnologias de produção de bioenergias nas comunidades camponesas, baseadas na agroecologia” (FUNDEP, 2007, p.13).

No que se refere às proposições do MMC relacionadas às questões ambientais destaca-se, principalmente, a construção de oposição entre o modelo agrícola camponês e o das empresas capitalistas transnacionais. Em um documento do MMC evidencia-se:

Para os capitalistas, a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas são recursos que devem ser explorados conforme seus interesses econômicos. Para nós, camponesas e camponeses, estes elementos da natureza são a base da vida, são riquezas que não têm preço, por isso não podem ser mercantilizadas. Em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, o capitalismo avança sobre o mundo desrespeitando limites, leis, colocando em risco a vida de todos os seres vivos, inclusive da humanidade. [...]

Para nós, camponesas e camponeses a terra deve cumprir função social não comercial, deve alimentar a vida não os lucros. Defendemos a agricultura camponesa que produz comida preservando a biodiversidade, respeitando a

pluralidade cultural das populações e gerando trabalho, renda e dignidade para muita gente (MMC, 2006, sn).

Nessa oposição entre modelos fica nítido que o MMC busca desconstituir a forma de exploração agrícola capitalista qualificando-a como “destruidora” da natureza, da cultura camponesa e da vida, acusando-a de insustentável. No lado oposto, estaria o modelo camponês que, através da inter-relação homem-natureza produziria diversidade tanto do ponto de vista animal e vegetal, quanto cultural. Nesse sentido, o modelo camponês é qualificado como sustentável.

Diante desta construção de oposição entre modelos de exploração agrícola e da especificidade da identidade do MMC, que procura articular as mulheres camponesas, tornou-se possível para este movimento articular sua definição de agroecologia como sinônimo de “agricultura camponesa” e como harmonia das “relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza”, ressaltando, primordialmente, o papel das mulheres nos processos de aprimoramento da agricultura.

As mulheres, desde os primórdios da humanidade, sempre exerceram uma ligação muito forte com a natureza e seus ciclos. Eram as mulheres que, além de coletar os frutos da terra para alimentar o grupo, aos poucos, começaram a semear, plantar e foram aprendendo a controlar a reprodução das espécies. Havia um respeito do ser humano para com a natureza, não destruindo-a, mas preservando-a. A observação da natureza, o aperfeiçoamento das ferramentas, das formas de vestir e de se proteger, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, que hoje, infelizmente, está subordinada ao capital e aos seus interesses. Agora, mais do que nunca, é necessário resgatarmos o sentido da palavra agricultura, entendendo-a como a arte, a cultura de lidar com a terra. Resgatar o cuidado e o grande amor pela vida e pela natureza.

A agroecologia é o princípio da agricultura camponesa que pensa a vida de forma integral e busca essencialmente a harmonia nas relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Viver de forma agroecológica é cuidar e reproduzir a vida, preservando e multiplicando a riqueza e a biodiversidade de nosso planeta. A agroecologia não se resume simplesmente a uma “alternativa” ao

modelo atual, ela é uma estratégia de resistência das camponesas e camponeses que vivem e lutam, cotidianamente, para permanecerem no campo (MMC, 2008, sn)¹⁶.

Segundo a definição deste movimento, os seres humanos são parte da natureza, co-evoluem conjuntamente com ela. Em suas palavras; “Quando envenenamos a terra estamos envenenando nosso próprio alimento. Quando tratamos a terra com respeito, estamos respeitando-nos mutuamente. [...] O futuro depende de nossa atitude com a natureza, pois ela retribui o tratamento que recebe” (MMC, 2008, sn). Nesse sentido, na noção de agroecologia são incluídos tanto elementos técnicos quanto socioculturais. A apropriação da noção de agroecologia do MMC se dá de uma forma ampla, por valorizar tanto os elementos da natureza e da produção agropecuária, quanto os relacionados à cultura camponesa e os relacionados à igualdade entre seres humanos. Nesse sentido, a agroecologia é concebida de forma integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise sobre a entrada de questões ambientais nas pautas dos movimentos camponeses brasileiros pode-se fazer ainda algumas considerações. Os movimentos camponeses, desde sua origem, haviam centrado suas pautas principalmente no questionamento da estrutura fundiária, na reivindicação de políticas públicas para a pequena agricultura, no reconhecimento da mulher agricultora, entre outras. Desde a constituição da seção brasileira da Via Campesina estes movimentos, por terem passado a dialogar com outros movimentos camponeses em nível mundial e com a constatação do domínio cada vez maior das empresas transnacionais sobre os processos de produção agropecuária e florestal, têm reorientado suas pautas no sentido de incorporarem centralmente questões ambientais em seu repertório de lutas. Assim, a busca da aplicação da matriz de produção agroecológica, da construção de relações entre homem-natureza mais harmoniosas, da preservação da biodiversidade, dos conhecimentos

¹⁶ Grifos nossos.

tradicionalis, da cultura local, entre outras, são questões que motivam muitas das ações destes movimentos no período atual.

A incorporação de preocupações ambientais no centro das proposições dos movimentos camponeses não se dá sem intenções de reservar aos camponeses a condição de “guardiões da biodiversidade”, dos conhecimentos tradicionais e da produção de alimentos “limpos”. Assim, estes movimentos ao mesmo tempo em que condenam a forma “predatória” de exploração agropecuária e florestal das empresas transnacionais, buscam positivar o modo camponês de produzir e de se relacionar com a natureza. Nesse sentido, com a mesma intensidade que os movimentos camponeses têm atacado as empresas transnacionais também têm procurado avançar na consolidação de uma via camponesa de produção agropecuária e florestal. A agroecologia, os conhecimentos tradicionais, a preservação e o controle da biodiversidade (das sementes, particularmente) pelos camponeses são passos importantes para desenvolver este formato de agricultura camponesa.

Nesse mesmo processo, como os movimentos camponeses internalizaram pautas ambientais em seus repertórios de ação, estes podem ser considerados atualmente como movimentos sócio-ambientais, por tratarem tanto de questões propriamente “sociais”, quanto ambientais. Essa mudança tem se traduzido principalmente na centralidade que as questões ambientais têm adquirido nos repertórios de ações destes movimentos e nas iniciativas tanto de enfrentamento das empresas capitalistas transnacionais, quanto na busca de valorização e resgate de conhecimentos tradicionais, sementes “crioulas”, experiências de agroecologia, entre outras. Nessa disputa o que está em jogo, em última instância, são modelos de desenvolvimento das sociedades humanas e formas de conceber a natureza.

Outra consideração relacionada em parte com as anteriores diz respeito à possibilidade de ampliação do diálogo dos movimentos camponeses com os movimentos ambientalistas *stricto senso*, pois as pautas destes movimentos passaram a ter fortes pontos de contato na medida em que os movimentos camponeses também estão assumindo questões ambientais em seus programas e têm procurado materializar essas questões em suas ações. Neste sentido, as possibilidades de ampliação das alianças políticas dos movimentos camponeses com os ambientalistas podem ocorrer e ampliar o potencial de ação e de proposição de ambos. Em algumas ações recentes em que os movimentos

camponeses têm enfrentado empresas transnacionais produtoras de papel e celulose ou de sementes transgênicas alguns movimentos ambientalistas têm contribuído seja dando suporte, seja apoiando publicamente as ações promovidas pelos movimentos camponeses.

Por fim, vale ressaltar que mesmo que os movimentos camponeses brasileiros tenham incorporado em suas pautas questões ambientais, este ainda é um processo não totalmente definido, que está em vias de conformação. Diante desta situação, as possibilidades tanto de posituação da agricultura camponesa por ela ser a “guardiã da biodiversidade”, quanto de uma aliança com os movimentos ambientalistas são possibilidades que estes movimentos estão experimentando, mas que ainda estão em estágios iniciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan M. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. 2. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1995.

_____. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (Coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BORRAS, Saturnino M. *La Via Campesina: um movimento en movimiento*. Amsterdam: Transnational Institute/Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6° Ed. Campinas: Papirus, 1996.

BUTTEL, Frederick H. Instituciones sociales y cambio medioambiental. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. *Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

CARVALHO, Horácio M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato*. Curitiba, 2007 (Digitado).

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). *Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência das Comunas da Terra*. Brasília: CONCRAB/INCRA, 2004 (Cadernos de Cooperação Agrícola nº 15).

COSTA NETO, Canrobert. Discutindo referenciais para a construção de saberes socioambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-socio-lógica. In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado, 2004.

_____.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. (org.) *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia*. México: CLACSO, 2002.

DIEGUES, Antonio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos*. São Paulo: NAPAUB, 2000.

DUNLAP, Riley E. Evolución de la sociología del medio ambiente: breve historia y valoración de la experiencia estadounidense. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. *Sociología del medio ambiente: uma perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

FERNANDES, Bernado M. *Questões da Via Campesina*. Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/neral>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

FIAN; VIA CAMPESINA. *Campanha global pela reforma agrária: a reforma agrária no Brasil - Informe da missão investigadora da FIAN e da Via Campesina sobre a situação das políticas e programas governamentais de reforma agrária enquanto responsabilidade no cumprimento dos direitos humanos*, Junho de 2004.

FUNDEP. *Curso técnico em agropecuária ecológica: ênfase em biocombustíveis – fortalecer a resistência camponesa*. Ronda Alta: FUNDEP, 2007 (Projetos Institucionais 1).

FROELICH, José M. *Rural e natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Tese (Doutorado), 2002.

_____. Discutindo referenciais na construção de saberes socioambientais: a noção de natureza na agroecologia. In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado, 2004.

GÖRGEN, Frei Sérgio. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Porto Alegre, 2004.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo, *Estudos sociedade e agricultura*, n.19, out, 2002, p.72-88.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4° edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LENOBLE, R. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

LENZI, Cristiano L. *A sociologia sob o signo ecológico: um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco*. Campinas: Unicamp, Tese (Doutorado), 2003.

_____. *Sociologia ambiental e a controvérsia sobre os clássicos*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, Recife, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital*. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>>. Acessado em: março de 2005.

MMC. *Manifesto das Mulheres Camponesas – Via Campesina – Brasil à 1ª Conferência Mundial da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (FAO)*. 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acessado em: dezembro de 2006.

_____. *Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida*. 2008. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br>>. Acessado em: 28 fevereiro, 2008.

MPA. *Agrofloresta produtiva: alimento saudável natureza preservada energia nas mãos do povo* (Cartilha do Movimento dos Pequenos Agricultores para implantação de sistemas agroflorestais para produção de alimento e energia), 2007 (Digitado).

MST. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. *Carta Maior*, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 junho 2007.

MOREIRA, Roberto J. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. *Estudos sociedade e agricultura*, vol. 12, n° 2, out. 2004, pp. 194-236.

_____. *Natureza, ciência e saberes II: Agricultores assentados e assentamento*. Convênio CPDA/REDES – NEAD/INCRA. Curso de Atualização para os Técnicos da ATES. Texto apoio. Março, 2005. (Mimeo).

_____. *Identidades costeiras complexas no pensamento científico*. Coletânea PQI UFV-CPDA, 2006.

NORGAARD, Richard B. Uma sociología del medio ambiente coevolucionista. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. *Sociología del medio ambiente: uma perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

PICCIN, Marcos B.; PICOLOTTO, Everton L. *A luta e o processo de geração de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS, 2007. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br>>.

_____; MOREIRA, Roberto J. A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores-assentados na granja “menina dos olhos dos sem-terra”: o caso do Assentamento Ceres, RS. *Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, vol. 14, n° 2, out. 2006, p. 254-311.

PICOLOTTO, Everton L. *“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS*. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM (Dissertação de Mestrado), 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural>>.

_____. *Movimentos camponeses e questões ambientais: os movimentos camponeses estão se tornando sócio-ambientais?* In: IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*. Rosário, 2000. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/artigos/artigo241001.pdf>>. Acessado em: abr 2008.

_____.; MIELGO, Antonio A. Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica, como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores. Córdoba, 2002. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater>>. Acessado em: fev 2008.

_____.; MOLINA, Manuel G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular/Via Campesina, 2005.

STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.

VIA CAMPESINA. *Subsídios para implementar a campanha das sementes*. São Paulo: Via Campesina, 2003.

WHITEHEAD, Alfred N. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ARRANJOS SILVIPASTORIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO – SC¹

Luis Antonio dos Santos de Freitas²
Karen Follador Karam³
Sergio Leite Guimarães Pinheiro⁴

Resumo

O presente estudo é uma reflexão sobre um trabalho desenvolvido com base em uma pesquisa participativa em sistemas agroflorestais, voltada a construção de arranjos silvipastoris no sistema de produção PRV (Pastoreio Racional Voisin), realizada com um grupo de agricultores familiares produtores de leite, no município de São Bonifácio/SC. A trabalho busca apreender o que os atores envolvidos – agricultores, técnicos, pesquisadores - entendem por participação, quais as características, potencialidades e dificuldades de um processo de pesquisa e extensão rural participativa. É um estudo de caráter qualitativo, cujos instrumentos foram a observação direta e entrevistas semi-estruturadas com atores-chave. Os dados foram analisados e interpretados segundo a metodologia “Discurso

1 Este artigo é parte das reflexões apresentadas na dissertação de mestrado “A construção participativa de arranjos silvipastoris no município de São Bonifácio/SC” (Freitas, 2008), apresentada ao Programa de Mestrado em Agroecossistemas (PGA), da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2006), mestre em Agroecossistemas/UFSC/CCA (2008) - luisdefreitas1@yahoo.com.br

3 Cientista Social, Dra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), consultora autônoma – karenkaram@uol.com.br

4 Engenheiro Agrônomo, Dr em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade de Sydney, Austrália. Pesquisador da Epagri, Gerência Técnica, e professor colaborador do curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC/CCA – pinheiro@epagri.rct-sc.br

do Sujeito Coletivo” (DSC), que mostraram que o processo participativo ocorrido em São Bonifácio é entendido de diferentes formas pelos atores, evidenciando um conjunto de características que, ao mesmo tempo, potencializam este e outros processos de pesquisa e extensão rural participativa mas também representam grandes desafios.

Palavras-chave: Pesquisa Participativa, Sistemas Agroflorestais, Agricultura Familiar, Extensão Rural.

PARTICIPATORY CONSTRUCTION OF SILVIPASTORIS ARRANGEMENTS: A CASE STUDY OF THE MUNICIPALITY OF SÃO BONIFÁCIO - SC

Abstract

This study is a reflection on a work based on a participatory research in agroforestry system, turned the construction of silvipastoris arrangements the production system PRV (Grazing Background Voisin) held with a group of family farmers milk producers in the municipality of São Bonifácio / SC. The paper seeks to seize what the actors involved - farmers, technicians, researchers - mean by participation, which features, potential and difficulties of a process of participatory research and extension. It is a qualitative study of character, whose instruments were the direct observation and semi-structured interviews with key actors. Data and information were analyzed and interpreted according to the Collective Subject Discourse approach (in Portuguese named “Discurso do Sujeito Coletivo”), which showed that the participatory process occurred in São Bonifácio is understood in different ways by actors, showing a set of characteristics that at the same time, leverage this and other processes of participatory research and extension but also pose major challenges.

Keywords: Participatory Research, Agroforestry System, Family Agriculture, Rural Extension.

1. Introdução

Na atualidade para se tornar um profissional apto a trabalhar no meio rural, a exigência vai muito além da formação acadêmica específica.

No mínimo é imprescindível ampliar os conhecimentos interagindo com outras áreas da ciência, mas, principalmente para aqueles que atuam em desenvolvimento rural, o passo deve ser mais largo, qual seja, a de se tornar parceiro das populações rurais. Esta parceira pode se dar de inúmeras formas, mas no que se refere à construção de conhecimento, são os processos participativos que estimulam e permitem um melhor equacionamento dos problemas existentes, sejam eles de natureza econômica, ambiental e/ou sociocultural.

Este artigo resulta da análise do processo participativo que ocorreu no trabalho “Sistemas Agroflorestais Pecuários: rumo à construção participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC” (Caporal, 2007), realizado entre 2005/06, no município de São Bonifácio⁵, no estado de Santa Catarina. São Bonifácio está localizado a aproximadamente 80 km da capital catarinense, Florianópolis. Abrange um dos últimos fragmentos remanescentes de Floresta Atlântica do sul do Brasil, com aproximadamente 21% da área protegida por uma unidade de conservação, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A maioria da população atual reside na área rural, onde predominam sistemas de produção com mão-de-obra familiar. A exploração familiar, não possui apenas os objetivos voltados à produção e ao consumo, mas também se preocupa com a busca pela reprodução dos sistemas de produção ao longo das gerações da família, visando a acumulação e transmissão do patrimônio.⁶

O trabalho analisado decorre de uma demanda dos agricultores do Grupo do Pasto⁷, preocupados com o bem-estar de seus animais, em especial à exposição ao sol nos períodos de verão, interessavam-se por incluir o elemento arbóreo no sistema PRV. Além da demanda por sombra, Caporal (2007) demonstra que esses agricultores possuem outros interesses nas árvores, como pólen e néctar para as abelhas; preservação de espécies nativas; produção de frutas; conservação da água; além da “estética” da propriedade.

5 O trabalho, baseado em pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participativa e da etnobotânica, originou uma dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, em 2007.

6 Tal constatação é recorrente à agricultura familiar, como demonstrada por Lamarche (1993) entre outros autores.

7 O Grupo do Pasto é formado por 40 famílias com o objetivo principal de discutir coletivamente (entre técnicos e pesquisadores da Epagri, produtores de leite do município, Secretaria Municipal de Agricultura, técnicos de um laticínio privado e pesquisadores da UFSC) temas relacionados a melhoria de sistemas de produção empregados e a implantação do sistema de produção Pastoreio Racional Voisin (PRV).

Cabe destacar o contexto em que se insere o trabalho analisado. Ele se inscreve dentro de um programa voltado ao desenvolvimento rural de microbacias no estado de Santa Catarina⁸, que tem por orientação a participação social. Neste cenário é que, em 2004, a Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina promoveu um processo de capacitação em pesquisa e extensão rural participativa, resultando na realização de dez experiências piloto em oito regiões do estado. Dentre elas se encontra a de São Bonifácio, dedicada a atuar com/em experiências inovadoras de um grupo de agricultores familiares - Grupo do Pasto -, mas também envolvendo técnicos e pesquisadores da extensão rural estadual (Epagri), da prefeitura municipal, de um laticínio privado, alunos e professores de duas universidades - UFSC e UDESC⁹.

Algumas perguntas de partida orientaram esta investigação sobre o trabalho realizado: como atuar numa perspectiva participativa? como articular diferentes parcerias com pensamentos e propósitos distintos? como desencadear processos de troca/construção de conhecimentos? A partir delas se definiu a questão central deste trabalho: *Qual o entendimento sobre participação dos diferentes atores de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris?*

Foi na literatura relativa a extensão rural que se encontrou parte do referencial teórico para a discussão aqui apresentada, ao mesmo tempo em que se recorreu as discussões sobre construção de conhecimento como decorrente de processos coletivos (pode se ler participativos), essencial para buscar compreender a construção participativa de arranjos silvipastoris em São Bonifácio.

1.1. Participação e construção de conhecimento em pesquisa e extensão rural

Os autores que analisam a extensão e a pesquisa rural¹⁰ são unânimes em afirmar que entre o final da década de 1980 e início da

8 Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Microbacias 2 (PRAPEM/MB2), convênio firmado entre o Governo do estado de Santa Catarina e o Banco Mundial.

9 UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina esteve envolvida através do Programa de Mestrado em Agroecossistemas, e a UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina, através do Departamento de Design.

10 Entre tantos, podemos citar: Fonseca (1985), Olinger (1996) e Mussoi (2006).

década de 1990, é que se começou a questionar o método difusionista/innovador, utilizado até então, baseado essencialmente na transferência de tecnologia de um agente emissor de informação – pesquisador ou extensionista rural – para um receptor, o agricultor. De um lado as limitações na “adoção” de tecnologias pelo conjunto dos agricultores, em particular dentre os menos capitalizados e de regiões mais pobres; de outro as preocupações socioambientais impulsionaram a busca de outras estratégias, dentre elas os chamados métodos participativos de extensão, baseados nos conceitos de pesquisa adaptativa, validação de tecnologias e experimentação na propriedade.

No entanto, tais métodos nos levam a crer que de participativo e de construção de conhecimento tinham muito pouco. Pois, ao invés das pesquisas serem realizadas em estações experimentais, passaram a ser feitas nas propriedades dos agricultores, onde a participação estava no fato do agricultor disponibilizar uma área para os experimentos, ou simplesmente “tomar conta” para que não fossem destruídos por animais e/ou “pragas”, ou ainda realizar as práticas necessárias como capina, aplicação de veneno etc. Ou seja, começou a se falar e praticar métodos participativos de extensão rural, porém, sobre os mesmos pressupostos de transferência de tecnologia.

Contudo, no decorrer da década de 1990 e nos primeiros anos de 2000, é que efetivamente se vê crescer em vários países os processos de pesquisa e extensão rural participativo. No Brasil as organizações não governamentais (Ongs) foram precursoras nesta linha de trabalho. Esta abordagem foi institucionalizada no País em 2004, quando se criou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que dentre seus princípios está “adotar abordagens metodológicas participativas, estimulando a articulação com diversas outras entidades não-governamentais e até mesmo privadas, dando claramente o foco para a agroecologia” (MDA, 2004)¹¹.

Mas o que é participação? Em linhas gerais se trata da participação como meio para se atingir distintos fins, dentre eles, dois se destacam: a participação como instrumento para legitimar processos e a participação como instrumento para construir processos. Este trabalho se interessa pelo segundo objetivo/fim, onde não há um público “beneficiário” mas sim grupos

11 Em 2006, criou-se o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) que visou consolidar a PNATER demonstrando e orientando as principais ações a serem realizadas por essa política (MDA, 2006).

com interesses específicos. Todos protagonistas na discussão e problematização das necessidades, individuais e da comunidade, bem como compartilham responsabilidades na busca de possíveis soluções. Participação desta forma é um instrumento voltado a reforçar as idéias de autonomia, autogestão e espírito de cooperação, é um instrumento voltado ao processo através do qual se trabalha “com” os agricultores e não “para” os agricultores (Pinheiro; Boef, 2006), portanto parte de relações horizontais.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram obtidos de observação direta, entre abril de 2006 a fevereiro de 2007, quando se acompanhou o trabalho com participantes do Grupo do Pasto, e com dados de entrevistas semi-estruturadas, realizadas entre outubro e novembro de 2007, baseada em um roteiro com sete questões abertas. Neste último caso foram entrevistados seis atores-chave reunidos em dois grupos: agricultores (2) e técnicos (4). As entrevistas foram estruturadas e analisadas segundo a metodologia proposta por Lefèvre e Lefèvre (2005), denominada “Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)”. Sintetizando, os discursos coletivos, ou DSCs, resultam da união de expressões do discurso que apresentam idéias semelhantes, segundo os atores-chave. A partir daí foi possível buscar elementos para apreender como estes atores entendem quais são as características que envolvem a participação, bem como elencar as potencialidades e os desafios presentes no processo participativo, segundo os mesmos.

Tal metodologia permite que, em um universo limitado, o próprio pesquisador componha a sua amostra, escolhendo os indivíduos para participar da pesquisa conforme as características que se deseja estudar (Lefèvre; Lefèvre, 2005). Neste sentido, os seis atores-chaves que participaram desta pesquisa foram escolhidos devido ao fato de terem participado de todas as etapas do processo participativo. Pois, somente estes atores teriam melhores possibilidades de responder as sete perguntas abertas que compunham o questionário. Tais perguntas estimulavam que os entrevistados narrassem fatos sobre as etapas realizadas do processo participativo e, ao mesmo tempo, fizessem análises.

Espera-se que os resultados apresentados a seguir possam contribuir com as discussões relativas à extensão e pesquisa rural participativa, ainda incipiente entre técnicos e pesquisadores da extensão rural oficial, no meio acadêmico e entre os agricultores.

2. O processo participativo na construção dos arranjos silvipastoris: possibilidades para análise

A demanda dos agricultores por sombra no pasto se caracteriza como sendo o tema gerador do processo participativo sobre os arranjos silvipastoris, ora analisado. Desde o início do trabalho tal demanda - “sombra” -, não significou simplesmente plantar árvores no pasto, mas representava um tema capaz de gerar diversos outros processos, cujas relações direta ou indiretamente se entrelaçavam com a cadeia produtiva do leite, representando um pano de fundo em todo o processo analisado¹². No entanto, neste estudo se pode perceber que este tema é entendido de diversas maneiras pelos diferentes atores-chave¹³, como pode ser observado pela Figura 1.

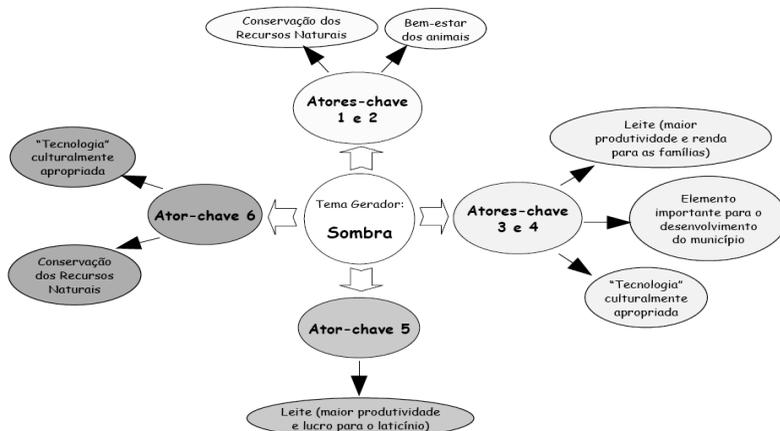


Figura 1: Diagrama ilustrativo sobre a percepção dos atores-chave de São Bonifácio a respeito da “sombra”.

12 Se reunir para discutir assuntos como a “Sombra”, representou uma grande inovação para agricultores familiares de São Bonifácio. A partir de discussões sobre sombra começaram a surgir novas demandas como: esclarecimentos sobre legislação ambiental; preocupação com a conservação da natureza; possibilidades de coletar sementes e produzir mudas; entre outros tantos processos. Apesar de muito importante, não é objetivo deste artigo discutir outros assuntos que surgiram a partir de discussões sobre “sombra” no contexto do Grupo do Pasto, a não ser é claro, os arranjos silvipastoris.

13 É importante ressaltar que os atores-chaves 1 e 2 são os agricultores; Atores-chave 3 é um técnico extensionista da Epagri; Atores-chave 4 é um técnico que representa a Secretaria Municipal de Agricultura de São Bonifácio; Atores-chave 5 representa um dos dois técnicos do laticínio; Atores-chave 6 é a facilitadora da investigação participativa sobre SSPs e representa os parceiros externos (UFSC).

Os diferentes atores-chave percebem a “sombra” sob distintos pontos de vistas, conforme suas características e interesses peculiares. O panorama da visão dos atores-chave foi possível com a sistematização dos dados da observação direta, durante o processo participativo. Tal caracterização permite que se verifique que há heterogeneidade na compreensão sobre o tema gerador entre os atores-chave, bem como a emergência de divergências, evidenciadas pelos DSCs. Vale lembrar que a visão dos atores-chave aqui apresentada não significa que cada ator vê a sombra apenas sob a ótica descrita, mas sim, que tal ótica aparece como predominante nos seus discursos e ações.

A seguir se apresenta uma síntese dos resultados do trabalho a partir das entrevistas analisadas como DSC, e, segundo os principais aspectos analisados - as características do processo participativo e as potencialidades e desafios apresentados.

Cabe destacar que o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) se constrói, para fins de análise, segundo a união de expressões contidas nos discursos de cada ator-chave, portanto expressam uma síntese analítica e desta forma não são apresentados entre aspas, por não serem uma citação, mas sim um pensamento coletivo. O DSC pode ser constituído através da fala de um ator, de alguns atores ou de todos os atores. No âmbito deste artigo, são apresentados apenas partes dos DSCs que possuem maior relevância para a discussão.

2.1. Características do processo participativo

As características do processo participativo em São Bonifácio foram identificadas a partir de idéias centrais presentes nos DSCs, segundo os dois grupos de atores-chave - agricultores e técnicos. O conjunto destas idéias, bem como a articulação com o que a literatura considera por características de processos participativos são apresentadas e discutidas a seguir.

O trabalho sobre arranjos silvipastoris resulta da convergência da percepção dos 2 grupos de atores-chave. De um lado os agricultores mostram a demanda, o que pode ser percebido pelo trecho de seu DSC: *isso surgiu quase como uma necessidade assim, porque a gente vê que os animais em tempo de verão eles sofrem muito. O sombreamento, faz muita falta.* E de outro, ao se perceber esta demanda mesmo que não

formalizada, os técnicos a incorporam – *Com um diagnóstico realizado na pesquisa participativa, a professora X identificou isso [necessidade de sombra] na fala de alguns agricultores e foi o que estimulou a começar a trabalhar com este assunto.*

A passagem do DSC dos técnicos – *A gente partiu da idéia de que teria que construir com os agricultores, quais as plantas? Qual arranjo? À luz do interesse deles* – evidencia que essa forma de trabalhar teria sido uma decisão estratégica entre técnicos locais e parceiros externos. Mesmo considerando a exigência do órgão financiador (Banco Mundial) do projeto MB2 para que seus recursos somente fossem empregados em ações participativas, pode-se observar uma forte disponibilidade dos técnicos em desenvolver tais ações.

Com a fala dos agricultores se percebe que a demanda por sombra surgiu decorrente de suas observações com relação ao comportamento dos animais em situações de temperaturas altas, mostrando a importância de seu conhecimento empírico adquirido em atividades diárias. No entanto, talvez a idéia de participação para eles ainda seja apenas expor seus problemas aos técnicos e esperar por soluções, sem considerar uma construção conjunta, o que pode ser notado pela fala: *A gente [agricultores] já veio pedindo quase um sistema, já no começo do projeto do Microbacia e pediu também orientação sobre legislação e tudo mais assim.*

Por quais razões prefeririam soluções prontas, ao invés de construídas coletivamente como resposta a seus problemas? Gomes (2001) pode dar alguma pista quanto a isto, ao afirmar que a participação continuada dos agricultores é dificultada pelo fato de atrapalhar o desenvolvimento das atividades na propriedade. O que de certa maneira vem ao encontro da visão de Kamp e Schuthof (1991), que se questionam sobre a disponibilidade de tempo da população rural para discutir seus problemas.

Isso indica que a noção de participação pode estar sendo entendida de maneira diferenciada entre os técnicos e os agricultores envolvidos no trabalho. Pois, enquanto os agricultores pedem algumas respostas aos técnicos, estes por sua vez, se mostram dispostos a construir alternativas em conjunto. Por outro lado, o que pode estar ocorrendo é que quando os agricultores expõem os seus problemas, eles estão na verdade sugerindo um tema gerador para se desenvolver um processo participativo de construção conjunta de alternativas, neste caso, a “sombra” no pasto.

Na fala dos técnicos nota-se uma preocupação por construir arranjos silvipastoris que estejam de acordo com as condições e interesses de cada agricultor. Mas, como valorizar o conhecimento dos agricultores? Que estratégias utilizar?

A pesquisa mostra que ocorreu de fato uma preocupação, por parte de quem orientou o trabalho sobre arranjos silvipastoris, em valorizar o conhecimento dos agricultores com relação às espécies arbóreas nativas. Neste sentido, de certa forma, pode-se afirmar que há uma conformidade no pensamento dos agricultores com o dos técnicos. Na fala da maioria dos técnicos *não seria construir um arranjo externo ao interesse dos agricultores, mas sim a partir do saber deles. Acredito que pra chegar no arranjo silvipastoril, nesse design, pra isso aí, existem metodologias participativas que percebe-se que foram usadas ao longo desse processo. Porque o agricultor é quem vai compor [o SSP] à luz de seu interesse* – há menção ao uso de metodologias (que na verdade são ferramentas) participativas como estratégia de se construir arranjos silvipastoris incorporando o saber dos agricultores. E eles (agricultores) perceberam isso – *É primeiro, elas (pesquisadoras) passaram perguntando pra saber do nosso conhecimento das árvores. (...) Aí depois a gente foi fazer um dia de campo [Turnê-guiada], porque teve divergência assim teve muita árvore que tem três nomes e depois no dia é tudo a mesma árvore. (...) Depois, acho que veio meio a parte de planejamento.* Pois, não só relatam algumas ferramentas participativas como também demonstram conhecimento a respeito da importância delas, fruto da construção coletiva ocorrida ao longo do trabalho.

Percebe-se com estes DSCs que as ferramentas participativas utilizadas no desenvolvimento do processo participativo analisado (turnê-guiada, entrevistas semi-estruturadas e oficinas), tiveram um importante papel para que os agricultores descobrissem seus conhecimentos e também construíssem coletivamente novos conhecimentos. Mas como foi isso na prática? De que forma se deu a articulação de saberes entre os atores (entre técnicos/pesquisadores – agricultores e entre agricultores – agricultores)?

Os atores-chave deste processo, principalmente agricultores, técnicos do setor público e parceiros externos, demonstram que compreendem que há uma diferenciação entre o conhecimento do técnico e do agricultor, mas reconhecem também que há uma complementaridade entre eles. Pois, os agricultores afirmam: *a gente não tem em mãos aquela*

ciência pra saber exatamente que árvore faz isso ou não faz. Então o técnico tem alguma coisa em livro, alguma coisa que ele pode descobrir. A gente tem algum conhecimento em cima de alguma coisa, mas a gente não tem nenhuma pesquisa em mãos pra saber o que é melhor. Porque nós, inclusive, estamos fazendo a pesquisa pra ver o quê vai dar lá no futuro. Enquanto os técnicos relatam: O trabalho foi feito de maneira participativa. Então, contando com o conhecimento dos agricultores e a gente levando alguns elementos também pra serem discutidos através da pesquisa bibliográfica.

Portanto, o que se pode observar pelos trechos dos DSCs, é que a interação dos saberes entre técnicos e agricultores se apresenta como sendo útil na construção de arranjos silvipastoris adequados a cada propriedade, minimizando erros e economizando tempo. A estratégia pedagógica adotada no processo participativo sobre arranjos silvipastoris foi a de problematizar o tema “sombra”. Desta maneira, todos os atores envolvidos (técnicos/pesquisadores e agricultores) foram incentivados a pensar coletivamente sobre arranjos silvipastoris possíveis de serem implantados em São Bonifácio, evidenciando assim, o objetivo de discutir idéias e não, de transferir pacotes.

Os agricultores demonstram ter se apropriado dos princípios dos SSPs – *Depois foi levantado que pra funcionar certinho já teria que ter planejado o desenho do próprio piquete, de acordo com o rumo do sol e toda essa parte assim, que até isso que teria que ter sido planejado antes.* Este planejamento desde o início proporcionaria uma melhor interação entre árvore, gado e pastagem. Porém, reconhecem que há uma limitação de seus conhecimentos em relação a questões mais “científicas”, considerando importante a articulação do saber científico com o saber local.

Além disso, pode-se observar a característica de experimentador dos agricultores quando relatam: *Quem sabe a gente acharia até um produto pra passar na casca [da Grandiúva], pra diminuir o apetite dos animais.* Esta afirmação se relaciona com o que Boef (2006) menciona a respeito do papel assumido pelos agricultores em tais processos, cujo papel é ao mesmo tempo de gerador, comunicador e avaliador de idéias exteriores bem como de usuário. Há ainda que se destacar, com o mesmo relato, que os agricultores demonstram estar interessados muito mais em discutir, aprender e serem compreendidos do que simplesmente receber respostas prontas (Hocdé,1999).

Ao considerar que o processo participativo sobre arranjos silvipastoris partiu de uma demanda dos próprios agricultores, pressupõe-se que estes não constituem o “alvo” das ações deste processo mas sim um dos protagonistas. Entretanto tal condição só apareceu como evidente nas falas dos técnicos, mesmo assim com algumas divergências.

Tais divergências podem estar ocorrendo devido a entendimentos diversos a respeito do que é considerado “protagonismo dos agricultores” em processos participativos, segundo os atores-chave do grupo de técnicos.

No discurso dos técnicos (estadual, municipal e parceiro externo), participação parece ser entendida como tendo o objetivo de “construir processo”, evidenciado pelo uso de expressões como: *O grande ator desse processo todo; eles são os mais estratégicos; o cerne de todo esse processo são os agricultores...o resto é resto. Quem fica aqui são os agricultores, com seus problemas, com seus sucessos, fracassos.* Por outro lado, no discurso do técnico do laticínio, participação parece estar sendo entendida com vistas a “legitimar processos”, como demonstrado no trecho: *you tem que conseguir que ele faça parte, que ele se sinta parte daquilo ali. Difícilmente um trabalho vai por água abaixo quando o agricultor se sente parte dele.*

O relato deste último ator-chave pode ser uma importante evidência das afirmações de autores como Gomes (2001), Probst et al. (2003), a respeito de que muitos trabalhos vêm se desenvolvendo com uma utilização acrítica de abordagens participativas, rotulando uma série de atividades como “pesquisa participativa”, quando na verdade, continuam se baseando em antigos pressupostos. Tal ator-chave, pode estar entendendo o trabalho com SSPs como difusão de uma tecnologia, ao invés da proposta de se construir conhecimento, ou, SSPs adequados as condições locais.

Diante disso, ficam alguns questionamentos: Por que os próprios agricultores não se vêem/declaram como protagonistas? Por que existem divergências no entendimento de “protagonismo dos agricultores” por parte dos técnicos? O que essa divergência de pensamentos implicaria no desenvolvimento do processo participativo?

Para transformar a atividade extensionista em uma ação educativa e em uma prática transformadora se faz necessário que, primeiramente, haja uma mudança interna de cada ator (técnicos, pesquisadores e agricultores), originando uma nova postura e novos papéis assumidos (Ruas et al., 2006). As interações entre os atores mudariam de um controle coercivo e sistema de ensino convencional, para um papel de facilitador e

sistema de aprendizagem participativa (Boef, 2006). No caso de São Bonifácio, parece haver uma conformidade entre técnicos e agricultores a respeito do papel de cada um neste processo. Através de expressões como: *Foram os agricultores, dando idéia também. Foram os que vieram aqui da pesquisa, até nossos próprios técnicos local que incentivaram. Hoje o técnico ele vê de uma forma diferente*, por parte dos agricultores, e *os agricultores como os colaboradores, acho que atores principais, nesse trabalho todo. Na verdade eles abriram a porteira das suas propriedades pra esse trabalho*, por parte dos técnicos, pode-se afirmar que todo o grupo reconhece uma mudança no papel de cada um.

Os agricultores parecem perceber que os técnicos estão mais preocupados com os seus (dos agricultores) problemas e procuram solucioná-los de maneira construtiva. Enquanto que os técnicos parecem considerar os agricultores como parceiros no processo de construção de arranjos silvipastoris.

Por fim, no que se refere as características de um processo participativo parece haver um consenso entre todos os atores-chave de que uma ação, que priorize abordagens participativas é, geralmente, mais demorada. Porém, também os mesmos vêem essa “lentidão” de maneira diferenciada. No caso dos agricultores, parecem entender esta “lentidão” como sendo algo inseguro, incerto, sem um objetivo final pré-estabelecido, como observado na fala: *É quase que nem entrar numa canoa, descer o rio e vamos ver onde é que nós vamos chegar. Ou, entra numa canoa e não, nós vamos chegar em tal lugar.*

Tal posição dos agricultores, de certa forma, estaria de acordo com o discurso dos técnicos do setor público e parceiros externos quando afirmam: *Geralmente um processo participativo ele é um processo que demora mais tempo pra ter um resultado. Têm muitas incertezas. Porque são ‘enes’ os fatores a serem considerados. Não é uma aplicação de tecnologia pura, vai lá e faz isso. Então, é demorado pra construí-lo com várias pessoas que pensam de forma diferente. E nós aqui trabalhamos mais com processos que geram resultados. Pra gente o resultado é a consequência do processo. O quê determina a qualidade de um resultado é o processo.* No entanto, os agricultores parecem ver essa incerteza como algo negativo, apresentando uma certa dificuldade em lidar com esta situação, talvez justificada por uma certa “incapacidade” dos técnicos em esclarecer que existem objetivos concretos em processos participativos.

Os técnicos parecem entender essa “lentidão” como algo positivo e necessário ao objetivo de agregar diferentes formas de pensar. Mas talvez por entenderem o que os agricultores chamam de “sem objetivo pré-estabelecido” como sendo uma potencialidade dos próprios processos participativos, na medida que estes possuem uma grande capacidade de desencadear novos processos, além de simplesmente atingir o objetivo final.

Já o técnico da iniciativa privada, representado pelo ator-chave 5, relata: *a crítica mais forte a respeito disso é essa questão de mais conversado e pouco praticado*. Tal relato instiga a pensar que processos participativos podem ser vistos como aquele em que há muita reunião, muita conversa e pouca ação prática. Ruas et al. (2006), afirmam que estes momentos de reflexão (reuniões, conversas etc.) são muito importantes, pois se constituem espaços para o ensino-aprendizagem do conhecimento existente e/ou para produção do conhecimento ainda não existente. A opinião deste ator parece coincidir com aquela proposta do uso de abordagens participativas (década de 1980) sob os mesmos pressupostos do difusionismo, onde o que importa é que no resultado final se verifique que X números de produtores adotaram determinada tecnologia, tal como concebida e desenvolvida. Daí considerar momentos de construção conjunta como possível “perda de tempo”.

2.2. Potencialidades do processo participativo

A literatura sobre ações de pesquisa-extensão rural através de processos participativos, tem mostrado que os mesmos tendem a potencializar atributos de ordem individual e social, dentre eles se destacam: a valorização do saber do agricultor; o respeito as diferenças culturais; a horizontalidade na tomada de decisão; o estímulo a cooperação; a auto-estima do indivíduo e do grupo; o fortalecimento da identidade local; bem como a busca pela autogestão e autonomia das populações rurais. Com base em tais atributos, é que se discutirá as potencialidades identificadas pelos atores-chave da pesquisa, com relação ao processo participativo de São Bonifácio.

Paulo Freire já falava sobre a importância do indivíduo descobrir que sabe alguma coisa sobre algo, buscando saber mais (Freire, 1983), neste sentido a pesquisa mostrou como os agricultores se expressam a este respeito. A partir do trabalho dos arranjos silvipastoris – *Até o dia que elas*

perguntaram pra mim se daria essa entrevista sobre as espécies, eu até disse olha eu até posso dar, mas eu conheço só umas quatro árvores. E daí no fim, eu conhecia muita, muita árvore. E lá no dia de reconhecer [Turnê-guiada], também foi bom assim porque até pra gente saber. Às vezes a pessoa fala ah tal árvore, aí eu não sei o quê que é. Daí depois fomo ver, não mas eu sabia sim, só que por outro nome.

Esta descoberta feita pelos agricultores de seu próprio conhecimento pôde vir à tona com a utilização de algumas ferramentas participativas, pela facilitadora da pesquisa participativa. Prova disso é o relato sobre a realização da entrevista semi-estruturada e da turnê-guiada. A entrevista teve o objetivo de caracterizar os agricultores familiares do Grupo do Pasto e identificar o conhecimento que tinham a respeito de espécies arbóreas nativas (características, usos e manejos). Já o objetivo da turnê-guiada foi o de sintonizar o conhecimento dos agricultores sobre as árvores, em particular a nomenclatura, uma vez que uma mesma espécie recebeu diferentes nomações pelos agricultores (Caporal, 2007).

Além de se atingir os objetivos pré-estabelecidos pela facilitadora, o uso das ferramentas participativas proporcionou algo diferente aos agricultores, como a descoberta do seu próprio conhecimento, em decorrência se verificou a elevação da auto-estima. Se a intenção, neste caso, fosse a de utilizar métodos difusionistas, cuja orientação pedagógica seria somente a indicação do técnico, provavelmente os resultados seriam outros.

Os agricultores se mostram cientes no que tange a tecnologia e sua adequação à realidade local, mas para isto mencionam como necessárias as atividades que envolvem discussão em grupo sobre aspectos relativos a tal tecnologia. *Por isso, da pastagem ser mais rápido, podia ser. Da árvore se fosse muito rápido [o processo] com certeza a gente ia cometer mais erro do que assim. Além de ela está faltando lá do começo, a árvore dentro do piquete. Mas a árvore, como vejo, ela é um pouco mais complexa pra tu colocar. Ela requer um estudo a mais.* Justificando, de certa maneira, aquele sentimento de “lentidão” evidenciado anteriormente como uma das características do processo participativo.

No discurso dos agricultores *de repente o técnico trazer sim o que já tem pesquisado, assim no caso, em cima de uma árvore. Mas nunca deixá de fazer a pesquisa, porque cada local é um local também, e, cada situação é uma situação.* Pode-se observar que a noção de tecnologia adaptada, para eles, pode ser uma noção relativa a articulação de saberes.

Tal articulação se dá no fato dos técnicos exporem alguns conhecimentos científicos já consolidados com o intuito de problematizar a realidade destes agricultores, em busca de alternativas viáveis para seus problemas prioritários. Isto demonstra a necessidade dos técnicos em adotar uma postura de articulação de saberes frente a atitudes de persuasão junto aos agricultores, discutida por Ramos (2006). Eles possuem consciência de seus saberes a respeito não só das características de suas propriedades como também sobre manejo de seus sistemas, exigindo respeito e valorização de tais saberes nos processos de geração/adaptação de tecnologias.

Os técnicos do setor público e parceiros externos relatam que *há uma preocupação de colocar as espécies que eles gostem, que sejam bonitas, que possam auxiliar assim no aspecto paisagístico da propriedade. Tudo isso existe, principalmente para os agricultores mais idosos*. Isto, evidencia a preocupação por parte dos técnicos em respeitar as lógicas que orientam a tomada de decisão do agricultor familiar, que vai muito além do simples retorno econômico, justificando a opção pelo trabalho participativo. Mas também afirmam que: *eles [agricultores] disseram que muitas das tecnologias que foram ver nas excursões, fora de São Bonifácio, em vez de ajudarem deram prejuízos. Eles queriam desenvolver experiências por eles mesmos. Testar antes na propriedade, ver se funcionava, fazer uma pesquisa entre eles pra depois adotar, o quê até minimiza o erro*. Neste relato, será que não estão engendradas aquelas idéias de que a participação se resume ao fato do agricultor decidir se tal tecnologia é boa ou não e, por conseqüência, decidir adotar ou não?

Por outro lado, os técnicos podem estar se referindo a idéia de que o agricultor faz, necessita e gostaria de continuar realizando experiências em sua propriedade. Até porque, na própria fala dos agricultores, eles reconhecem que momentos de discussões a respeito da tecnologia propiciam para que se reduza o erro e, conseqüentemente, economize tempo. Diante disso, parece claro que há uma conformidade entre os técnicos e agricultores a respeito da importância de se discutir idéias (tecnologias) com o objetivo de adaptá-las a realidade de São Bonifácio, ou até mesmo de gerar novas idéias a partir das já existentes.

A gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Estamos chegando já numas idéias melhor de repente. Já tivemos uma idéia no dezembro do ano passado que até nós já fizemos o mapa. Hoje, a idéia já é completamente diferente (...). Por esta fala se pode observar que

os agricultores compreendem e reconhecem a importância dos espaços de discussão sobre SSPs, proporcionados pelo processo participativo, no entanto, também demonstram insegurança com relação aos resultados esperados, “rotulando” o processo como demorado.

A solução desta situação depende muito da sensibilidade dos técnicos facilitadores em perceberem a motivação e o entusiasmo dos atores em participar, alternando entre atividades de caráter mais teórico/reflexivo com as de caráter mais prático. Pois, somente pessoas entusiasmadas se interessam em buscar soluções para seus problemas e trocar experiências entre si.

Analisando o DSC dos técnicos do setor público e parceiros externos se verifica uma conformidade com aquela do grupo dos agricultores, eles dizem: *Formas de construir a tecnologia. Uma foi o PRV, e agora é uma nova tecnologia que está sendo inserida no meio, só que de outra forma. Agora construindo junto com o agricultor. A diferença do PRV que foi só transferido. Porque nenhum dos dois deixa de ser difusão, entre aspás, ou implantação de uma nova tecnologia. Mas a forma como foi implantado o PRV é muito diferente da forma como tá sendo implantada agora.*

Parece claro que discussões conjuntas possuem enorme valor no momento de se pensar uma tecnologia. Para os agricultores, este valor estaria representado pelas possibilidades que essas discussões trazem no que se refere a dinâmica do conhecimento. Este dinamismo é defendido por Paulo Freire (1983), que considera o conhecimento como o resultado de vivências individuais e relações sociais, portanto em constante transformação.

Já para os técnicos, a construção conjunta ocorrida neste processo permitiria que se vislumbre que outras tecnologias possam ser trabalhadas dessa maneira, em parceria com os agricultores. Porém, afirmam: (...) *este trabalho vêm desconstruindo paradigmas. De que estas verdades não vêm num livrinho, num pacote. Esse livrinho, esse pacote pode ser construído lá na comunidade com os agricultores.* O que estão querendo dizer com isso? Quando falam em “pacotes”, estariam se referindo a pacotes válidos somente para a realidade de cada agricultor de São Bonifácio ou estariam se referindo a pacotes amplamente válidos a todas as realidades?

O pensamento dos técnicos do setor público e parceiros externos é de que (...) *a proposta da pesquisa participativa é um grande caminho pra gente fazer extensão rural ou desenvolvimento rural. Aí você bota*

pesquisador, extensionista e agricultor numa mesa pra construir saber, isso é maravilhoso. O fato de trazer atores externos pra dentro de um ambiente de discussão de problemas internos da comunidade. Traz o desenvolvimento rural, o desenvolvimento rural sustentável, territorial pra dentro do trabalho de extensão rural e de pesquisa. Através deste DSC tem-se um exemplo concreto a respeito do que um tema gerador, como neste caso a “sombra no pasto”, pode desencadear um conjunto de processos. O resultado de trabalhos como este não é simplesmente um número X de agricultores que “adotaram” sistemas silvipastoris, mas sim o processo de construção destes sistemas.

A forma como a “tecnologia” de sistemas silvipastoris foi trabalhada em São Bonifácio, utilizando métodos e ferramentas participativos, proporcionou aos agricultores se apropriarem dos princípios de tal sistema, o que resultou na elaboração de arranjos bastante diferenciados, segundo as propostas dos próprios agricultores. Por outro lado permitiu que os técnicos reavaliassem o que existia sobre o assunto na literatura e em outras experiências, e, em conjunto com os agricultores discutir a adequação dos arranjos propostos.

Entende-se que este processo por si só contribui para o desenvolvimento do município, não só no que se refere a aspecto econômico da atividade leiteira, mas também com relação a participação social e política, o que pode frutificar com mais vigor daqui para frente.

2.3. Desafios do processo participativo

Trabalhar em processos participativos, ao mesmo tempo, representa potencializar uma série de atributos mas também significa lidar e superar inúmeros desafios. Desafios estes, das mais diversas ordens como: exigência de um tempo maior no processo; os resultados são perceptíveis a médio e longo prazo; possibilidade de evidenciar divergências e/ou conflitos entre os atores, seja de interesses, de visão de mundo etc. Neste sentido, é relevante apresentar e discutir os desafios que se mostraram no processo participativo de São Bonifácio, bem como entender como os atores-chave lidam com tais situações.

Inicialmente a alternativa encontrada pelos técnicos locais para suprir a demanda por sombra no pasto, foi a de estimular a realização de uma pesquisa participativa. O objetivo era identificar e selecionar espécies arbóreas que apresentassem potencial para compor SSPs, segundo o

conhecimento e interesse dos agricultores, para a partir da seleção das espécies, em conjunto com os agricultores construir os arranjos silvipastoris, conforme as condições das propriedades e do interesse pelo uso da árvore. Porém, o processo de implantação de SSPs não se incluía no tempo disponível do trabalho em análise, poderia ser o passo seguinte¹⁴.

No entanto, os agricultores demonstram uma certa insatisfação com o decorrer do processo, pois o que mais queriam era no menor espaço de tempo poder implantar os SSPs em suas propriedades. Segundo eles *a única coisa que vejo e que tenho certeza, que é da maioria, é a demora. O pessoal quer agilidade. A coisa vai, fica todo mundo naquela expectativa de fazer e fazer, e entra ano e sai ano, (...) e aí o pessoal começa a desanimar. O agricultor é acostumado assim, ele planta o milho, vai ter que carpir. Então, é tipo assim, é quase como se ele tivesse plantado o milho e ficou esquecido. Daí depois, quando ele já tava quase pra colher, daí foi carpir. O pessoal quer assim, que dê uma sequência.*

Embora os agricultores soubessem e fossem constantemente lembrados que estavam participando de uma pesquisa (que originaria uma dissertação de mestrado) e de que esta, não tinha nenhum outro objetivo senão a construção conjunta de “possíveis” arranjos silvipastoris, o relato anterior demonstra que há um longo caminho a percorrer no que se refere a processos de pesquisa participativa. Isso é fruto da longa trajetória e do modelo de difusão rural exercitado, dilema que implicará em trabalho constante tanto da pesquisa como da extensão rural, como também dos próprios agricultores.

Tal qual os agricultores, os demais atores-chave também enfrentam dificuldades e angústias com o processo, como relatam a seguir. *Desanima trabalhar com pesquisa participativa. O início dessa proposta foi muito teórica e pouco prática. Logo, os agricultores cobraram pela prática. Além disso, não tem como trabalhar com pouco recurso [financeiro, humano, material], não tem, é impossível porque as coisas demoram, as vezes o que tu esperava fazer numa tarde tu vai levar 3 dias, e pra isto tu vai precisar do triplo do recurso que tu tinha previsto. Assim aquela questão de tu respeitar o tempo processual da pesquisa. Tu faz um projeto, prevê*

14 Após conclusão da pesquisa de Caporal (2007), em dezembro de 2006, através de um projeto elaborado e apresentado ao PRAPEM/MB2 foi disponibilizado recursos para que os desenhos de arranjos silvipastoris, elaborados pelos agricultores, fossem colocados em prática. No entanto, por questões burocráticas, tais recursos somente foram liberados em agosto de 2007, significando assim um período de oito meses de espera e justificando a posição dos agricultores ao afirmar que a demora desanima.

um recurso X e, quando tu vê, não tem como tu executar com aquele recurso.

Aparentemente, o principal problema enfrentado pelos técnicos é a dificuldade em conciliar o tempo processual do grupo, com o qual trabalha, com o volume de recursos disponíveis, seja financeiro, humano e/ou material, adequando aos prazos estipulados pelos financiadores do projeto. Segundo Kamp e Schuthof (1991), esta é uma das mais importantes limitações de processos participativos. Estes autores afirmam que algumas instituições, principalmente governamentais, possuem um conjunto de hierarquias e regras extremamente rígidas que acabam prejudicando as ações dos técnicos no campo.

No entanto, muitas vezes, tais regras e burocracias são impostas pela própria fonte financiadora dos projetos que exige cumprimento total dos objetivos pré-estabelecidos dentro de prazos rígidos e de resultados, em geral, bastante quantitativos. Por isso que autores como Bunch (1994) afirmam que processos participativos, para obterem sucesso, devem ser flexíveis, tanto na alocação de recursos quanto no cumprimento de prazos, sensíveis ao tempo processual do grupo e respeitar especificidades locais (cultura, religião, política etc.).

O interessante de notar neste caso, é que os técnicos sabem da angústia dos agricultores e estes, por sua vez, sabem que a seqüência dos trabalhos às vezes vai além da simples vontade do técnico. Entretanto, parece não haver muito o que possam fazer a respeito, a não ser ter paciência e acreditar na proposta.

Probst et al. (2003) afirmam que, atualmente, a pesquisa participativa se encontra conceitual e metodologicamente em um estágio muito embrionário. Talvez esta seja uma explicação para os técnicos (atores-chaves 3, 4 e 6) afirmarem que: *é desanimador trabalhar com pesquisa participativa. Porque é complicado tu atender a todos os interesses. Quando é participativo todo mundo dá pitaco. É difícil atender a todos os interesses e ao mesmo tempo fazer um trabalho que seja dinâmico, que seja interessante pra todos os atores, que todo mundo goste de participar, que contente a todos.*

A maioria dos cursos de Ciências Rurais forma técnicos aptos a trabalhar com receitas prontas e, portanto, com tendência a simplificar a complexidade encontrada no meio rural. Os que buscam atuar de outra maneira encontram alguns desafios, dentre eles como administrar as divergências.

Por pressupor diálogo, portanto, interação de idéias, concepções e visões, os processos participativos acabam gerando divergências. E elas são das mais diversas ordens, como as culturais, religiosas, políticas, de gênero e geração, entre outras. Este estudo identificou como os atores técnicos (setor público e parceiros externos) percebem esta questão – *é um assunto conflitante [árvore para sombra]. São várias formas de ver um assunto de um ponto de vista diferente. O agricultor tem uma visão...o técnico tem outra visão...o legislador tem outra visão...enfim.*

O que transparece neste relato é que há uma preocupação, por parte dos técnicos, em encontrar formas de “contentar a todos”. Mas, será que existiria uma fórmula mágica para realizar algo que envolve diferentes pessoas, com diferentes opiniões e interesses, e que todos se sintam igualmente satisfeitos? Será que o descontentamento não se deve ao fato de que talvez alguns dos atores não estão interessados ou não tem a experiência em participar? Construir algo participativamente não significa simplesmente abarcar todos os interesses, significa também negociação, flexibilidade entre os atores. Há a necessidade de se entender que em determinados momentos do processo, ele se torna menos atraente aos seus interesses individuais, porém, mais interessante aos do coletivo. Todos os atores envolvidos, em algum momento, terão que ceder. Entende-se que a pré-disposição de cada um em ceder, representaria um real indicativo de interesse no processo. Não havendo essa condição, dificilmente um processo participativo teria condições de obter êxito em seus propósitos.

Neste caso, começam a transparecer algumas divergências de visões tanto entre agricultores-técnicos, quanto técnicos-técnicos. De um lado parece estar uma visão mais ampla do processo a partir do tema gerador, entendendo que há uma complexidade de relações que envolve a temática da árvore no pasto (atores-chave 1, 2, 3, 4 e 6), entretanto, de outro lado o mesmo tema é entendido de maneira mais limitada, focada na produtividade leiteira (ator-chave 5).

Os agricultores, em sua fala, demonstram que a lógica que orienta a tomada de decisão nesta questão vai além do aspecto econômico *O meu pensamento é dar conforto pras vacas. Eu quero plantar uma árvore lá. Eu não tenho interesse nenhum de pensar em daqui a 20 anos cortar uma tora. Eu quero plantar ela pra que meus animais se sintam bem e que não prejudique a minha pastagem. Eu não tenho esse interesse econômico. Pra isso eu tenho o eucalipto. Se eu quero vender tora, eu vendo dali. A árvore no pasto pra mim é pra passarinho fazer ninho e pra dar sombra pras vaca.*

Carmo (1998), afirma que a lógica de desenvolvimento e prosperidade de um agricultor familiar, como é o caso do agricultor do Grupo do Pasto, se dá de forma tão peculiar que pode ocorrer mesmo com uma redução em sua renda econômica. Além do mais, o fato dos agricultores disporem de recursos limitados (não só financeiros, mas muitas vezes humanos, físicos, ambientais), os obriga a desenvolver estratégias de produção que não provoque a deterioração na qualidade dos recursos existentes (Ploeg, 2006). O que vem ao encontro do interesse dos agricultores da pesquisa com relação ao plantio de espécies arbóreas nativas.

De outro lado se verificou nesta questão que há total divergência dos técnicos da iniciativa privada à inclusão da árvore no sistema gado/pastagem, situação conhecida pelos agricultores, como se comprova a seguir. *Sistema Silvipastoril, eles [técnicos da iniciativa privada] dizem que não vêem muita vantagem de ter ou de não ter [árvores para sombra]. Até me perguntaram, assim, quantos dias no ano eu precisei tirar os animais dos piquetes. Os próprios técnicos da iniciativa privada confirmam dizendo, a minha opinião técnica sobre a árvore pra sombra no pasto, ela é inviável. Por outro lado, há também o pensamento dos técnicos do setor público e parceiros externos de que (...) os agricultores estão empolgados. Eles não acham que a árvore no pasto vai trazer um problema, nem pro pasto nem pro gado. Ao contrário, eles acham que só vai trazer benefícios.*

Evidenciando as diferentes visões, ficam como perguntas: Por quais razões estariam ocorrendo tais divergências? Haveria relação com as instituições de origem dos técnicos?

Para os técnicos da iniciativa privada o Grupo do Pasto é um espaço para (...) *discutir pastagem, enfim, atividade leiteira e tudo que envolve*. Porém, o “tudo que envolve” significa produtividade da pastagem e do leite, preços e qualidade do leite, ou seja, uma visão imediata sobre atividade leiteira. Em seu discurso argumentam que os agricultores não estariam interessados em discutir questões “mais amplas”, entretanto o que se verificou não foi bem isso, sendo muitas vezes a opinião dos agricultores bastante diferente daquela dos técnicos da iniciativa privada. Então por quê utilizar os agricultores para argumentar suas idéias? Por quê não procurar expressá-las com seus próprios argumentos? Esta visão tão focada na produtividade do leite teria algo a ver com sua instituição de trabalho, o laticínio?

Os desafios são de várias escalas, desde a condição individual, com a pouca preparação do técnico/pesquisador em lidar com as inúmeras divergências, a condição institucional, seja do setor público, ongs, academia e iniciativa privada, que define homogeneamente procedimentos, até a escala macro social, culturalmente procurando simplificar as situações que são complexas.

É um aprendizado recente a criação e a institucionalização de fóruns (seja do tamanho ou dimensão que for), voltados a trabalhar questões que envolvem diversos interesses, demandando a reunião de seus representantes e o debate sistemático por encaminhamentos e/ou soluções negociadas. Este parece ser o desafio central dos processos participativos.

3. Considerações finais: O entendimento coletivo sobre a participação

Através dos resultados apresentados neste artigo é possível observar o quão diferenciado pode ser o entendimento a respeito do que significa a participação e seus processos. Parece bastante claro que trabalhar em processos participativos proporciona uma série de vantagens, mas carrega consigo também inúmeros desafios a serem superados nas mais variadas esferas.

O presente estudo analisou um caso concreto, em que se desenvolveu um processo participativo voltado à construção de arranjos silvipastoris adaptados às condições de cada agricultor familiar do Grupo do Pasto, em São Bonifácio. O interessante neste caso é que o desenvolvimento do processo participativo partiu de uma instituição pública de pesquisa e extensão rural (Epagri/SC), que teve e ainda tem o difusionismo como um eixo orientador de suas ações. Entretanto estas mesmas instituições tem vivenciado algumas mudanças, mesmo que recentes e incipientes, nos seus procedimentos e métodos de pesquisa e extensão rural. A novidade da participação (nem tão nova assim!) também tem alcançado outros ambientes que atuam para o desenvolvimento rural, o que envolve nos processos tantos atores, no caso deste trabalho, a iniciativa privada, a universidade e os agricultores, em particular os do Grupo do Pasto de São Bonifácio, interessados em ter a árvore no pasto.

O objetivo central deste trabalho foi identificar e analisar o entendimento sobre participação, dos envolvidos no processo de construção de arranjos silvipastoris, no município de São Bonifácio/SC. Para atingir este objetivo se recorreu a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Por meio desta metodologia, com a identificação e a união de expressões contidas nos discursos dos diversos atores-chave, foi possível analisar o processo participativo ocorrido, segundo as características, potencialidades e desafios verificados pelos atores-chave envolvidos.

Um ponto que ficou bastante evidente nos discursos é que a maior parte das divergências ocorrem entre os técnicos e pesquisadores de diferentes instituições. A principal divergência apontada pelos agricultores se refere às diferenças de percepções a respeito da viabilidade e dos benefícios da árvore para a atividade leiteira. Mesmo assim, esta divergência aparece porque alguns técnicos ainda acham que a lógica que orienta as decisões dos agricultores é meramente a econômica, quando na verdade, os DSCs dos próprios agricultores apontam que sua lógica vai muito além disso. Um estudo aprofundado a respeito das razões destas divergências de interesses bem como de possíveis formas de mediar e saná-las, se apresenta de extrema relevância, não só para a continuidade deste trabalho mas de outros afins.

Embora houvesse uma questão central a ser respondida neste trabalho - *Qual o entendimento sobre participação dos diferentes atores de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris?* -, não se tem uma única resposta, felizmente! Como se está lidando com processos, o que se identificou foram elementos e aspectos no caso específico de São Bonifácio, os quais se imaginam possam ser considerados como característicos de processos participativos. Dentre eles se destacam: a importância da valorização do conhecimento e da identidade local; o necessário diálogo entre os atores envolvidos; a busca do bem-estar coletivo, o respeito ao tempo processual de cada ator/instituição e a construção conjunta de conhecimentos.

O processo participativo analisado se originou da demanda dos agricultores por sombra no sistema PRV, visando dar conforto aos animais no pasto. Em decorrência disso a “sombra” foi considerada o tema gerador de todo o processo. Entendendo que o agricultor detém um tipo de conhecimento à respeito de características e formas de manejo de espécies arbóreas nativas, foram utilizadas metodologias que valorizassem este conhecimento e ao mesmo tempo permitissem uma interação com o

conhecimento científico na busca de arranjos silvipastoris adequados a região.

Como não poderia ser diferente, tendo em vista a participação de diferentes atores, com experiências de vida diferentes, portanto conhecimentos diferentes, houve opiniões distintas a respeito da real necessidade dos agricultores por sombra e das alternativas de arranjos silvipastoris. Os DSCs mostraram aspectos destas diferenças, como por exemplo: descontentamentos gerados pelos tempos característicos deste tipo de processo, considerado como demorado em se obter respostas; um sentimento de insegurança quando novos atores (parceiros externos) são convidados a participar; e, o aparecimento de várias divergências fruto de interesses, visões, idéias, concepções e de paradigmas distintos, tanto de ordem individual quanto institucional.

A Figura 2, a seguir, permite que vislumbre como os atores-chave lidam com o tema gerador “sombra”, o qual contém em si inúmeras dimensões, e, por conseguinte como interagiram no decorrer do processo participativo voltado à construção de arranjos silvipastoris.

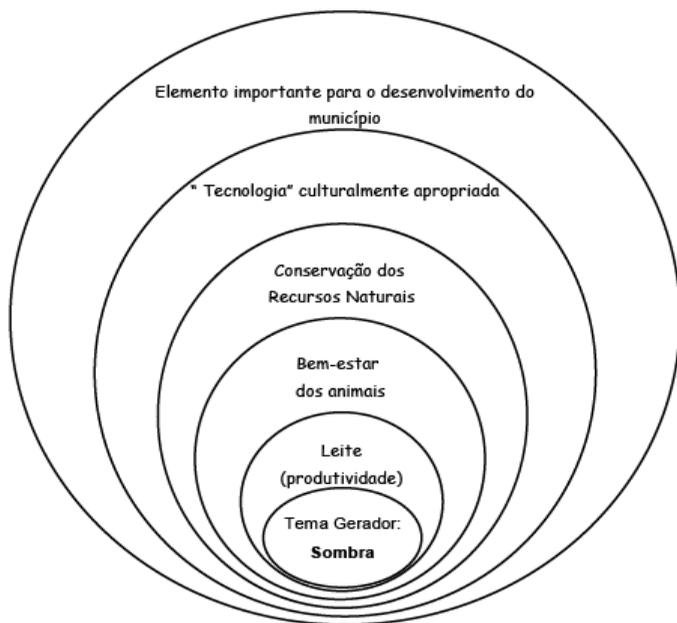


Figura 2: As diferentes dimensões que o tema gerador “sombra” promoveu no processo participativo de construção de possíveis arranjos silvipastoris em São Bonifácio - SC.

A figura mostra como o tema “sombra” apresenta distintas dimensões, segundo se apreendeu dos próprios atores-chave. Ele pode representar tanto a produtividade leiteira, o bem estar animal, a conservação de recursos naturais, uma tecnologia adaptada, como ser um elemento importante para o desenvolvimento do município. Embora cada ator se identifica mais diretamente com uma das dimensões, segundo seus interesses, visão, concepções, valores etc., isso não significa que não transitem entre as diferentes esferas, apontadas na figura. Por exemplo, os agricultores abordam o tema gerador “sombra” tanto na dimensão de melhoria da produtividade do leite, também como uma tecnologia adaptada às suas propriedades, como é o caso dos SSPs, mas, seu principal interesse está voltado a dimensão do bem-estar de seus animais.

Os técnicos, por sua vez, também transitam em diferentes dimensões em relação ao tema gerador “sombra”. Embora todos visualizem as distintas esferas, porém se detêm mais fortemente em uma ou outra, conforme seus interesses e o de suas instituições empregadoras. Os atores-chave 3 e 4, por pertencerem ao setor público (Epagri e Secretaria Municipal de Agricultura) possuem um interesse mais voltado à produtividade do leite como uma das principais alternativas de renda dos agricultores familiares do município; o interesse nos SSPs está também na possibilidade de se construir ou de se reelaborar uma tecnologia adequada às condições de cada agricultor; mas também tem forte interesse nas ações promotoras de desenvolvimento, enxergando o tema gerador “sombra” como uma chave para esta possibilidade.

O ator-chave 6, ligado a vida acadêmica (UFSC), em parte compartilha dos mesmos interesses dos técnicos do setor público, no entanto, dá maior importância à reelaboração de uma tecnologia adaptada à São Bonifácio e à conservação dos recursos naturais. Por fim, o ator-chave 5 é o que tem o foco mais direcionado, no caso para o aumento da produtividade do leite, uma vez que representa o interesse do seu empregador, o laticínio.

Tais divergências se mostraram como impeditivas de se avançar no processo participativo, visando a construção de conhecimento no que se refere aos possíveis arranjos silvipastoris. O exemplo claro se refere a implantação da árvore no sistema PRV, que deveria envolver a participação e o debate de todos atores - técnicos, parceiros externos e agricultores. O que se verificou foi o seguinte: de forma isolada o tema foi debatido por pares de atores, ou seja, técnicos locais/agricultores e parceiros

externos/agricultores; poucos encontros ocorreram entre técnicos locais/parceiros externos; porém, nunca se encontraram e debateram as três categorias juntas. Parece que foram estas situações que colaboraram para algumas das incertezas relativas aos arranjos, mas isso faz parte do processo.

Por outro lado, as mesmas divergências podem ser olhadas pelo seu lado positivo. Entende-se que são elas que garantem que a construção de arranjos silvipastoris seja realizada com os “pés no chão”, ou seja, que estejam mais adequados as especificidades dos agricultores, com resultados econômicos, ambientais, sociais e estéticos.

Pode parecer contraditório a primeira vista, mas parece que são os embates e as divergências que qualificam o processo participativo, tal qual se verificou no presente estudo. Com a participação se percebe que os processos refletem a riqueza e a complexidade da sociedade, predominando a diversidade de idéias, de conhecimentos e de interesses, presente entre os diferentes atores. Claro que a diversidade se mostra construtiva na medida em que há respeito às opiniões na busca de soluções. Embora no processo analisado não se tenha conseguido a interação “ideal”, como se apontou anteriormente, mas foi a partir das articulações existentes que se chegou a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris.

Outros aspectos que merecem ser destacados como produto deste trabalho se referem ao seguinte: embora tenha se verificado entre os técnicos a pré-disposição em trabalhar com métodos e ferramentas participativas, seja com os agricultores, outros técnicos, como outros atores (parceiros externos), de outro lado é ainda forte o que se pode chamar de “orgulho técnico”, representado por uma necessidade de supervalorizar a ação individual em prol do trabalho coletivo. Outros dois aspectos relativos aos técnicos também transparecem, e podem ser considerados de ordem externa, o primeiro se refere a formação acadêmica e profissional, que tende a não prepará-lo para lidar com a complexidade existente no meio rural; e o outro diz respeito as definições da instituição na qual trabalha, que muitas vezes tende a homogeneizar procedimentos e soluções, também se desviando da complexidade.

Do lado dos agricultores, se verificou que eles percebem o processo participativo como algo bom, que os ajuda a elaborar novas idéias, passíveis de serem implantadas em suas propriedades. Entretanto a grande reclamação é com o tempo que o processo exige para a concretização de

ações. Reconhecem que através das discussões em grupo tem oportunidade de expor suas idéias, de ouvir a dos outros, e, ainda, descobrir os seus próprios conhecimentos. Embora tenham se mostrado satisfeitos com as discussões sobre os arranjos SSPs, preocupam-se com lacunas e incertezas presentes. Mas também isso parece ser um dos aspectos relevantes do processo participativo, as não certezas.

Embora não conclusivo este trabalho permite que se confirme que a participação é o resultado das relações entre pessoas, que embora pensem e ajam de maneira diversificada, segundo interesses, valores etc., exige ainda a convivência e a orquestração entre as diferentes visões. É discutir idéias e superar desafios. É se despir de preconceitos e de orgulhos. É respeitar conceitos e opiniões contrárias. É agir e refletir. É lidar com incertezas, com inseguranças. É saber ouvir e querer opinar. É aprender e ensinar ao mesmo tempo. É compartilhar conhecimentos e responsabilidades. Participação é, sobretudo, um ato de cidadania, de democracia, respeito e de equidade social.

4. Referências Bibliográficas

BOEF, W.S. Uma abordagem participativa para o novo profissional da pesquisa de desenvolvimento agrícola. In: **Estratégias participativas de manejo da agrobiodiversidade**. Florianópolis, SC, NEABio. p. 109 – 117. 2006.

BUNCH, R. **Duas espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 221 p. 1994.

CAPORAL, D. S. **Sistemas Agrofloreais Pecuários: Rumo à Construção Participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 174 p. 2007.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR. p. 215-238. 1998.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. Ed. Loyola. São Paulo, SP. 192 p. 1985.

FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. Ed. Tierra Nueva. Argentina y México. 109 p. 1983.

FREITAS, L.A.S. **A construção participativa de arranjos silvipastoris em São Bonifácio – SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas),

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 121 p. 2008.

GOMES, J.C.C. A técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas. In: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Ed. Tomo Editorial. Porto Alegre, RS. p. 287 – 294. 2001.

HOCDÉ, H. **A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 36 p. 1999.

KAMP, J.V.D.; SCHUTHOF, P. **Geração participativa de tecnologias: implicações práticas e teóricas**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 94 p. 1991.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar**. Campinas, SP: Ed. Unicam. Vol1. 336p. 1993.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2ª ed. Ed. Educ. Caxias do Sul, RS. 256 p. 2005.

MDA. **Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF. 26 p. 2004.

MDA. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. Brasília, DF. 27 p. 2006.

MUSSÓI, E.M. **Enfoques pedagógicos para intervenção no meio rural**. Curso a Distância de Aperfeiçoamento em Agroecologia. 40 p. 2006.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Epagri. Florianópolis, SC. 523 p. 1996.

PINHEIRO, S.L.; BOEF, W.S. **Construção social de conhecimentos: uma experiência de formação, ação e aprendizado promovendo pesquisas participativas “com” comunidades rurais em Santa Catarina**. Revista Eisforia. p. 01-13. Florianópolis, SC, 2006.

PLOEG, J. V. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da Agricultura Familiar**. Org. Sérgio Schneider. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 13-54. 2006.

PROBST, K.; et al. **Understanding participatory research in the context of natural resource management – paradigms, approaches and typologies**. ODI – Agricultural Research & Extension Network. Agren Network, documento n° 130. 16 p. 2003.

RAMOS, L.F. Da contradição do sujeito na extensão rural. In: **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, AM. p.117 – 122. 2006.

RUAS, E.D.; et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, MG. 134 p. 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS E QUILOMBOLAS: QUESTÕES PARA DEBATE E DESAFIOS À PRÁTICA EXTENSIONISTA

Alexandra Santos¹
Sheila Maria Doula²

Resumo

Este artigo apresenta uma análise de duas políticas públicas que elegem os povos quilombolas como beneficiários, em contraposição à situação de invisibilidade que enfrentam dez comunidades quilombolas de Minas Gerais junto às redes sociais locais. O foco se encontra na apresentação da necessidade em inserir estes sujeitos nos sistemas econômicos e socioculturais como premissa para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: remanescentes de quilombo, direitos de quilombolas, Políticas públicas.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Bolsista CNPq. Correspondência: Departamento de Economia Rural Universidade Federal de Viçosa, 36571-000. Viçosa-MG. Endereço eletrônico: santosal@uai.com.br

² Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Correspondência: Departamento de Economia Rural Universidade Federal de Viçosa, 36571-000. Viçosa-MG. Endereço eletrônico: sheila@ufv.br

PUBLIC POLICIES AND “QUILOMBOLAS” PEOPLE: ISSUES TO DEBATE AND CHALLENGES TO THE EXTENSION PRACTICES

Abstract

This paper presents an analysis of two public policies which show “povos quilombolas” as beneficiaries in opposition to the invisibility faced by ten communities settled in Minas Gerais in relation to local social nets. The focus stems from showing the necessity of inserting these groups in the economic and socio-cultural systems as a premise to the local development.

Keywords: “povos quilombolas”, quilombolas’ rights, public policies.

Introdução

Tradicionalmente vinculados à questão da resistência e caracterizados como escravos rebeldes que fixaram residência à margem da sociedade, os quilombolas enfrentam, ainda hoje, uma situação aqui determinada como um não-lugar social. Este fenômeno fica evidenciado quando se estabelece comparações entre políticas públicas do Estado que preconizam benefícios a estas comunidades e a situação real em que se encontram alguns destes grupos frente às instâncias locais.

Neste trabalho, ressalta-se a importância do processo de ressemantização do conceito de quilombo e do efetivo assujeitamento³ de tais comunidades em relação às redes de convivência local. Apresenta-se esses fatores como premissa para o desenvolvimento sustentável e para a conquista dos direitos outorgados a comunidades negras que preservam referências culturais afro-brasileiras.

A análise das proposições contidas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, elaborada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, a ser implementada pela Secretaria de Agricultura Familiar - MDA-SFA (Brasil, 2004), e do programa Brasil Quilombola, também de autoria do MDA por meio da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir (Brasil, 2005) e uma breve abordagem sobre a realidade de dez comunidades quilombolas

³ O termo *assujeitamento* é empregado no texto em seu sentido foucaultiano ou seja, “consiste em fazer com que cada indivíduo seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos e classes de uma determinada formação social” (BRANDÃO, 1998, p.89)

identificadas no estado de Minas Gerais orientam questionamentos sobre a importância de estes grupos emergirem nos sistemas sociais locais, como agentes participativos no processo de desenvolvimento sustentável.

A fim de sistematizar os elementos organizativos do debate que ora se apresenta, parte-se da explanação sobre o processo evolutivo do conceito de quilombo para que as proposições subseqüentes sejam mais bem compreendidas.

Quilombos revisitados: mudanças conceituais

Historicamente, os estudos sobre quilombolas os remetem a cenários de invasões, resistência, furtos e destruição. Reis (2000) assegura que os paradigmas das pesquisas sobre essas comunidades são basicamente orientados por duas correntes epistemológicas: a marxista e a culturalista. Enquanto esta se posiciona no sentido de investigar elementos socioculturais que caracterizam os grupos sociais, aquela toma os fenômenos da resistência e a sistemática econômica como elementos que norteiam suas análises.

Embora não abandonem as duas vertentes tradicionais, as questões intervenientes dos anos 80 e 90 são repensadas, e os estudos sobre remanescentes quilombolas ingressam por novos horizontes a partir da junção de pressupostos teórico-metodológicos da antropologia social e da história. Isso ocorre pelo fato de os cientistas considerarem a cultura sob ótica não reducionista visto que pensam nas comunidades quilombolas pelo prisma de sua relação com o mundo que as cercam, e por incorporarem em suas discussões elementos que perpassam por eventos sociopolíticos.

Fiabani (2005) sistematiza cronologicamente o processo de ressemantização do termo quilombo, que deixa de ser associado apenas ao fenômeno da escravidão e ganha significação sociocultural através dos tempos.

O autor elenca os diversos olhares históricos sobre os quilombolas a partir do século XVI, quando foram caracterizados, por Gaspar Barleu, como salteadores e ladrões (Fiabani, 2005). Este aspecto negativo em relação às comunidades encontrou defensores até o século XIX, quando se percebeu a organização de forças destruidoras de quilombos e a caracterização dos negros como raça inferior.

No século XX é possível observar novos parâmetros categóricos no tocante às questões de remanescentes de quilombos, a partir dos quais a economia, a cultura, a política e também o conceito em relação à organização social destes atores são repensados e reconstruídos.

O rearranjo conceitual que se percebe não ocorre, entretanto, devido à aquisição de novos formatos sociais agregados à cultura quilombola. Ele acontece em decorrência da necessidade de expansão do atendimento de disposições legais apontadas pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, nos quais “os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos” são estabelecidos como tombados.

Os referidos artigos se ocupam da preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, de grupos populares participantes do processo civilizatório do país e são complementados, no que se refere às comunidades quilombolas, pela criação do Art. 68 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe que “aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Isto posto, o direito coletivo de titulação da terra, como um patrimônio cultural, é detido por comunidades de remanescentes dos quilombos existentes no período da escravidão brasileira, ou seja, um grupo incipiente de pessoas, considerando o hiato de um século entre o fim da escravidão e as proposições constitucionais, já que, como remanescente, como sítios detentores de reminiscências históricas, lê-se os espaços que restaram dos quilombos do século XVIII.

Detem-se, assim, que o processo de mudanças conceituais sobre os quilombos é instaurado para que seja atendida toda comunidade negra, rural ou urbana, com origens afro-descendentes. Este fenômeno, essencialmente político, caracterizado como um evento de recriação das tradições, resulta na amplificação do contingente de comunidades negras de raízes múltiplas como beneficiárias das disposições transitórias.

Vale aqui destacar o papel da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) nesse processo de reestruturação conceitual. Em outubro de 1994, a ABA criou o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito moderno e atualizado para o “evento quilombo”. Os pesquisadores do grupo emitiram parecer em relação às comunidades quilombolas estudadas até aquele momento. No documento proveniente do encontro, o termo quilombola não se refere a

“resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica” (Leite, 2000, p.342).

Após quase dez anos, em 2003, a ABA, em diálogo com o Ministério Público, definiu quilombo como sendo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (Fiabani, 2005, p.12).

Neste contexto, a questão dos quilombos brasileiros revela-se de grande complexidade pois

tratava-se de se considerar não apenas os aspectos referentes à identidade dos negros do Brasil, mas vários atores envolvidos e os inúmeros interesses conflitantes sobre o patrimônio material e cultural brasileiro, ou seja, questões de fundo envolvendo identidade cultural e política das minorias de poder no Brasil (Leite, 2000, p.342)

Isto aponta para o fato de que os quilombos deixaram de ser caracterizados apenas pelas redes de significação histórica e racial, para incorporarem valores econômicos e socioculturais em seu conceito oficial.

Schmitt, Tauratti e Carvalho (2002), refletindo sobre o conceito contemporâneo e ampliado de quilombo, enfatizam os elementos identidade e território como essenciais nesse processo. As autoras afirmam que o “termo em questão (remanescentes quilombolas) indica a situação presente dos segmentos negros de diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentido de se pertencer a um lugar específico” (Schmitt, Tauratti e Carvalho, 2002, p.4).

As considerações de Brazil (2006) a respeito do conceito de quilombo também vinculam a modificação conceitual à necessidade de adaptação aos pressupostos legais, ou seja, um conceito que abranjesse apenas as questões de ancestralidade não atenderia a um grande contingente de comunidades que se formaram pós-abolição. Neste sentido,

procurou-se contornar essa realidade não através da extensão da Lei, mas com interpretação abrangente e supra-histórica da categoria quilombo, que passou a designar em contradição frontal com a realidade histórica, toda e qualquer comunidade com raízes africanas, fossem quais fossem suas origens. A partir de então, a definição de uma comunidade

rural e, a seguir, urbana, como quilombola, não se deu através do reconhecimento de sua origem em um quilombo, na pré-Abolição, mas da simples auto-proclamação como quilombolas de grupo social estável ou semi-estável com algum grau de ancestralidade africana. (Brazil, 2006, p.10)

Desta forma, a autora nos remete à dilatação máxima do conceito de quilombo utilizado em referências oficiais, como no Art. 2 do Decreto Federal nº 4.887, de novembro de 2003, quando se determinou que fossem enquadrados nas facilidades da Lei os “grupos étnicos-raciais segundo critério de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Assim posto, o conceito de quilombo passa a dar conta, semanticamente, das especificidades históricas e culturais de comunidades negras que habitam terras com registros de ex-quilombos, ou que tenham trajetória histórica própria, desde que se auto-reconheçam como quilombolas.

Ainda em relação ao conceito expandido de quilombo, criado como estratégia legal para amparar também as comunidades negras formadas sem um vínculo indissociável com ações de resistência do período escravista, o historiador Maestri (2005) afirma:

aceitamos a definição dos núcleos rurais negros contemporâneos de origens múltiplas como *novos quilombos*. Mas não aceitamos a destruição arbitrária e autoritária da especificidade dos quilombos que se formaram como forma de resistência ao sistema escravista que vigorou legalmente até 1888 no seio dos fenômenos múltiplos e diversos ensejados pelo escravismo, direta ou indiretamente, antes e após a Abolição. (Maestri, 2005, p.251)

É possível perceber, assim, que nas comunidades de remanescentes de quilombos, a partir da década de 1990, não se encontram apenas negros que se organizam em terras de refúgio, compradas ou doadas por seus senhores. A essência quilombola da atualidade não está apenas nas raízes históricas (que também não podem ser negadas), ela se concebe a partir de um projeto de autodefinição, de uma articulação cultural de comunidades negras que, de alguma forma, se aglomeraram e preservam relações identitárias com a cultura afro-brasileira.

Nesta perspectiva, a cultura, formatada a partir de ações e relações cotidianas, é a instância primeira para a conceituação do que sejam comunidades de remanescentes de quilombos e o assujeitamento ideológico passa a ser fator primordial para que esses grupos se identifiquem como quilombolas, a partir de representações sociais construídas, de práticas cotidianas e de relações que mantêm entre si e seu entorno.

Do exposto, é preciso pensar nesses grupos como possuidores de articulações sociopolíticas e econômicas próprias e não de forma teatralizada, como se fosse possível criar um estereótipo daquilo que se espera que sejam, como se estivessem emoldurados em um tempo e espaço que não se modificaram desde a escravidão. A existência de comunidades quilombolas, na acepção contemporânea do termo, está indissociavelmente ligada ao processo de integração social desses sujeitos. Ela rompe com a possibilidade de manutenção da percepção estática tradicional na qual os quilombolas continuariam sendo considerados como grupos de ex-escravos que se refugiavam e se organizavam no sentido de reagirem e se rebelarem contra o regime ao qual estavam submetidos.

É preciso compreender que o que as disposições legais fazem não é criar uma nova forma de quilombo, mas sim, incorporar na nomenclatura as comunidades negras, rurais ou urbanas, que assumem a responsabilidade de preservar o legado cultural a eles passados por seus ancestrais, estando elas localizadas em terras de antigos quilombos ou não.

Quilombos beneficiados: considerações acerca da Política Nacional de Ater e do Projeto Brasil quilombola

Como abordado anteriormente, compreender a sistemática que envolve as comunidades de remanescentes de quilombos requer o esforço de uma análise conjugada entre fenômenos históricos, políticos, ideológicos e, essencialmente, culturais.

Detentores de uma organização social própria, os quilombolas se diferem, tanto de cidadãos negros que não vivem em comunidades que se organizam por questões étnicas, e que não se reconhecem como quilombolas, quanto de grupos rurais que não se caracterizam fundamentalmente por questões históricas, raciais e culturais. Por outro

lado, entretanto, por características análogas, se inserem, de alguma forma, nestes grupos.

Neste trabalho, busca-se compreender algumas implicações da inserção de quilombolas nos referidos grupos sociais, a partir da análise das proposições da PNATER e do Programa Brasil Quilombola. Ambas as políticas enquadram as comunidades quilombolas como atores beneficiários sob perspectivas diferenciadas.

Publicada em 2004, a PNATER surge como guia ao novo caminho que se pretende traçar para a extensão rural no Brasil. Este documento preconiza o rompimento com a herança difusionista e dos “pacotes tecnológicos” da Revolução Verde e se pauta nos pressupostos agroecológicos, ao mesmo tempo em que se assume como proposta pedagógica humanista e dialógica na qual o produtor rural se insere como agente participativo no processo de desenvolvimento rural sustentável.

A PNATER aponta, como um de seus pilares fundamentais, o “respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas” (Brasil, 2004). Indica o auxílio na valorização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola no meio rural, à segurança alimentar e nutricional sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania. Elenca, como público atendido, as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas.

Percebe-se, no discurso da nova política de Ater, que se pretende assegurar às comunidades rurais o amparo técnico no que diz respeito a ações que focalizam o desenvolvimento sustentável e que não sejam dissociadas de suas especificidades em termos étnicos e culturais. A política aponta, ainda, uma nova estrutura metodológica para a ação dos extensionistas que passa a seguir paradigmas educacionais.

Já o Programa Brasil Quilombola, criado em 2005 e coordenado pela Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial - Seppir - em ação conjunta com os organismos federais vinculados ao já citado Decreto nº 4.887/2003, “estabelece uma metodologia pautada em um conjunto de ações que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com suas especialidades históricas e contemporâneas, garantindo direitos à titulação e a permanência na terra

[...]” (Brasil, 2005) e tem como proposta essencial o enfrentamento das diferenças para que se valorizem as diversidades dos povos negros no tocante às dimensões do ecossistema, do gênero, da regulamentação fundiária, da saúde, da educação, dentre outros.

O Brasil Quilombola ainda assegura acesso à alimentação, melhoria das condições socioeconômicas, benefícios sociais e educacionais, incentivo à cultura, bem estar comunitário, fatores relacionados ao processo de sucessão, ao esporte, amparo político, dentre outros. Seus pilares são fundamentados, a exemplo da PNATER, em princípios agroecológicos, estabelecendo que os quilombolas sejam posicionados como protagonistas em todo o processo de decisão, fortalecendo-se, desta forma, a identidade cultural e política.

Com esta sucinta apresentação é possível reter que há uma espécie de duplicidade de funções e premissas em relação ao que preconizam as políticas públicas citadas. Uma visão otimista poderia prever que uma política suplantaria as faltas da outra, já que ambas apresentam diretrizes semelhantes. A oferta dupla de propostas, entretanto, não garante que esses grupos obtenham seguridade de seus direitos em termos fundiários e de desenvolvimento sustentável.

Defende-se que a questão essencial no tocante às comunidades quilombolas não é a de criação de outras leis ou políticas que façam valer direitos já assegurados oficialmente. Ou seja, a existência de políticas sobrepostas que incluam os quilombolas como beneficiários não é suficiente para garantir-lhes o direito essencial de posse coletiva de terras ou mesmo de reconhecê-los como sujeitos ativos nas articulações socioculturais em face aos espaços que ocupam.

Esta hipótese pode ser comprovada com uma pesquisa realizada em dez quilombos do estado de Minas Gerais. O documento de catalogação das comunidades de remanescentes quilombolas identificadas em Minas Gerais, realizado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES- e dados fornecidos pela assessoria de comunicação da Fundação Cultural Palmares foram referência para a seleção dos grupos estudados. As dez comunidades escolhidas se encontram nas micro-regiões do Ciclo do Ouro e Zona da Mata Norte e se localizam nos municípios de Amparo do Serra, Jequeri, Ouro Preto, Ouro Branco, Ponte Nova e Piranga.

Quilombos e anonimato: a cultura invisível de comunidades quilombolas em Minas Gerais

Ancoradouro de manifestações antiescravocratas, Minas Gerais possui uma miríade de mais de 350 comunidades de remanescentes de quilombos identificadas, sendo, até janeiro de 2008, apenas uma titulada, a comunidade de Porto Coris, situada no município de Leme do Prado.

No dia 16 de janeiro de 2008 o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA/INCRA - publicou informe sobre três novos processos de titulação, realizados pela Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa (FUNDEP). O laudo realizado pela FUNDEP é parte da documentação necessária para a efetivação da titulação das comunidades de Luízes, Marques e Mangueiras. Com estes, Minas Gerais soma, atualmente, 88 processos em andamento.

A parceria entre universidades, órgãos de pesquisas e organismos federais caracteriza-se como um movimento de articulação estratégica para que comunidades de remanescentes quilombolas tenham seus direitos efetivamente garantidos.

O reconhecimento público destas comunidades, entretanto, não se realiza pelos direitos asseverados pela Carta Constitucional, nem pelas políticas públicas a elas destinadas. Sua existência efetiva enquanto remanescentes de quilombos é um longo caminho repleto de entraves legais e sociais que se iniciam pelo auto-reconhecimento, um dos primeiros obstáculos para este processo. O imaginário coletivo desses povos e daqueles que os cercam é repleto de representações preconceituosas que atribuem ao termo quilombo significado pejorativo e depreciativo que, somado ao desconhecimento de seus direitos legais, pode acarretar na renúncia do reconhecimento.

A negação da identidade quilombola retarda a efetiva existência destes atores, pois precisam emergir como comunidade perante os grupos sociais localizados em seu entorno e assumir sua essência em termos de consciência identitária para assegurarem quaisquer direitos que oficialmente detêm. Neste sentido, a academia, as prefeituras, as escolas, os hospitais, as agências de Ater, os grupos artísticos e demais instâncias concernentes às questões culturais afro-brasileiras ocupam papel fundamental no processo de reconhecimento e inserção desses grupos nas redes sociais, econômicas, educacionais e culturais locais.

Legalmente, a certificação, reconhecimento e titulação dos quilombos competem, segundo o Art. 3 do decreto nº 4.887 de 2003, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que pode estabelecer convênios diversos a fim de que esta atribuição seja cumprida. Ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, cabe o trabalho de acompanhamento do processo, conferindo seguridade no que tange a questões culturais e identitárias. A Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial deverá assistir o INCRA nas questões relativas aos direitos raciais e territoriais.

As orientações para a titulação das comunidades quilombolas se iniciam com a identificação, realizada através da autodefinição do grupo, confirmada com documento de Certidão de Registro, no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. Após a certificação, é necessária a elaboração de um relatório antropológico sobre a comunidade e o levantamento de toda a cadeia dominial dos imóveis localizados na área pleiteada. A demarcação e titulação do território com outorga do título coletivo e pro-indiviso são realizadas em nome da associação comunitária. Os títulos das terras são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis⁴.

Em todo país, apenas 36 comunidades possuem titulação, o que pode ser considerado um montante ainda incipiente, visto que o primeiro título de posse coletiva foi emitido no ano de 1995. Isto configura a morosidade do processo que depende, essencialmente, de que estas comunidades saiam do anonimato e consigam o rompimento com a constante representação de uma cultura estática que torna os quilombolas segregados e indissociados à história da escravidão.

Pesquisa realizada com representantes de instituições públicas dos seis municípios em que dados oficiais apontam a existência de dez comunidades de remanescentes quilombolas comprovam, entretanto, que estes atores enfrentam certa invisibilidade no cenário socioeconômico e cultural dos municípios em que se localizam.

Um dos fatores que leva a esta afirmação é a dificuldade em se obter dados sobre as comunidades. Na primeira etapa da pesquisa, entrevistas por telefone foram realizadas com representantes das secretarias de agricultura, cultura e educação das prefeituras municipais,

⁴ Dados captados em www.mda.gov.br.

além dos técnicos de agências da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - dos municípios nos quais as dez comunidades se localizam.

Um dos informantes da pesquisa, funcionário da Emater, mostrou desconhecimento sobre o termo “comunidade quilombola” e após ser esclarecido afirmou que: “já ouvi falar destes lugares aqui, mas não sei onde ficam, não deve ter ninguém que produz lá, pois na empresa a gente tem uma cartilha para direcionar o trabalho, que é seguida. Se lá tivesse produtor, a gente saberia”.

Apenas quatro dentre as dez comunidades pesquisadas são assistidas como comunidades rurais de remanescentes de quilombos: Guiné, Bacalhau e Santo Antônio de Pinheiros Altos, do município de Piranga; e a comunidade Estiva, situada no município de Amparo do Serra.

A partir desse dado, em uma segunda etapa, realizou-se pesquisa de campo em dois dos seis municípios pesquisados: Piranga, que possui trabalho de extensão rural junto às comunidades e Ponte Nova, onde três comunidades são catalogadas, mas não são assistidas.

Foi possível perceber que as comunidades de Piranga recebem assistência técnica não somente no que se refere à esfera da produtividade agrícola e da pluriatividade, mas também no âmbito cultural. Possuem associação de moradores e participam ativamente das redes de relacionamento socioeconômico local. Entretanto, o contato estabelecido durante uma feira de Agricultura Familiar realizada no município revelou que a assistência técnica nesta localidade não é estruturada de forma específica, isto é, os quilombolas são assistidos e participam das redes sociais locais, mas os projetos de extensão rural executados, em sua maioria, não os difere dos demais homens do campo e dos pequenos agricultores do município. Uma extensionista entrevistada afirmou que “não se trabalha com nada de raiz quilombola por que só agora estes grupos estão se organizando para conseguir a certidão com a Fundação Palmares”. Representantes da secretarias de cultura e de agricultura do município “reconhecem” a existência de quilombolas na localidade e chamam a atenção para a importância desses atores no que diz respeito à preservação de tradições históricas locais. Um dos informantes pontua a existência de um trabalho realizado em ação conjunta entre secretarias de educação e cultura para a manutenção da história e da memória afro-descendente nas escolas do município de Piranga. O projeto, ainda em andamento, ocorre somente na escola da comunidade quilombola, mas se apresenta como

uma tentativa de proposta de valorização e preservação das heranças afro-brasileiras.

Entende-se o papel que essas ações possuem por serem essenciais para a construção identitária dos quilombolas como núcleo participativo do município. Elas se configuram como elemento fundamental para o processo de auto-reconhecimento.

Constatou-se, ainda, que nenhuma das quatro comunidades “reconhecidas” em contexto local, está em processo de elaboração do relatório antropológico, ou seja, a oficialização da posse coletiva de terras é ainda uma conquista distante e não planejada.

Dentre as outras seis comunidades, uma é “conhecida” das instâncias locais como comunidade quilombola, mas seus moradores não são assistidos, nem como remanescentes, nem como pequenos produtores rurais. O técnico de Ater entrevistado informou que a falta de assistência se dá pelo fato de o município ser muito extenso e o quadro efetivo de técnicos extensionistas ser restrito.

As outras cinco comunidades não “existem” para as instâncias oficiais locais. Nenhum dos informantes forneceu dados sobre os quilombolas. Todos afirmam “já terem ouvido falar” de comunidades de negros na cidade, mas não souberam indicar onde se localizam, quantos moradores possuem, nem quais atividades exercem.

No município de Ponte Nova, onde três comunidades são notificadas pela Fundação Palmares, não se conseguiu informações sobre os quilombolas a partir do contato com organismos oficiais. Buscou-se, então, informações junto aos grupos artísticos de tendências afro-brasileiras. Este contato foi responsável por um elemento novo: uma das comunidades de remanescentes identificada é, na realidade, um bairro urbano em que há a ocorrência de dois grupos de atividades artísticas de origem afro: um de canturia⁵ e outro de manifestações artísticas gerais.

O coordenador do grupo de manifestações artísticas afirma ser um dos responsáveis pelo pedido de certidão de Registro que assegura a identificação do bairro como comunidade quilombola. O informante é funcionário da secretaria de serviço social da cidade e, por isso, o grupo conta com uma colaboração financeira para suas atividades. Ele afirma que

⁵ A canturia, segundo a informante, é um grupo musical especializado em canções entoadas nas senzalas.

a solicitação foi realizada e, após estudos sobre a localidade, a certificação de reconhecimento do bairro como quilombo foi obtida.

Esse dado salienta a fragilidade do processo de auto-identificação. No caso estudado, o pedido não é solicitação de produtores rurais ou de uma associação de moradores que realmente se assumam como quilombolas. Mudanças recentes na Instrução Normativa 20/2005-INCRA, dentre outras coisas, impedem que o pedido da certidão seja feito de forma aleatória, na medida em que aumenta o grau de exigência documental e de pesquisa para o processo de titulação das terras de antigos quilombos.

Apesar de muito criticadas por ativistas da questão, algumas das mudanças propostas à normativa evitam o fato ocorrido no referido quilombo no município de Ponte Nova. O contato realizado por telefone com cinquenta moradores revelou que, em sua maioria, não são informados sobre sua identidade de afro-descendente. Uma visita ao local confirma que o bairro em nada se difere dos demais bairros do município. Não há entre os habitantes traços e manifestações identitárias de comunidade remanescente de quilombos, somente os dois grupos artísticos cuja criação e atuação não se revelam como ações da coletividade.

As informações aqui apresentadas retratam o que, neste trabalho, se caracteriza como o não-lugar social que ocupam os remanescentes de quilombos. A considerar as proposições apresentadas pelas duas políticas públicas citadas, percebe-se que, em âmbito federal, há documentos que não somente reconhecem a existência e importância desses grupos no cenário cultural do Brasil, como a eles outorgam direitos e ações específicas. Entretanto, quando se concentra a análise no nível local, percebe-se que as comunidades de remanescentes quilombolas não ocupam lugar nas redes sociais nos municípios nos quais se situam, na medida em que não se reconhecem ou que não são reconhecidas como quilombolas, inclusive por agentes sociais responsáveis pela implantação das políticas públicas.

Neste sentido, afirma-se a existência de um vácuo existente entre o proposto nas políticas públicas aqui analisadas e a situação local de alguns grupos quilombolas. Ainda que implementadas as ações propostas nas políticas, como no caso da assistência técnica, a atitude homogeneizante por parte dos agentes de desenvolvimento impossibilita que a cultura quilombola seja valorizada e preservada.

Sem a manutenção da cultura afro brasileira, a identidade desses sujeitos fica impossibilitada de ser construída, pois ela deve ser configurada nas

ações cotidianas e expressas em representações do coletivo. A existência de políticas públicas que beneficiam comunidades quilombolas, por si só, não basta para a efetivação de suas proposições, tampouco para o reconhecimento de uma identidade específica.

Desta forma, urge que organismos dedicados às questões quilombolas se unam no propósito de acelerar a titulação das comunidades identificadas e de outras ainda não identificadas, partindo do princípio de que o primeiro passo para a efetivação da titulação seja a valorização e construção da identidade, o que deve ocorrer não somente no interior do grupo, mas também em seu entorno. Os quilombolas passarão a existir à medida que se reconhecerem e se assumirem como tais e, também, quando forem reconhecidos, sobretudo por aqueles que efetivamente convivem com eles. Será somente a partir deste auto-reconhecimento real que os projetos e propostas de desenvolvimento e de titulação poderão ser realizados

Considerações finais: desafios que continuam em aberto

Com os questionamentos aqui dispostos, pretende-se pensar na importância do processo de construção identitária das comunidades quilombolas como eixo de aquisição e efetivação de direitos legalmente existentes. Acredita-se romper com a homogeneização dos diferentes e assumir as características peculiares dessas comunidades como elemento positivo para a preservação da cultura seja tarefa inestimável para tal ação.

Entende-se que políticas aqui analisadas apresentem propostas prementes para a questão básica dos quilombolas, ou seja, a titulação das terras. Entretanto, a efetivação dos direitos outorgados perpassa por ações que envolvem sujeitos sociais de universos múltiplos, tais como academia, movimentos sociais, agentes de desenvolvimento e lideranças locais. A reivindicação de qualquer demanda, seja ela fundiária, de saúde pública, trabalhista ou educacional, deve partir da tomada de consciência dos atores envolvidos na causa.

É preciso considerar o contexto institucional dessas políticas. Elas elegem os quilombolas como beneficiários, mas o aparato institucional não se modela para abarcar as demandas específicas dessas populações. Sendo assim, é necessário, por exemplo, repensar a formação dos agentes

responsáveis pela execução das ações realizadas com grupos étnicos distintos. Os dados aqui apresentados sinalizam para o fato de que a falta de preparo dos agentes de desenvolvimento configura-se como fator relevante na invisibilidade que marca essas comunidades no cenário local. Partindo desta perspectiva, entende-se que enquanto projetos de Ater ou de ações que visem o desenvolvimento sustentável de quilombolas forem executados de forma homogeneizante, eles colocarão esses sujeitos em situação de invisibilidade ou ocupando um lugar social que não apenas seu.

Pensar nos quilombos em seu sentido contemporâneo significa pensar em grupos sociais cuja identidade se constrói em um processo dinâmico, na união de fatores diversos: história, cultura e relações de poder. É pensar em atores sociais detentores de discursos múltiplos que se constroem como sujeitos em suas relações com seus pares e com o universo externo às comunidades em que vivem. Ignorar as diferenças e peculiaridades desses sujeitos, certamente apresenta-se com um fator negativo para a construção de sua identidade.

É imprescindível que essas comunidades existam para seu entorno como culturalmente ativa e se identifiquem como quilombolas em seu amplo e moderno sentido, possibilitando o estreitamento da distância entre o que têm direito e o que desfrutam.

O que aqui se pretende é delinear uma discussão que apresente os quilombolas e sua organização social de forma dinâmica e que isso seja reconhecido nos arranjos sociopolíticos locais. Acima de tudo, deseja-se que estas considerações sejam incorporadas como desafios prementes por responsáveis pela concretização de políticas públicas, particularmente os extensionistas rurais.

Enfim, enfatiza-se a necessidade de inserir as comunidades de remanescentes de quilombos no universo real das redes sociais locais e na pauta extensionista, reconhecendo ser este um caminho possível para que a escravidão seja apenas uma página e não todo o livro da história desses povos.

Referências

Brandão, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

BRASIL, Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares. *Comunidades de Remanescentes Quilombolas Tituladas*. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em 01 de fevereiro de 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e assentados no Brasil*. Brasília: Convênio de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003.157p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Quilombolas*. Brasília: 2007. Publicado em 08 de maio de 2007. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em 1 de fevereiro de 2008

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília: 2005.

BRAZIL, Maria do Carmo. Formação do Campesinato negro no Brasil: Reflexões categorial sobre os fenômenos “quilombo”, “remanescente de quilombo” e “comunidade negra rural” In: *Encontro de História de Mato Grosso do Sul*, Dourados-MS: AMPUH, 2006.

CAPORAL, F. R. *Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados*. Brasília, agosto de 2005.

FIABANI, A. *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. São Paulo: editora Expressão popular, 2005.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. In: *Etnografia*. V. 12(2), 2000. P. 333-354.

MAESTRI, M. Terra e Liberdade: as comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. In: CARLOS, L. e MAESTRI, M. (orgs). *Afro-brasileiros: História e Realidade*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

REIS, J.J. & GOMES, F. S (orgs.). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHMITT, A. Tauratti, M.C.M. & Carvalho, M.C.P. Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Territórios nas Definições Teóricas. In: *Ambiente e Sociedade*. Ano V; n. 10, 2002.

O ESTADO DA ARTE DO ENSINO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Angelo Brás Fernandes Callou¹

Maria Luiza Lins e Silva Pires²

Maria Rosário F. Andrade Leitão³

Maria Salett Tauk Santos⁴

Resumo

Com o objetivo de realizar um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural no conjunto das universidades públicas e privadas do Brasil, esta pesquisa priorizou os seguintes eixos de análise: 1) temas contemplados no ensino da Extensão Rural; 2) interdisciplinaridade na Extensão Rural; 3) relação entre cursos de graduação e programas de pós-graduação em Extensão Rural; e 4) Incorporação das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural pelas disciplinas Extensão Rural, e afins. Para isso, foram elaborados cinco questionários destinados aos professores, coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação e coordenadores de área. Pôde-se destacar, dentre os principais resultados, a insuficiência da carga horária

¹Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutor em Ciências da Comunicação e Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX). peixes@elogica.com.br

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), Doutora em Sociologia. marialuizapires@gmail.com

³Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), Doutora em Sociologia. rosario@hotmail.com.br

⁴Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), Doutora em Ciências da Comunicação e Coordenadora do POSMEEX. mstauk@terra.com.br

necessária à formação do extensionista e a incipiência, nos programas de ensino da graduação, de temáticas e de uma bibliografia que dêem conta da complexidade do rural na contemporaneidade. Essa tendência não se confirmou, entretanto, nos projetos de pesquisa e de extensão e nos cursos de graduação. A importância atribuída à disciplina Extensão Rural e o reconhecimento do seu caráter multidisciplinar são também alguns dos dados que se destacaram na análise.

Palavras-chave: ensino, extensão rural, políticas públicas e metodologia.

THE SITUATION OF THE ART OF RURAL EXTENSION TEACHING IN BRAZIL

Abstract

With the objective of surveying the main tendencies in the academic world related to rural extension programs in the whole of the public and private university system in Brazil, this research prioritized the following lines of analysis: 1) themes contemplated in the teaching of rural extension programs; 2) interdisciplinary study in rural extension programs; 3) the relationship between graduate courses and post-graduate level programs in rural extension programs; and 4) incorporation of the public policies of technical assistance and rural extension programs into the subjects which comprise the rural extension programs. To this end, 5 questionnaires were developed for and sent to the professors and coordinators of graduate and post-graduate courses as well as other coordinators in the field. What stand out among the main results, are the insufficient hour requirements needed to shape the extension student and the immaturity of the graduate teaching programs, in the syllabus' and the bibliographies in order to do justice to the complexity of the contemporary rural extension programs. However, this tendency was not confirmed by research projects, extension projects or by the graduate courses. The importance attributed to the subject of rural extension programs and the recognition of it's being multidisciplinary also stand out in the analysis.

Keywords: rural extension programs, teaching, public policies and methodology.

1. INTRODUÇÃO⁵

O esforço de se romper com uma concepção do ensino universitário tradicional, pautado no difusionismo modernizador da agricultura, já se observava, nos meios acadêmicos, desde o final dos anos de 1970. Um exemplo ilustrativo foi apresentado pela Suplan/Abeas, por meio do seu Relatório Final intitulado: *Programa de Ensino de Extensão Rural*. O referido relatório trazia uma concepção de formação pautada no seguinte objetivo:

Criar condições para que os alunos, a partir de uma análise da problemática da agricultura brasileira e das diferentes estratégias de transformação da realidade rural, adquiram capacidade para, em suas futuras atividades profissionais, atuarem de maneira crítica e criativa no processo de mudança da sociedade. (Seplan/Abeas, 1978, p. 19).

É evidente que a obra de Paulo Freire *Extensão ou comunicação?* permeia essa ruptura e dá suporte teórico para se vislumbrar uma nova formação extensionista.

O relatório da SUPLAN/ABEAS apresentava, ainda, uma proposta básica do Programa da Disciplina Extensão Rural ao mesmo tempo em que expressava muitas inquietações próprias daquele período histórico.

Destacam-se, por exemplo, temas relacionados à reforma agrária, ao perfil profissional do extensionista voltado para uma inserção crítica na realidade rural, ao desenvolvimento para além da modernização da agricultura, aos diferentes anseios dos grupos sociais do campo, às formas de organização formal e informal dos contextos populares e, principalmente, à ação transformadora mediante projetos de intervenção.

⁵Este artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla desenvolvida para subsidiar o debate, por ocasião do *Seminário Comemorativo dos 60 Anos da Extensão Rural no Brasil*, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em parceria com Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 26 a 29 de maio de 2008, na Ilha de Itamaracá, Pernambuco. Esse seminário contou com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de Viçosa, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Ensino Superior e Ministério da Educação. Os dados aqui apresentados fazem parte do relatório de Callou, Pires, Leitão e Tauk Santos (2008).

Passados quase 30 anos dessa proposta, o que chama a atenção é a atualidade do debate, refletido nas preocupações que ainda permanecem no âmbito dos estudos sobre os contextos rurais. Só que, agora, às velhas inquietações somam-se outras questões, que exigem dos profissionais que se debruçam sobre o mundo rural respostas urgentes – e ainda mais complexas – que são geradas a partir das chamadas “crises contemporâneas”. A crise do mundo do trabalho, do Estado, das utopias clássicas e dos referenciais de análise, típicos de uma ciência cartesiana e utilitarista, são algumas dessas crises. Atrelado a isso, o crescimento exacerbado da exclusão social e da insustentabilidade planetária denuncia a urgência com que os problemas precisam ser analisados e resolvidos.

Nesse cenário, a Extensão Rural é desafiada a se posicionar, hoje, diante de um leque de novos referenciais, como: a reorganização do trabalho e da produção dentro de uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; as desigualdades sociais associadas a gênero, etnias e geração; as concepções de desenvolvimento, que promovem o empoderamento dos contextos sociais excluídos, tal como descritas no Desenvolvimento Local; a expansão das novas tecnologias de comunicação e informação; a perspectiva comunicacional, que considera as populações do meio rural como sujeitos que reagem às políticas governamentais e não-governamentais como produtores de sentido; os movimentos sociais pela terra; a agricultura familiar e suas relações com a segurança alimentar; a representatividade das atividades não-agrícolas e, mais recentemente, a agroecologia.⁶

Nesse sentido, é de se perguntar se os novos referenciais estão presentes no ensino da Extensão Rural e afinados com o perfil dos professores, por meio dos seus projetos de pesquisa e de extensão. É de se perguntar, também, se as matrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação contemplam esses desafios e se os mesmos estão refletidos nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural.

⁶ São vários os textos que abordam esses referenciais pela via da Extensão Rural. Vide, especialmente, Callou, 1983; Caporal, 1991; Braga e Kunsch, 1993; Santos e Callou, 1995; Tauk Santos e Spenillo, 1998; Giuseppa, 1999; Tauk Santos, 2000; Callou e Tauk Santos, 2001; Callou, 2002; Vela, 2003; Pires, 2003^a; Pires, 2003^b; Pires, 2004; Leitão, 2005; Tavares e Ramos; Leitão, 2006; Tavares e Figueiredo, 2006; Caporal e Costabeber, 2007; Dias, 2007; Callou, 2007; Leitão, 2008.

É com base nessas reflexões e tendo como referência os dados coletados para esta pesquisa, que o presente trabalho analisa o estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa *O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil* se propôs a fazer um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural, na graduação e na pós-graduação, no conjunto das universidades públicas e privadas em todo o território nacional. A análise e interpretação dos dados foram realizadas pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Interessava sinalizar algumas das principais tendências próprias do ensino da Extensão Rural no Brasil, a partir dos seguintes eixos: 1) Temas contemplados no ensino da Extensão Rural, por região, no Brasil; 2) Interdisciplinaridade na Extensão Rural; 3) Relação entre cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural; e 4) Incorporação pelas disciplinas Extensão Rural, e afins, das políticas públicas de ATER.

Essas preocupações foram agrupadas em cinco questionários, enviados ao conjunto dos professores envolvidos com a temática Extensão Rural nas cinco regiões do país.

Para isso, foram contactados 217 professores dos cursos de graduação e de pós-graduação, de universidades brasileiras, dos quais 63 professores responderam aos questionários, assim distribuídos: região Sul 18, região Sudeste 15, região Centro-oeste 5, região Norte 7 e região Nordeste 18.

Os questionários foram elaborados de acordo com o perfil para o qual se destinavam: professores de Extensão Rural dos Cursos de Graduação; professores de Extensão Rural dos Programas de Pós-Graduação; coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação da Área das Ciências Agrárias; e coordenadores da Área de Extensão Rural. Foi comum, ao conjunto dos questionários, uma ficha de identificação que deveria ser preenchida previamente.

O questionário destinado aos professores da graduação continha dois blocos. O primeiro voltava-se à obtenção de informações sobre a atividade do professor nas atividades de Ensino, quais sejam: metodologias utilizadas; curso em que a disciplina estava vinculada; carga horária da disciplina e dificuldades encontradas para a realização das aulas teóricas e práticas. O segundo bloco, por sua vez, focou os seguintes itens: relação da disciplina Extensão Rural com o Projeto Político-pedagógico dos Cursos; período em que a mesma é oferecida no Curso ministrado pelo professor; a obrigatoriedade ou não da disciplina na matriz curricular; as possíveis relações estabelecidas entre a graduação e a pós-graduação; a possível interdisciplinaridade da disciplina; a inserção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural nos programas. Além dessas questões, interessava saber as principais tendências dos temas trabalhados nos projetos de pesquisa e de extensão do professor.

O questionário destinado aos professores dos Programas de Pós-Graduação, além das informações comuns aos professores da graduação, trazia questões específicas relacionadas às linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e questões referentes à importância da disciplina para a formação de profissionais em Extensão Rural.

O questionário para os coordenadores dos Cursos de Graduação destinava-se a obter informações relativas à disciplina Extensão Rural no âmbito do curso a que estava vinculado, aí contemplando os períodos em que a disciplina é ministrada nos cursos, ano de sua inclusão no Curso, assim como o número de turmas de Extensão Rural; a semestralidade ou anuidade, em que a mesma é oferecida; além do número de alunos matriculados, a cada ano, no conjunto das disciplinas de Extensão Rural ministrado num dado curso. O referido questionário continha, ainda, questões relativas às políticas que regulam a disciplina, tais como: a posição que a disciplina Extensão Rural ocupa no Projeto Político-pedagógico; normas e decisões que regulam a disciplina; participação da área da Extensão Rural nos Conselhos da Universidade; e os obstáculos enfrentados pela área no que tange à burocracia da Instituição de origem.

Finalmente, o questionário voltado para os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, além das informações comuns aos dos coordenadores da graduação, trazia, também, questões relacionadas ao perfil dos alunos selecionados; às linhas e aos projetos de pesquisa dos

Programas e informações relativas às revistas nas quais os professores da pós-graduação costumam publicar.

Os dados da pesquisa foram categorizados e tabulados e, posteriormente, submetidos à análise quantitativa. Em seguida, foram criadas categorias para facilitar a análise qualitativa, a partir dos temas que apareciam nas respostas por região, e em relação ao conjunto do país. As análises aqui apresentadas se referem particularmente ao ensino da Extensão Rural nos cursos de graduação no país.

3. A PESQUISA E A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

3.1 Projetos de Pesquisa em Extensão Rural

Os professores das Instituições de Ensino Superior no Brasil desenvolvem projetos de pesquisa em Extensão (Tabela 1), principalmente nos seguintes temas: Agricultura Familiar (20,40%), Desenvolvimento Local (19,90%), Agroecologia (10,95%), e Movimentos Sociais (10,95 %).

Ao se observar o conjunto dos temas pesquisados por região, constata-se que permanece a mesma tendência temática nacional. Por outro lado, outros temas considerados desafiadores para se pensar a Extensão Rural contemporânea - nas universidades e nas políticas públicas de ATER - apresentam índices pouco expressivos, em todas as regiões, a exemplo de: Geração (4,48%), Gênero (3,98%), e Etnias (%1,49). (Tabela 1).

No caso do tema relacionado à pesca, essa situação se torna mais grave, pois aparece nulo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esse fato merece uma reflexão, na medida em que a atividade pesqueira está presente, hoje, nos debates nacional e internacional, sobretudo a partir da criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, da Presidência da República (SEAP/PR), e nas agendas de boa parte dos projetos voltados à agricultura familiar.

Nessa mesma direção, a temática das atividades não-agrícolas, hoje igualmente considerada primordial para a dinâmica dos contextos rurais, apresenta-se com menor ênfase do que poderia se supor. Nas regiões Sudeste/Sul, cujas atividades não-agrícolas já ultrapassam mais de 50% no conjunto das atividades produtivas (Campanhola e Graziano da

Silva, 2004), o tema apenas chegou a despertar o interesse de 3,03% dos pesquisadores da região Sudeste. E, no Norte, o tema sequer foi contemplado.

TABELA 1: TEMAS DOS PROJETOS DE PESQUISA EM EXTENSÃO RURAL DOS PROFESSORES DE GRADUAÇÃO POR REGIÃO NO BRASIL

Temas	Sul		Sudeste		Centro Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar	12	24,00	12	18,18	3	21,43	4	20,00	10	19,61	41	20,40
Agroecologia	8	16,00	6	9,09	-	-	3	15,00	5	9,80	22	10,95
Atividades não-agrícolas	5	10,00	2	3,03	1	7,14	-	-	6	11,76	14	6,97
Desenvolvimento local	11	22,00	11	16,67	4	28,57	4	20,00	10	19,61	40	19,90
Etnias	-	-	1	1,52	-	-	1	5,00	1	1,96	3	1,49
Gênero	1	2,00	3	4,55	1	7,14	-	-	3	5,88	8	3,98
Geração	1	2,00	3	4,55	1	7,14	1	5,00	3	5,88	9	4,48
Movimentos sociais	6	12,00	7	10,61	1	7,14	4	20,00	4	7,84	22	10,95
Pesca	-	-	-	-	-	-	1	5,00	3	5,88	4	1,99
Reforma agrária	2	4,00	6	9,09	1	7,14	1	5,00	1	1,96	11	5,47
Outros	4	8,00	15	22,73	2	14,29	1	5,00	5	9,80	27	13,43
Total	50	100	66	100	14	100	20	100	51	100	201	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

A pesquisa também revelou que a temática da Reforma Agrária apareceu de forma discreta (5,47%) nas preocupações dos pesquisadores se considerarmos que, no passado, mobilizou a discussão teórica nas universidades, especialmente a partir do texto *Contribuições à Questão Agrária no Brasil*, de Caio Prado Júnior (1962).

Se for um fato que a Reforma Agrária não possui o mesmo vigor acadêmico do passado, não se pode deixar de considerar que o tema se faz presente hoje em questões como os movimentos sociais e assentamentos rurais.

3.2 Projetos de Extensão Rural

Os Projetos de Extensão desenvolvidos por 49% dos professores universitários no Brasil acompanham a tendência dos temas dos Projetos de Pesquisa, qual seja: 19,38% de Desenvolvimento Local, 19,38% de Agricultura Familiar, 10,85% de Agroecologia e 7,75% Movimentos Sociais (Tabela 2).

TABELA 2: TEMAS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Temas	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar	11	26,83	6	13,64	3	27,27	2	22,2	3	12,50	25	19,38
Agroecologia	5	12,20	5	11,36	-	-	1	11,11	3	12,50	14	10,85
Atividades não-agrícolas	4	9,76	4	9,09	1	9,09	-	-	2	8,33	11	8,53
Desenvolvimento local	10	24,39	7	15,91	3	27,27	2	22,2	3	12,5	25	19,38
Etnias	-	-	2	4,55	-	-	-	-	-	-	2	1,55
Gênero	1	2,44	3	6,82	1	9,09	-	-	1	4,17	6	4,65
Geração	1	2,44	2	4,55	1	9,09	-	-	2	8,33	6	4,65
Movimentos sociais	2	4,88	4	9,09	1	9,09	1	11,1	2	8,33	10	7,75
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,33	2	1,55
Reforma agrária	2	4,48	3	6,82	1	9,09	-	-	1	4,17	7	5,43
Outros	5	12,20	8	18,18	-	-	3	3,33	5	20,83	21	16,28
Total	41	100	44	100	11	100	9	100	24	100	129	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008)

Os temas pouco expressivos nos Projetos de Extensão mantêm, igualmente, a mesma tendência observada nos Projetos de Pesquisa, isto é, gênero, geração, etnias e pesca.

Considerando que a pesquisa e a extensão desempenham um papel de suporte das atividades de ensino nas universidades, que conseqüências as lacunas deixadas pelos aportes insuficientes em temáticas consideradas vitais para a Extensão Rural, hoje, trarão para a formação dos extensionistas?

4. O ENSINO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

4.1 Periodicidade, Obrigatoriedade e Carga Horária

A disciplina Extensão Rural, nos cursos de graduação no Brasil, é oferecida semestralmente em 88,82% dos casos. Em apenas 11,18%, ela é oferecida anualmente.

Na matriz curricular da graduação, a disciplina Extensão Rural aparece como obrigatória em 90% dos cursos e é oferecida, principalmente, nos últimos semestres da formação, assim distribuída: em 22,35%, no 8º semestre; 17,65%, no 1º semestre; 15,29%, no 7º semestre; 11,18%, no 9º semestre; e 9,41%, no 10º semestre. A carga horária de aulas teóricas e práticas da disciplina varia de 20 a 90 horas-aula. Constata-se uma predominância (30,59%) em 60 horas-aula. No Brasil, o número de alunos matriculados na disciplina Extensão Rural soma-se em 4.606, distribuídos em 16 Cursos, predominando Agronomia, 29,3%; Zootecnia, 16,78%, Engenharia Florestal, 12,26%; Engenharia Agrícola, 8,39%; e Medicina Veterinária, 8,39%.

O grau de formação dos professores de Extensão Rural e áreas afins, na graduação, está majoritariamente centrado no nível de Doutorado (68,25%). O que denota a existência, do ponto de vista acadêmico, de uma massa crítica capaz de desenvolver pesquisas que façam avançar o conhecimento sobre a realidade rural contemporânea em temáticas ainda pouco exploradas pelos pesquisadores, como observou-se anteriormente. Cerca de 45% dos professores de graduação informaram que a disciplina Extensão Rural acha-se relacionada com outras disciplinas, entre as quais, Cooperativismo, Associativismo Rural, Desenvolvimento Rural, Agroecologia, Educação Agrícola, Sociologia Rural, Projetos Agropecuários e Agronegócio.

No que diz respeito à relação dos cursos de graduação com a pós-graduação, 37,29% dos professores afirmaram que ela se dá por meio do estágio docência, monitoria, iniciação científica (PIBIC) e outras atividades como execução de projetos e palestras. A impressão que fica é que essa relação se dá mediante atividades pontuais e, às vezes, esporádicas, o que sugere a ausência de uma política acadêmica que integre, efetivamente, os cursos de graduação com os programas de pós-graduação.

4.2 Ementas e Objetivos

As ementas da disciplina Extensão Rural no Brasil contemplam 16 temas (Tabela 3) que, na sua grande maioria, se refletem tanto nas temáticas abordadas no debate acadêmico, quanto nas preocupações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Os temas mais recorrentes no Brasil nas ementas apresentadas são: “História e Conceitos de Extensão” (21,21%); “Metodologias Participativas e Mobilização Comunitária - Comunicação” (20,08%); “Difusão de Inovações, Extensão do Conhecimento e Tecnologia” (8,71%); “Planejamento, Elaboração de Projetos em Extensão Rural” (8,33%); “Realidade Socioeconômica do Meio Rural Regional - Atores e Relações Sociais” (6,44%); e “Associativismo e Cooperativismo, Movimentos Sociais” (5,68%). Nos demais temas, os percentuais oscilam entre 1,14% a 4,55%.

TABELA 3: FREQUÊNCIA DE TEMAS NAS EMENTAS DAS DISCIPLINAS EXTENSÃO RURAL POR REGIÃO DO BRASIL.

Categorias	Sul		Sudeste		Centro Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar e pesca	1	1,72	4	5,33	-	-	-	-	3	3,57	8	3,03
Agricultura, pesca e aquicultura de base ecológica	1	1,72	-	-	-	-	-	-	2	2,38	3	1,14
Agronegócios (<i>agribusiness</i>)	-	-	3	4,00	-	-	-	-	-	-	3	1,14
Associativismo, cooperativismo, movimentos sociais	2	3,45	5	6,67	-	-	-	-	8	9,52	15	5,68
Desenvolvimento local	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5,95	5	1,89
Desenvolvimento regional	2	3,45	4	5,33	1	4,35	1	4,17	1	1,19	9	3,41

Desenvolvimento regional e social	1	1,72	5	6,67	2	8,70	-	-	2	2,38	10	3,79
Difusão de inovações, "extensão do conhecimento", tecnologias	5	8,62	8	10,67	1	4,35	1	4,17	8	9,52	23	8,71
Gênero, geração, etnias	1	1,72	-	-	-	-	-	-	4	4,76	5	1,89
Globalização	-	-	1	1,33	1	4,35	-	-	5	5,95	7	2,65
História e conceitos de extensão	13	22,41	13	17,33	6	26,09	10	41,67	14	16,67	56	21,21
Metodologias participativas e mobilização comunitária, comunicação	15	25,86	10	13,33	5	21,74	12	50,00	11	13,10	53	20,08
Novas ruralidades	-	-	-	0,00	1	4,35	-	-	2	2,38	3	1,14
Planejamento, elaboração de projetos de extensão rural	9	15,52	3	4,00	-	-	-	-	10	11,90	22	8,33
Políticas públicas	3	5,17	6	8,00	-	-	-	-	3	3,57	12	4,55
Realidade socioeconômica do meio rural regional (atores e relações sociais)	4	6,90	5	6,67	2	8,70	-	-	6	7,14	17	6,44
Outros	-	-	3	4,00	3	13,04	-	-	-	-	6	2,27
Nada consta	1	1,72	5	6,67	1	4,35	-	-	-	-	7	2,65
Total	58	100	75	100	23	100	24	100	84	100	264	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Ao se comparar os temas das ementas da disciplina Extensão Rural com os temas dos projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelos professores, já analisados, um aspecto chama a atenção: a ênfase dada a temas nesses projetos não se reproduz no âmbito do ensino. Isso pode ser particularmente observado em relação aos temas “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Ecológica”, ou a eles relacionados, e “Desenvolvimento Local”. (CALLOU, 2007). Nas ementas, esses temas obtiveram 1,14% e 1,89%, respectivamente, e, nos projetos de pesquisa e de extensão, alcançaram, simultaneamente, 19,90% e 19,38% no tema “Desenvolvimento Local” e, em “Agroecologia”, 10,95% e 19,85%.(Tabelas 1 e 2).

É importante, também, chamar a atenção para os baixos percentuais alcançados por esses temas nas ementas. Observa-se, inclusive, que, no caso da “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Familiar”, esse tema aparece nulo no Sudeste, Centro-oeste e Norte (tabela 3). Situação equivalente ocorre com as “Novas Ruralidades”, nas regiões Sul, Sudeste e Norte, e “Gênero, Geração e Etnias”, no Sudeste, Centro-oeste e Norte. Em contrapartida, a “Difusão de Inovações, Extensão do Conhecimento, Tecnologias” ainda tem seu lugar de destaque na formação dos extensionistas, apesar de toda a crítica já consolidada, particularmente do ponto de vista teórico. No Sudeste, esse tema aparece com 10,67%, no Nordeste, com 9,52%, e no Sul, com 8,62%. Entretanto, cabe averiguar se o difusionismo faz parte da formação extensionista ou trata-se apenas de uma temática a ser confrontada com as concepções contemporâneas da Extensão Rural.

A impressão que fica dessas observações é que os projetos de pesquisa e de extensão universitários, voltados a questões contemporâneas da Extensão Rural, não conseguem alimentar ou influenciar, ao que parece, o ensino da Extensão Rural, no Brasil. Portanto, o tão exaltado tripé das universidades - Pesquisa, Ensino e Extensão -, não desenvolve, nesse caso, a simbiose desejada. Entretanto, convém analisar se esses aspectos estão ligados à incipiência ou abrangência com que os projetos de pesquisa e de extensão estão sendo desenvolvidos nas universidades. Como se sabe, as exigências estabelecidas, hoje, pelas agências de fomento à pesquisa, no que se refere à qualificação acadêmica/produção intelectual dos pesquisadores, além dos poucos recursos disponíveis destinados às atividades de extensão nas universidades, têm restringido, cada vez mais, a ação universitária para além do ensino. Seja como for, é de se perguntar de

que maneira, na combatida universidade pública, a pesquisa e a extensão, com suas atualidades temáticas, poderão contribuir, efetivamente, para o ensino da Extensão Rural no Brasil.

Quanto aos objetivos propostos para a disciplina Extensão Rural (Tabela 4), observa-se, de um modo geral no Brasil, as mesmas tendências ocorridas nas ementas analisadas, ou seja, as mais recorrentes são: “Metodologias Participativas, Mobilização Comunitária, Comunicação” (15,20%); “História e Conceitos de Extensão” (11,70%); “Desenvolvimento Regional” (10,53); “Políticas Públicas” (8,77%); e “Difusão de Inovações, Extensão do Conhecimento, Tecnologias” (8,19%). Temas com menores percentuais também seguem a tendência nacional encontrada nas ementas, a exemplo de “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Ecológica” (1,75%) e “Novas Ruralidades” (1,17%). Temas como “Gênero, Geração e Etnias”, que já apresentavam percentuais insignificantes nas ementas da disciplina Extensão Rural, aparecem como nulos no Brasil. Dado importante, na medida em que esses temas estão na pauta dos movimentos sociais e nas políticas públicas de ATER.

TABELA 4: FREQUÊNCIA DE TEMAS NOS OBJETIVOS DAS DISCIPLINAS EXTENSÃO RURAL NO BRASIL POR REGIÃO.

Categorias	Sul		Sudeste		Centro Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar e pesca	-	-	3	7,89	-	-	4	18,18	2	2,99	9	5,26
Agricultura, pesca e aqüicultura de base ecológica	-	-	-	-	1	7,14	-	-	2	2,99	3	1,75
Agronegócios (agribusiness)	-	-	1	2,63	-	-	-	-	-	-	1	0,58
Associativismo, cooperativismo, movimentos sociais	-	-	1	2,63	-	-	-	-	3	4,48	4	2,34
Desenvolvimento local	-	-	-	-	-	-	-	-	9	13,43	9	5,26
Desenvolvimento regional	2	6,67	4	10,53	1	7,14	4	18,18	7	10,45	18	10,53
Desenvolvimento regional e social	1	3,33	5	13,16	1	7,14	2	9,09	1	1,49	10	5,85

Difusão de inovações, "extensão do conhecimento", tecnologias	11	36,67	1	2,63	-	-	2	9,09	-	-	14	8,19
Gênero, geração, etnias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globalização	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,99	2	1,17
História e conceitos de extensão	5	16,67	3	7,89	1	7,14	2	9,09	9	13,43	20	11,70
Metodologias participativas e mobilização comunitária, comunicação	4	13,33	5	13,16	4	28,57	3	13,64	10	14,93	26	15,20
Novas ruralidades	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,99	2	1,17
Planejamento, elaboração de projetos de extensão rural	1	3,33	3	7,89	1	7,14	-	-	8	11,94	13	7,60
Políticas públicas	3	10,00	3	7,89	1	7,14	3	13,64	5	7,46	15	8,77
Realidade socioeconômica do meio rural regional (atores e relações sociais)	2	6,67	4	10,53	1	7,14	2	9,09	5	7,46	14	8,19
Outros	1	3,33	2	5,26	2	14,29	-	-	1	1,49	6	3,51
Nada consta	-	-	3	7,89	1	7,14	-	-	1	1,49	5	2,92
Total	30	100	38	100	14	100	22	100	67	100	171	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

No que diz respeito à importância da disciplina Extensão Rural para o projeto político-pedagógico dos cursos de graduação no Brasil, as opiniões dos professores são diversas. Mas, todas elas, em geral, convergem para as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação para os cursos das Ciências Agrárias. (Brasil, 2006). Pode-se alocar em, pelo menos, quatro categorias as opiniões dos informantes: "Metodologia, Interdisciplinaridade e Modelos Tecnológicos", "Gestão e Política", "Desenvolvimento e Sustentabilidade" e "Ética, Cultura e Subjetividade". (Quadro 1).

QUADRO 1: IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA EXTENSÃO RURAL PARA O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

CATEGORIAS
Metodologia, interdisciplinaridade e modelos tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> • Aborda conteúdos para além das questões de produção agropecuária. • Avalia impacto de projetos no contexto rural. • Capacita os profissionais para os processos de intervenção no meio rural. • Considera a metodologia de extensão como estratégia de ação política e de conhecimento. • Desenvolve e adapta novas tecnologias • Favorece a aquisição das competências de: planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos. • Favorece a prática interdisciplinar. • Forma os estudantes numa perspectiva para uma ação crítica no meio rural. • Fornece noção sobre metodologia e formas de abordagens de realidades agrárias. • Integra as disciplinas do curso. • Leva inovação tecnológica ao homem rural. • Permite o elo entre ensino, pesquisa e extensão. • Realiza assistência técnica, presta consultorias e assessorias. • Valoriza o saber dos agricultores.
Gestão e política
<ul style="list-style-type: none"> • Aproxima a universidade da sociedade rural. • Articula o poder público com as necessidades das comunidades rurais. • Favorece a discussão de temáticas de caráter social, político, econômico, de organização e de políticas públicas. • Interage e influencia nos processos decisórios das instituições e na gestão das políticas setoriais.
Desenvolvimento e sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Compreende a realidade agrária com ênfase na agricultura familiar e camponesa. • Discute questões socioambientais, de exclusão social, de relações de gênero, das atividades não-agrícolas, de reforma agrária e organização popular. • Problematisa o meio rural a partir da realidade local. • Promove o compromisso com a sustentabilidade ambiental. • Promove o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva crítica, transformadora.
Ética, cultura e subjetividade
<ul style="list-style-type: none"> • Considera os valores culturais e locais. • Discute a dimensão humana das Ciências Agrárias • Favorece o relacionamento ético e humano.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008)

Dada a importância atribuída à Extensão Rural nos projetos político-pedagógicos dos Cursos das Ciências Agrárias, pergunta-se: essa

disciplina conseguirá, efetivamente, contribuir para modificar o perfil profissional do extensionista à luz das categorias visualizadas? Essa questão se agrava, sobretudo se considerarmos que a Extensão Rural possui carga horária incipiente no conjunto da matriz curricular. Soma-se a isso, como visto anteriormente, a pouca importância atribuída pela disciplina a temas primordiais para compreensão da realidade rural contemporânea. Além disso, a Extensão Rural, na medida em que é oferecida nos últimos semestres dos Cursos, parece funcionar muito mais como ponto de chegada do que de partida na formação profissional, isto é, ela deixa de se constituir o fio condutor, capaz de articular as diferentes disciplinas da matriz curricular.

4.3 Literatura Sugerida

Ao se debruçar sobre a literatura sugerida pela disciplina Extensão Rural nas universidades brasileiras (Tabela 5), pode-se observar que, entre os 1.504 títulos catalogados por esta pesquisa, Paulo Freire é o autor que encabeça a lista dos mais citados (4,45%). Com percentuais mais abaixo, autores contemporâneos ligados à Extensão Rural, entre outros, Francisco Roberto Caporal (2,13%), Maria Salett Tauk Santos (1,66%), Maria Luiza Lins e Silva Pires (1%), Angelo Brás Fernandes Callou (0,93%), Joaquim A. de Almeida (0,80%) aparecem próximos de autores “clássicos” como Juan Díaz Bordenave (3,06%), Maria Tereza Lousa da Fonseca (1,93%) e Glauco Olinger (0,73%). Entre os autores contemporâneos que contribuem, indiretamente, à construção de uma nova perspectiva teórico-metodológica da Extensão Rural no Brasil, destacam-se José Graziano da Silva (1,46%), Ricardo Abramovay (1,26%) e José Eli da Veiga (1%).

TABELA 5: AUTORES MAIS REPRESENTATIVOS CITADOS NAS BIBLIOGRAFIAS DOS PROGRAMAS DA DISCIPLINA EXTENSÃO RURAL E AFINS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.

AUTORES MAIS REPRESENTATIVOS	Quant.	%
FREIRE, P.	67	4,45
BORDENAVE, J. E. D.	46	3,06
CAPORAL, F. R.	32	2,13
FONSECA, M. T. L.	29	1,93

TAUK SANTOS, M. S.	25	1,66
GRAZIANO DA SILVA, J.	22	1,46
MEDEIROS, L. S.	21	1,40
ABRAMOVAY, R.	19	1,26
PIRES, M. L. L. S.	15	1,00
VEIGA, J. E.	15	1,00
CALLOU, A. B. F.	14	0,93
CAUME, D. J.	13	0,86
MARTINS, J. S.	11	0,73
OLINGER, G.	11	0,73
SCHNEIDER, S.	11	0,73
ALMEIDA, J.	10	0,66
Total	361*	24,00

* Total de 1504 bibliografias.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Tendo em vista que as obras de Paulo Freire, particularmente *Extensão ou Comunicação?*, alcançaram o maior percentual entre os títulos referenciados, poderíamos inferir que o ensino da Extensão Rural no Brasil considera, como ponto de partida, as críticas paulofreirianas à Extensão Rural tradicional. Esse aspecto, de alguma maneira, está refletido no tema “Metodologias Participativas e Mobilização Comunitária - Comunicação”, encontrado com percentuais significativos nas ementas e objetivos, anteriormente analisados. Entretanto, dada a complexidade da realidade rural contemporânea, é possível alcançar a mesma ênfase dada à *Extensão ou Comunicação?* a outras obras que dêem conta de temas cruciais sobre o mundo rural para além da teoria paulofreiriana? Talvez um exercício nessa direção possa dar conta dos temas ainda pouco explorados na disciplina Extensão Rural, a exemplo de “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Ecológica”, “Novas Ruralidades” e “Gênero, Geracional e Etnias”.

5. O ENSINO DA EXTENSÃO RURAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destaca, como uma condição essencial para a consolidação democrática no país, a necessidade de se disponibilizarem o aparato estatal e os serviços públicos para aqueles que, historicamente, não foram contemplados com os benefícios gerados pelos modelos de desenvolvimento até então implementados no mundo rural. A inclusão dos grupos excluídos do campo estaria, portanto, no cerne dessa política, como expressa o referido documento:

A busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de ATER. (Brasil, 2004, p. 4).

Tanto quanto a preocupação com esses grupos, a PNATER também sinaliza forte ênfase numa proposta de desenvolvimento sustentável, diametralmente oposta àquela instituída pelo difusionismo que caracterizou o período conhecido como Revolução Verde.

Assim, com base nesses dois princípios norteadores – que se pautam nos “esquecidos da história” (grifo nosso) e na preocupação ambiental - a PNATER se volta para os agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas, extrativistas e seringueiros, mediante estímulo às práticas geradoras de trabalho e renda (agrícolas e não-agrícolas), que se orientem por uma concepção de segurança alimentar e por um desenvolvimento rural sustentável, norteado pelos princípios da agroecologia.

Ao fazer isso, a PNATER explicita o seu rompimento com uma metodologia de trabalho orientada na difusão de inovações tecnológicas, instituindo, ao mesmo tempo, o que considera como um “outro paradigma tecnológico”. Esse outro paradigma não mais se pautaria na transmissão pura e simples do saber, mas numa metodologia participativa, alicerçada na valorização do saber das culturas populares. Ademais, traz à tona a necessidade de se contemplar, por meio das políticas instituídas, a diversidade presente no conjunto das categoriais selecionadas, através de questões voltadas a gênero, geração, raça e etnia.

Considerando esse perfil orientador das ações da PNATER, aqui sumariamente exposto, foi possível constatar que quase 80% (79,66%) das disciplinas de Extensão Rural em todo o Brasil abordam os temas mais recorrentes da referida política de ATER, seja no que diz respeito aos seus princípios e diretrizes, seja também no que diz respeito às orientações estratégicas e metodológicas expressas naquele documento. Assim sendo, dentre os temas elencados como relacionados à política de ATER, foram citados: “desenvolvimento rural sustentável”; “agricultura familiar”; “inclusão social”; “uso sustentável dos recursos naturais”; “associativismo, cooperativismo”; e “metodologias participativas”, entre outros (Quadro 2).

QUADRO 2: TEMAS DA PNATER ABORDADOS NA DISCIPLINA EXTENSÃO RURAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.

TEMAS DA PNATER
Agricultura familiar
Agricultura sustentável
Agroecologia
Associativismo
Conselhos de desenvolvimento rural sustentável
Conservação e recuperação da biodiversidade
Cooperativismo
Crédito rural
Desafios da metodologia participativa
Desenvolvimento rural sustentável
Diagnósticos participativos
Diversidade social, étnica e cultural.
Equidade
Estímulo às atividades agrícolas e não-agrícolas
Extensão rural associada ao crédito
Formação de capital social
Gênero
Geração
Inclusão social
Mecanismos de efetivação das políticas públicas de ATER.

Metodologias participativas
Métodos de gestão
Organização comunitária
Orientações metodológicas para as ações da Ater pública
Políticas agrícolas
Políticas para a agricultura familiar
Práticas pedagógicas
Produtividade
Pronaf
Públicos beneficiários do PNATER
Respeito ao meio ambiente
Segurança alimentar e nutricional
Sustentabilidade
Transformações provocadas pelos processos de globalização da economia e da cultura.
Uso sustentável dos recursos naturais
Valorização do conhecimento empírico das comunidades
Valorização dos povos, indígenas, quilombolas, agricultura familiar, pescadores, extrativistas.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Foi possível, ainda, constatar que os temas relacionados à PNATER não se circunscrevem apenas no âmbito da disciplina Extensão Rural, encontrando-se também presentes em várias outras disciplinas em todo o território nacional, ainda que com pesos diferenciados nas diversas regiões. Isso sugere, por conseguinte, uma aproximação da Extensão Rural com outras disciplinas que se debruçam sobre os problemas dos contextos rurais, a exemplo da Sociologia, Agroecologia, Economia Rural, Educação Agrícola, Marketing e Administração Rural, Cooperativismo/Associativismo, entre outras.

Finalmente, à luz do exposto, é possível afirmar que os programas de graduação das disciplinas Extensão Rural estão devidamente afinados com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)? É possível afirmar, do mesmo modo, que a referida política se multiplica a partir dos diversos enfoques dados pelas outras disciplinas que se voltam ao mundo rural? Partindo do pressuposto de que a política de

ATER brasileira está sendo assimilada pelos diversos cursos, é possível, também, admitir que esses cursos estão contribuindo para uma reavaliação permanente dessa política, sugerindo-lhe novas ações estratégicas? Noutros termos, a íntima relação entre mundo acadêmico e esfera técnica governamental está favorecendo a retroalimentação entre teoria-ação-teoria?

6. O ENSINO DA EXTENSÃO RURAL: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

Como discutido na literatura e também trazido ao debate por meio deste documento, a Extensão Rural Brasileira vivenciou, na sua trajetória de esplendor e de crise, várias rupturas relacionadas às críticas que lhe eram imputadas, quase sempre relacionadas ao seu caráter verticalizado e autoritário.

Entretanto, essas rupturas sempre estiveram associadas a uma reflexividade que sugeria o rompimento com algumas vertentes mais ortodoxas, ao mesmo tempo que sinalizava um esforço na construção epistemológica, que se fazia urgente.

Se, por um lado, esse esforço de romper com o velho e instaurar o novo trouxe avanços consideráveis – seja na formação do perfil do profissional ao extensionista, seja na tentativa de aproximação do saber científico ao saber popular –, não se pode desconhecer que muitas dificuldades no campo do ensino da Extensão Rural ainda permanecem.

Isso ficou claramente evidenciado por meio das dificuldades elencadas pelos professores de Extensão Rural no exercício de sua atividade acadêmica. Pelo que foi possível observar, persiste uma forte referência ao caráter tecnicista e individualista e não problematizador da disciplina, tão comum à crítica estimulada pela concepção paulofreiriana (Quadro 3).

QUADRO 3: DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DE GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.

DIFICULDADES
Projeto político-pedagógico
Os futuros profissionais ainda são formados num padrão predominantemente tecnicista.
Pouca colaboração dos docentes das demais disciplinas do curso para a promoção da interdisciplinaridade.
Desconexão da disciplina de extensão rural com o restante do currículo dos cursos de agrárias que trabalham dentro da concepção da revolução verde e com o pressuposto de que as tecnologias independem do contexto de aplicação.
Dificuldade de interdisciplinaridade com as disciplinas das áreas técnicas e até mesmo com aquelas da área humana e social.
Excesso de disciplinas em outras áreas.
Pela disciplina ser oferecida já no último período, poucos educandos leva a sério.
Vontade política para ultrapassar resistências internas pautadas na meritocracia, onde as atividades de extensão rural são consideradas secundárias.
Incentivar e incrementar o hábito de leitura como fundamento para a aquisição de conhecimentos de forma autônoma e crítica.
Exercitar a pedagogia problematizadora, liberdade ou crítica num ambiente em que predomina a educação bancária.
Mostrar a importância de uma visão sistêmica e holística numa instituição em que a regra é a especialização do conhecimento, o que é uma visão necessariamente reducionista.
Necessidade de readequação das universidades para a formação destes profissionais, que ao invés de uma formação fragmentada e tecnicista, tenha uma visão mais holística dos problemas do campo.
Romper o individualismo metodológico da universidade e o paradigma hegemônico modelo de desenvolvimento do campo que está predominando na organização curricular das agrárias.
A resistência existente nas ciências naturais que se prendem a execução de determinada técnica sem fazer reflexão sobre a realidade na qual está inserida.
Promover maior diálogo com estas disciplinas e tentar construir esse novo olhar sobre a formação do profissional de ciências agrárias, com maior ênfase às relações sociais, econômicas e ambientais.
Impedimento da realização de projetos de pesquisa e extensão.
Recursos humanos e materiais
Transporte para conduzir os alunos nos trabalhos de extensão.
Pouca disponibilidade de verbas para a área.
A falta de recursos humanos, tendo em vista que dos três professores em atuação, somente um é efetivo e está em processo de aposentadoria, os demais são substitutos.

As constantes trocas de professores, visto que, além de ser prejudiciais, impossibilitam a construção de uma proposta pedagógica contínua.
Priorização de contratação de professores de disciplinas ligadas diretamente ao curso de responsabilidade de cada departamento, como por exemplo: agronomia, zootecnia e engenharia florestal.
Valorização da extensão rural
Precisaríamos ter outros padrões de avaliação e fontes de recursos para quem queira trabalhar com extensão.
Inexistência de programa mais robusto de bolsas de extensão com mesma importância destinada às atividades de pesquisa.
Aproximação entre universidade e sociedade
Impossibilidade da construção de relações mais duradouras com os atores sociais, com as federações e sindicatos da CONTAG, o MST, a ASPTA, a Delegacia Regional do MDA, a EMATER, a EMBRAPA, entre outros.
A grande dificuldade da disciplina e trabalhar num estado, como de Goiás, que praticamente extinguiu as agências de extensão rural.
A integração (regional prioritariamente) dos profissionais que atuam em extensão.
Descrédito das famílias rurais devido a muita promessa e pouca execução.
O ativismo de reuniões, aulas, e a pouca inserção nos movimentos populares.
Visão de mundo dos estudantes
Estudantes são de origem urbana e querem trabalhar em serviços urbanos.
Os estudantes têm pouca ou nenhuma experiência de trabalho com os agricultores.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Entretanto, paradoxalmente, os resultados dessa mesma pesquisa indicam uma fortíssima adesão à obra *Extensão ou Comunicação?*, de Paulo Freire, como já comentado neste trabalho. O que estaria, então, acontecendo? Persistem os velhos problemas tão criticados na década de 70? E, no caso afirmativo, esses velhos problemas podem ser devidamente enfrentados com o mesmo debate que norteou os estudiosos de três décadas passadas? Que novos elementos poderiam ser, hoje, incorporados?

Problemática semelhante nos traz Boaventura de Sousa Santos ao comentar:

Estas transformações são ou parecem tão profundas, que é possível caracterizar o nosso tempo como um tempo de

problemas modernos (as promessas por cumprir da modernidade ocidental) para os quais não há soluções modernas. Em meu entender é por isso que o que está em causa é a própria reinvenção da emancipação social. (Santos, 2002, p. 14).

Outros pontos mencionados pelos professores, relativos às dificuldades relacionadas ao ensino da Extensão, dizem respeito ao caráter ainda fragmentário e, muitas vezes, dissociado da disciplina Extensão Rural em relação às demais disciplinas do curso e da disciplina em relação à realidade do campo.

Essa desconexão tende a ser identificada como um empecilho para uma vivência interdisciplinar mais efetiva da disciplina Extensão Rural com as demais disciplinas técnicas e, conforme indicado, até mesmo com aquelas das áreas humanas e sociais. E, também, como uma dificuldade adicional para o desenvolvimento da concepção de uma ciência sistêmica e holística, fruto de uma especialização reducionista.

Duas razões elencadas pelos professores poderiam justificar, em parte, essa dissociação entre conhecimento teórico e realidade rural. São elas: uma incipiente leitura por parte dos alunos na literatura sociológica, desestimulando-os a uma imersão mais aprofundada em torno das problemáticas do campo das Ciências Humanas. Outro motivo alegado diz respeito à presença tardia da disciplina Extensão Rural na matriz curricular dos Cursos, contribuindo, ainda mais, para dificultar um eventual interesse do aluno no aprofundamento posterior da realidade do homem do campo. Soma-se a isso a questão já discutida neste trabalho, relacionada à reduzida carga horária da disciplina na matriz curricular dos Cursos.

Ainda no conjunto das dificuldades, os professores questionam o espaço político ocupado pela disciplina Extensão Rural no conjunto das demais disciplinas dos cursos e suas implicações, inclusive no âmbito do financiamento de pesquisas nessa área.

Outro aspecto não menos importante refere-se ao tema, quase um jargão nos meios acadêmicos, da aproximação entre universidade e sociedade. Associadas a essa questão, os professores destacaram: “a impossibilidade de se construir relações mais duradouras com os diversos atores sociais”; “a dificuldade de uma inserção mais sistemática do pesquisador nos contextos rurais, em função do descrédito das populações ali envolvidas com as inúmeras promessas e com as poucas realizações”; “a

origem urbana dos alunos e a sua inexperiência no campo de trabalho com agricultores”.

Diante desse quadro, pergunta-se: como a disciplina Extensão Rural poderia intermediar e, mais do que isso, nortear o diálogo com as demais disciplinas, de modo que o aluno possa conceber a realidade do mundo rural como um todo articulado? Ou, dito numa perspectiva de Edgar Morin (2005) como a realidade poderia ser apreendida não mais de uma forma fragmentada, mas a partir do pensamento complexo?

Como foi observado, os problemas apontados que circundam a disciplina Extensão Rural são inúmeros, assim como são inúmeras as razões que justificam o grande potencial atribuído àquela disciplina. Sem sombra de dúvida, a visualização de tais potencialidades constitui a grande força motriz para o enfrentamento das dificuldades que ainda persistem.

A partir das observações dos informantes desta pesquisa, é possível observar que, embora a matriz curricular dos cursos permaneça “engessada” numa estrutura burocrática desarticulada, a disciplina sinaliza, pela sua proposta abrangente, a possibilidade de congregar, a partir de temas transversais, disciplinas afins. Nesse sentido, um dos informantes exemplificou que a Extensão Rural poderia ser o fio condutor nos cursos de Agronomia e Zootecnia, a partir de temas como sustentabilidade e recursos naturais. Contribui para isso, segundo a mesma fonte de dados, o fato de que os professores se mostram disponíveis para experiências dessa natureza. Portanto, isso leva a crer que, se a matriz curricular ainda não é dialógica, os professores, de todo modo, parecem estar abertos ao diálogo.

Além dos temas transversais, a interligação entre as disciplinas poderia se dar, também, via projetos nas diversas áreas de conhecimento. Seria, inclusive, uma forma de favorecer a aproximação de profissionais das diversas áreas com os diversos atores das comunidades rurais, especialmente os agricultores familiares, por meio de metodologias participativas.

É interessante destacar que a disciplina Extensão Rural foi, igualmente, identificada pela sua abrangência conceitual e prática, assegurando-lhe, por conseguinte, um papel de destaque na formação de um perfil profissional hábil, crítico, criativo e especialmente ético e comprometido, capaz de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do país. É também esse caráter abrangente da disciplina que, segundo os informantes, facilita enormemente uma integração entre a graduação e a

pós-graduação. Nesse sentido, foram trazidas, como exemplos, várias situações concretas, vivenciadas pelas diversas universidades brasileiras.

Houve até quem dissesse, dentre os informantes, que

O conteúdo discutido mexe com algumas concepções arraigadas e provoca algumas “crises existenciais” de autocrítica do processo formativo, potencializando a construção de novos compromissos, especialmente de cunho social.

Como fazer das dificuldades ainda presentes no ensino da Extensão Rural uma fonte permanente de reflexão e de superação dessas dificuldades? Como, a partir dessa reflexão, é possível ampliar as potencialidades da disciplina?

7. CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural chamam a atenção para algumas questões importantes que permeiam o ensino, a pesquisa e a extensão em Extensão Rural, nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação nas universidades brasileiras.

Um dos principais elementos destacados na análise diz respeito à insuficiência da carga horária necessária à formação do extensionista / gestor de processos de desenvolvimento local, mesmo considerando a contribuição dos conteúdos programáticos de outras disciplinas correlatas à Extensão Rural. Questão que tende a se agravar quando se constata que a disciplina Extensão Rural é, quase sempre, oferecida nos últimos semestres dos Cursos de Ciências Agrárias. Como já destacado neste trabalho, esta questão tende a dificultar uma formação continuada do aluno no âmbito das discussões que se voltam para os contextos rurais. Este aspecto também foi apontado, através da análise realizada, como sendo um elemento que obscurece o caráter multidisciplinar da Extensão, impedindo-a ainda de desempenhar a função de elo condutor das demais disciplinas do curso.

No que diz respeito aos programas da disciplina Extensão Rural no âmbito da graduação, foi possível pontuar alguns temas recorrentes nas ementas e nos objetivos, como: desenvolvimento local, difusão de inovações, realidade socioeconômica do meio rural, associativismo, cooperativismo, metodologias participativas, entre outros.

É possível dizer, entretanto, que, grosso modo, os programas de ensino não refletem o avanço das discussões acadêmicas acerca das questões que hoje circundam o meio rural, a julgar pela tímida incorporação de temas caros à pesquisa como agricultura de base ecológica e desenvolvimento local. Ademais, outros temas como “Novas Ruralidades”, “Gênero, Geração e Etnias”, tão presentes nas agendas do desenvolvimento rural nacional e internacional, também não aparecem na maioria dos programas de Extensão Rural do país.

Muito provavelmente, essas razões justificam o lugar de destaque que ainda ocupam temas como a “difusão de Inovações”, por exemplo, nos programas brasileiros de Extensão Rural nos Cursos de Graduação.

No que diz respeito aos Projetos de Pesquisa e de Extensão, essa tendência não se confirma quando sobressaem temas como “Agricultura Familiar”, “Desenvolvimento Local”, “Agroecologia” e “Movimentos Sociais”. Ainda assim, questões relacionadas a “Gênero, Geração e Etnias” quase não aparecem em ambos os tipos de projeto. Igual fenômeno pode ser observado em relação à pesca e às atividades não-agrícolas que, de acordo com os dados coletados, ocupam um lugar inexpressivo nas preocupações dos pesquisadores em todas as regiões do Brasil. Entretanto, diferentemente dos Projetos de Pesquisa, os Projetos de Extensão incorporam o tema das novas ruralidades de forma significativa. A explicação para essa tendência pode ser atribuída a uma proximidade mais imediata com a realidade concreta que a extensão possibilita, por meio dos projetos de intervenção.

De todo modo, o que se percebe é uma certa desarticulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão no conjunto das atividades relacionadas à Extensão Rural no âmbito das universidades brasileiras.

Foi curioso constatar que o tema “Reforma Agrária” aparece de forma discreta nos Programas de Ensino, bem como nos Projetos de Pesquisa e Extensão. Isso tanto pode revelar certo “desprestígio” da matéria na atualidade, quanto sinalizar que o tema acha-se subsumido em questões como os “movimentos sociais” e “assentamentos”. De uma forma ou de outra, como já discutido anteriormente, o tema “Reforma Agrária” já não é mais conduzido pelo mesmo calor dos debates. Será que a concentração de terra não é mais vista como um problema crucial no nosso país? Teria a Reforma Agrária perdido a sua função no âmbito das principais urgências nacionais? Ou os assentamentos têm funcionado como “amortecedores” dos conflitos?

Um dado também que se destacou nas análises foi em relação às bibliografias sugeridas pelos Programas da disciplina Extensão Rural. Nesse sentido, ficou claramente evidenciado que Paulo Freire e sua obra *Extensão ou Comunicação?* continuam na liderança como autor e obra mais referenciados pelos professores da Extensão Rural.

Diante dessas constatações, podem-se arrolar algumas questões que perpassam as análises aqui desenvolvidas, no sentido de nortear a discussão, suscitando, ao mesmo tempo, algumas pistas para a ampliação do debate sobre O Estado da Arte no Ensino da Extensão Rural no Brasil:

- 1) Quais as conseqüências das lacunas deixadas pelos aportes insuficientes em temáticas consideradas vitais para a Extensão Rural sobre a formação dos extensionistas?
- 2) De que maneira a pesquisa e a extensão poderão contribuir para o ensino da Extensão rural nas universidades públicas contingenciadas?
- 3) A importância atribuída à Extensão Rural pelos professores da área tenderá a superar o desprestígio dessa disciplina na área das Ciências Agrárias, ao ponto de contribuir ao redirecionamento da formação dos extensionistas, à luz das demandas dos contextos rurais contemporâneos?
- 4) Tendo em vista a complexidade dos contextos rurais contemporâneos a ser efetivamente abordada pela disciplina Extensão Rural, não estaria na hora de incorporar outras obras que ajudassem a dar conta dessa complexidade, para além da teoria de Paulo Freire?
- 5) Como proceder para que as matrizes curriculares dos cursos das Ciências Agrárias contemplem os desafios refletidos nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural?
- 6) Admitindo como verdadeira a premissa de que os cursos de graduação e de pós-graduação em Extensão Rural incorporaram a PNATER, é possível admitir que esses cursos estão contribuindo para uma reavaliação permanente dessa política, sugerindo-lhe novas ações estratégicas?
- 7) Se uma parte expressiva dos projetos de Extensão nas universidades brasileiras parece estar voltada às preocupações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que falta, ainda, para que as universidades e o Ministério do Desenvolvimento Agrário estreitem os laços no sentido de unir as ações que ampliem o debate e favoreçam a construção de estratégias para a mobilização da população do campo no esforço do desenvolvimento rural?

Essas questões contemplam pelo menos quatro dimensões: 1) O ensino da Extensão Rural em face dos temas emergentes da sociedade contemporânea; 2) Pesquisa e extensão em relação às demandas dos movimentos sociais no contexto rural; 3) Relação de reciprocidade entre

políticas públicas e temáticas da pesquisa e da extensão em Extensão Rural; e 4) Convergência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido do aperfeiçoamento da formação dos técnicos em Extensão, na perspectiva da interdisciplinaridade.

8. BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida Maria Kroling (Org.). **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa : Imprensa Universitária, 1993;

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília : MDA, 2004.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo/Recife : Bagaço, 2002, p.11-28. Coleção GT's n.13.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes Callou; TAUK SANTOS, Maria Salett. **Formação de comunicadores rurais**: novas estratégias para enfrentar o século XXI. *Contexto e Educação.*, Ijuí., Unijuí., n.63, jul./set., 2001, p.119-130.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 3, 1983, Manaus. *Anais...*Manaus: Associação dos Engenheiros de Pesca da Amazônia. p. 285-300.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Agroecologia e extensão pesqueira: aproximações teóricas**. Mesa-redonda Pesca, Agroecologia e Sustentabilidade do V CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA , Guarapari, Espírito Santo, 2007. 13 p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife : Bagaço, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza; LEITÃO, M^a do R. F. Andrade; TAUK SANTOS, Maria Salett. **O estado da arte do ensino de extensão rural no Brasil: relatório de pesquisa**. Recife : Artimpresso, 2008. 141 p.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília : EMBRAPA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática extensionista**. Santa Maria, 1991. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

DIAS, Marcelo Miná. **As mudanças de direcionamento da PNATER (política nacional de assistência técnica e extensão rural) em face do difusionismo**. *Revista Brasileira de Economia Doméstica Oikos*, Viçosa, 2007. v.18, n.2, p.11-21.

DOULA, Maria Sheila; SOUZA, Renato Santos de. **A pós-graduação em extensão rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas**. *RBPB*, Brasília, v. 3, n.6, p. 282-299, dez. 2006.

GIUSEPPA, Spenillo. **O rural frente à informatização do cotidiano: comunicação, interpessoalidade e lazer no projeto Brígida (Orocó – PE)**. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo/Recife : Imprensa Universitária, 1999, p. 37-47. Coleção GT's n. 8.

LEITÃO, M^a do R. F. **A Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. SCOTT Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

LEITÃO, M^a do R. F. A. (Org.). **Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas**. Recife: FASA, 2008.

LEITÃO, M^a do R. F. A. **Trabalho, gênero e desemprego em Lagoa do Carro**. Bogotá, *Revista Territórios*, n. 13. Universidad de los Andes, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre : Sulina, 2005.

PIRES, Maria Luiza. **A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate**. In: TAVARES, Jorge (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Recife: Bagaço, 2003a, p. 45-70.

PIRES, Maria Luiza. **Dádiva, economia social e cooperativismo: a promulgação de uma nova ética societária?**. *Revue UniRcoop*, Sherbrooke, Canadá, 2003b, p. 1-12.

PIRES, Maria Luiza. **Cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do leste do Quebec, Canadá**. Recife: Massangana, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Contribuições à questão agrária no Brasil.** *Revista Brasiliense*, 1960.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SUPLAN/ABEAS. Relatório Final: **Programa de Ensino de Extensão Rural, 1978/1979.**

TAUK SANTOS, Maria Salett (org.). **Comunicação e informação: identidades e fronteiras.** São Paulo : INTERCOM; Recife: Bagaço, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação rural - velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local.** In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAU-MEIGS, Divina.

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local.** *Revista Signo*, Revista de Comunicação Integrada. UFPB, Ano II, N. 3, setembro/1995.

TAUK SANTOS, Maria Salett; SPENILLO, Giuseppa. **Uma nova política para o ensino da comunicação rural: o caso UFRPE.** In: TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). **Políticas de comunicação rural nos anos 90.** Recife, Imprensa Universitária, UFRPE, 1998.

TAVARES, Jorge; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** Recife : Bagaço, 2006.

TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Recife : Bagaço, 2006.

VELA, Hugo (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no mercosul.** Santa Maria : UFSM, 2003.

**ASPECTOS DA CADEIA PRODUTIVA DO MILHO E AS RELAÇÕES
COMERCIAIS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E MATO
GROSSO
(1994/95-2005/06)**

Argemiro Luís Brum¹
Alexandra Luft²

Resumo

Este artigo busca organizar informações mais específicas sobre a produção e comercialização do milho, com ênfase nas cadeias produtivas do cereal nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. O Brasil, na produção deste cereal, encontra-se em terceiro lugar no ranking mundial, embora ainda possa melhorar a produtividade em suas lavouras. Nos últimos anos, a produção brasileira do cereal cresceu, na esteira de um forte incremento na chamada safrinha, a ponto do país se tornar importante exportador do cereal. Uma das características da produção nacional está no fato de grande parte dos agricultores gaúchos e outros Estados sulinos cultivarem o cereal em pequenas áreas, voltadas ao consumo interno, com o grão subsidiando outras atividades, como a produção de leite, suínos e aves. Já no Mato Grosso a produção se dá em áreas maiores, visando particularmente o mercado nacional e internacional, já que o consumo local ainda é pequeno.

¹ Professor doutor PAPDOCÊNCIA junto ao programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento da Unijui e professor do DECon (Unijui). argelbrum@unijui.edu.br; Rua Paraná, 743 – 98700-000 Ijuí – RS.

² Bolsista PIBIC/CNPq a partir de maio/06 e acadêmica do curso de Economia da Unijui.

Palavras-chave: Comercialização, Produção, Milho, Rio Grande do Sul, Mato Grosso.

**ASPECTS OF THE CORN SUPPLY CHAIN AND THE COMMERCIAL
RELATIONSHIPS IN “RIO GRANDE DO SUL” AND “MATO GROSSO”
(1994/95-2005/06)**

Abstract

This article search to organize more specific information about the production and commercialization of the corn, with emphasis in the productive chains of the cereal in States of Big Rio of the South and Mato Grosso. Brazil, in the production of this cereal, meets in third place in the world ranking, although it can still improve the productivity in its areas. In the last years, the Brazilian production of the cereal grew, in the wake of a fort increment in the call safrinha, to the point of the country to become important exporter of the cereal. One of the characteristics of the national production is in the fact of great part of the farming gaúchos and other States sulinos they cultivate the cereal in small areas, returned to the internal consumption, with the grain subsidizing other activities, as the production of milk, porcs and birds. Already in Mato Grosso the production gives him in larger areas, seeking the national and international market particularly, since the local consumption is still small.

Keywords: trading, production, corn, Rio Grande do Sul, Mato Grosso.

1. Introdução

O presente artigo procura verificar a importância dos Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso na produção de milho brasileira e como os mesmos se imbricam comercialmente na medida em que o Rio Grande do Sul é, constantemente, um importador de milho do Centro-Oeste. Para tanto, faz-se inicialmente uma análise do mercado internacional do cereal, situando a posição do Brasil no contexto. Na seqüência, buscando determinar o nível de competitividade, verifica-se o papel dos dois Estados citados na produção nacional, enfatizando os seus custos de produção em relação aos preços recebidos localmente pelos produtores. Isso permite inferir, mesmo que de forma não exaustiva, a capacidade do Mato Grosso em continuar sendo um fornecedor de milho ao Rio Grande do Sul. A

metodologia utilizada se concentrou em dois eixos. O primeiro, organizar e selecionar dados já existentes sobre a economia mundial, nacional e regional do milho, fazendo os devidos cruzamentos das informações para a construção de análise coerente com o objetivo proposto. O segundo eixo foi a realização de pesquisa de campo nos dois Estados produtores brasileiros citados a fim de se obter as informações de custos, preços e comercialização realmente praticados pelos agentes locais. Posteriormente, se buscou relacionar os dados existentes com os resultados da pesquisa de campo, visando a produção do texto final.

2. A Produção de Milho no Mundo e no Brasil

A produção mundial de milho poderá chegar a 746 milhões de toneladas em 2007/08. O Brasil, com seus 56 milhões de toneladas projetados para o mesmo ano, contribuirá com 7,5% do total mundial, embora seja o terceiro produtor mundial individual.

O primeiro produtor mundial são os Estados Unidos, seguido da China. A União Européia (UE), quando considerada como um país só, acaba ocupando a terceira posição, levando o Brasil para o quarto lugar. Quanto ao consumo, a ordem anterior se repete fato que confirma os maiores produtores como os maiores consumidores mundiais igualmente.

A produção mundial de milho, em 1994/95, somava 560,3 milhões de toneladas. Na oportunidade, os EUA participavam com 45,6% deste total, a China representava 17,7% e o Brasil 6,7% do total mundial. Estes três países representavam 70% da produção mundial da época. Nos 12 anos seguintes, a produção dos EUA cresceu 10,6%, para se estabelecer em 282,3 milhões de toneladas em 2005/06. Já a produção chinesa cresceu 40,4% no mesmo período, chegando a 139,4 milhões de toneladas. O Brasil, por sua vez, registrou um crescimento de 13,5% nos 12 anos considerados. Enquanto isso, a produção mundial, ao alcançar 695,2 milhões de toneladas, registrou um aumento de 24,1% no mesmo período. Diante disso a participação dos EUA, no total mundial, em 2005/06, recuou para 40,6%, enquanto a China viu sua participação crescer para 20% e o Brasil ficou com sua parte neste mercado em 6,1%.

Tabela 1: principais países produtores de milho - período entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Safra	EUA	China	Brasil	Mundo
1994/95	255.295	99.280	37.442	560.288
1995/96	187.970	112.000	32.405	517.352
1996/97	234.518	127.470	35.716	592.172
1997/98	233.864	104.309	30.188	575.353
1998/99	247.882	132.954	32.393	605.665
1999/00	239.549	128.086	31.641	607.462
2000/01	251.854	106.000	42.290	590.488
2001/02	241.377	114.088	35.267	599.911
2002/03	227.767	121.300	47.411	602.953
2003/04	256.278	115.830	42.129	625.165
2004/05	299.914	130.290	35.007	712.346
2005/06	282.310	139.360	42.515	695.200

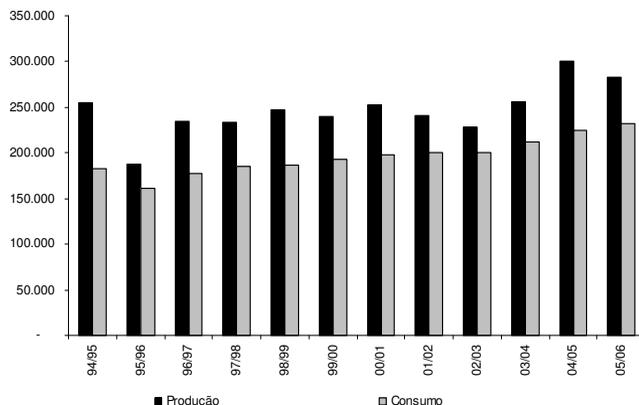
Fonte: USDA, Instituto IFNP e Conab

Em torno de 70% da demanda mundial de milho é direcionada ao consumo humano e animal. Os EUA absorvem ainda em torno de 23% da oferta para a produção de adoçantes, álcool, amido, óleos dentre outros. É neste contexto que assume importância decisiva a produção de etanol combustível, a base de milho, naquele país.

Tal realidade confirma outra característica do mercado internacional do milho. O fato de grande parte da produção nacional ser consumida sob forma de ração animal, no próprio mercado interno, leva os principais países produtores a se colocarem como igualmente principais consumidores do cereal.

Assim, em 1994/95, de um consumo mundial de 540,7 milhões de toneladas, os EUA participaram com 33,7%, atingindo 182,2 milhões de toneladas. A China, por sua vez, contribuiu com uma demanda de 18,4% do total mundial, ou seja, consumindo mais do que produziu. Já o Brasil alcançou um consumo de milho de 6,2% do total mundial. Após pouco mais

de uma década o consumo estadunidense alcançava 231,7 milhões de toneladas, ou seja, 33% do total mundial que foi de 702,3 milhões de toneladas. Em outras palavras, até 2005/06 o consumo de milho nos EUA se manteve estável em relação à oferta internacional. Quanto à China, o seu consumo obteve uma participação de 19,5% do total mundial em 2005/06. Já o Brasil recuou para 5,6% na sua participação mundial como consumidor do cereal.

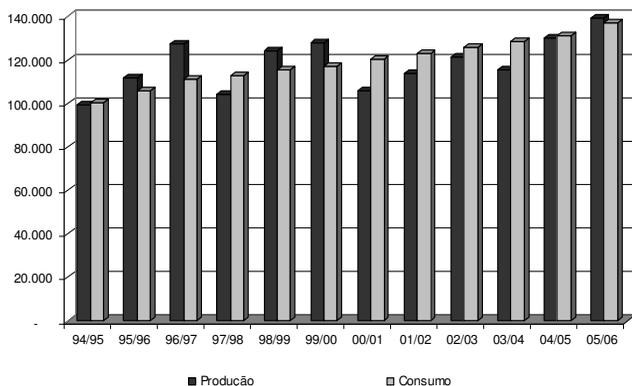


Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP e USDA

Gráfico 1: milho nos EUA entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Nota-se que os EUA apresentam um volume de produção acima do seu consumo. O que se pode verificar com base nos dados do gráfico acima é que o consumo de milho estadunidense tem aumentado de forma linear. No entanto, a sua produção correspondeu a esta demanda no período estudado. Ou seja, salvo em momentos muito específicos, os estoques finais de milho, naquele país, permaneceram em níveis confortáveis.

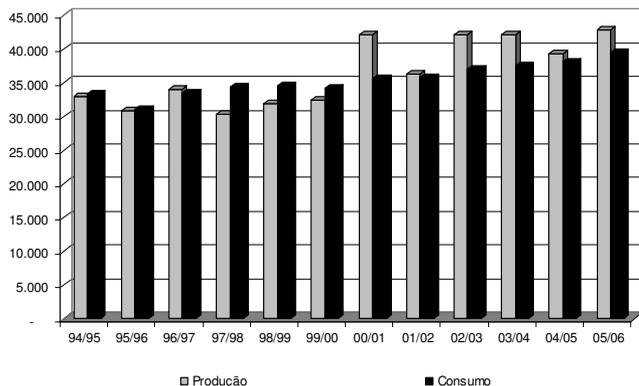
Enquanto isso, nos últimos anos a China praticamente vem consumindo a mesma quantidade produzida, após um importante aumento em seu consumo nos 12 anos considerados. Os gráficos a seguir confirmam esta realidade.



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 2: milho na China entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Já o Brasil, após um período inicial em que o consumo ultrapassou a produção, aumentou consideravelmente esta última nos anos 2000. Estes dois últimos países geralmente deixam pouco estoque de passagem a cada ano, particularmente porque nos últimos tempos consolidaram a posição de exportadores do cereal.



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 3: milho no Brasil entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Vale ainda destacar que o crescimento do consumo de milho nos EUA, no período estudado, foi de 27,1%, tendo sido puxado, nos últimos anos, pela indústria do etanol. Já na China, o consumo do cereal cresceu 37,5% no mesmo período, enquanto no Brasil o mesmo ficou em 9,3%. Nestes dois últimos casos particularmente em função do aumento do consumo animal.

Tabela 2: principais países consumidores de milho - período entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Ano	EUA	China	Brasil	Mundo
1994/95	182.251	100.600	33.331	540.664
1995/96	160.552	106.000	31.115	542.012
1996/97	177.586	111.000	33.421	565.262
1997/98	185.087	113.000	34.396	578.519
1998/99	185.879	115.500	34.480	582.762
1999/00	192.496	117.300	34.257	599.750
2000/01	198.102	120.240	35.583	608.395
2001/02	200.941	123.100	35.714	621.482
2002/03	200.748	125.900	36.982	625.866
2003/04	211.644	128.400	37.539	646.373
2004/05	224.648	131.000	38.170	685.200
2005/06	231.720	137.000	39.427	702.260

Fonte: Instituto IFNP e Safras & Mercado

Em termos mundiais, vale ainda salientar que se projeta um aumento no consumo de milho ao redor de 22% nos próximos anos, particularmente pelo crescimento na demanda do etanol produzido a base do cereal nos EUA.

3. Exportações e Estoques Mundiais

O excedente obtido pelos diferentes países produtores gera exportações e estoques finais de garantia. No caso dos três principais

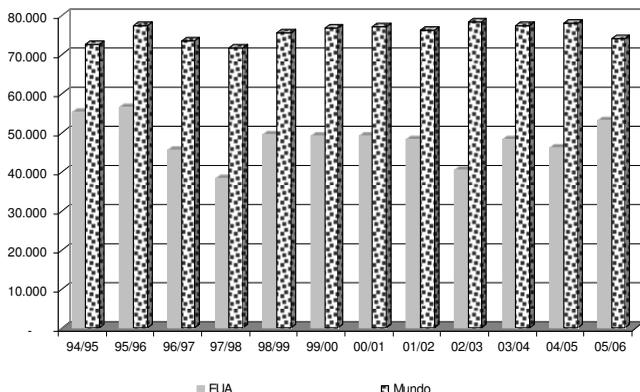
produtores aqui citados, os EUA se consolidaram, no período considerado, como os maiores exportadores mundiais de milho. Todavia, suas exportações têm estagnado e mesmo recuado entre 1994/95 e 2005/06. Assim, de um total exportado de 55,3 milhões de toneladas no início do período estudado, o mesmo cai para 53,3 milhões 12 anos depois, após ter atingido 38,2 milhões em 1997/98. Enquanto a China diminui sua presença como país exportador nos últimos anos, o Brasil passa a ocupar um lugar importante nesta área a partir de 2000/01.

Tabela 3: principais países exportadores de milho - período entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Ano	EUA	China	Brasil	Mundo
1994/95	55.311	1.413	0	72.607
1995/96	56.589	168	218	77.426
1996/97	45.655	3.892	92	73.682
1997/98	38.214	6.173	6	71.738
1998/99	49.532	2.800	8	75.712
1999/00	49.191	9.935	222	76.925
2000/01	49.313	7.276	6.261	77.247
2001/02	48.383	8.611	2.054	76.333
2002/03	40.334	15.244	4.625	78.288
2003/04	48.258	7.553	4.441	77.456
2004/05	46.181	7.589	682	78.180
2005/06	53.342	4.000	1.500	74.138

Fonte: Instituto IFNP

Em relação ao comércio mundial de milho, a participação estadunidense passa de 76,2% em 1994/95 para 71,9% em 2005/06. O total mundial negociado neste período cresce de 72,6 para 74,1 milhões de toneladas. Evidencia-se assim, mesmo com o recuo na sua participação total, uma forte presença dos EUA nesse comércio.



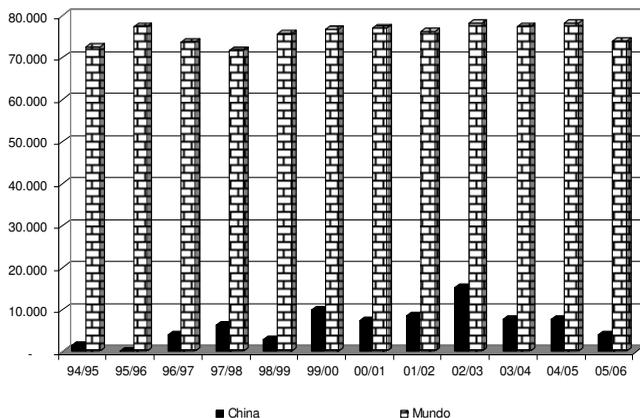
Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP e USDA

Gráfico 4: exportações de milho entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Por sua vez, a China, na medida em que reduz suas vendas externas e aumenta seu consumo interno, tende a se tornar um importador de milho. Na prática, suas vendas externas do cereal oscilaram bastante nos 12 anos estudados. As mesmas, que foram de 1,4 milhão de toneladas em 1994/95, praticamente desapareceram no ano seguinte. Todavia, em 2002/03 atingiram a 15,2 milhões de toneladas. Nos anos seguintes os volumes exportados recuaram bastante. Mesmo assim, em termos pontuais, a participação deste país asiático no mercado mundial do milho passa de 1,9% em 1994/95 para 5,4% em 2005/06, o que indicaria, em condições normais de produção, que não será no imediato que este país se tornará importador do cereal. Mesmo com uma menor participação em relação aos EUA, a presença chinesa no mercado exportador tira espaço do produto norte-americano na região asiática.

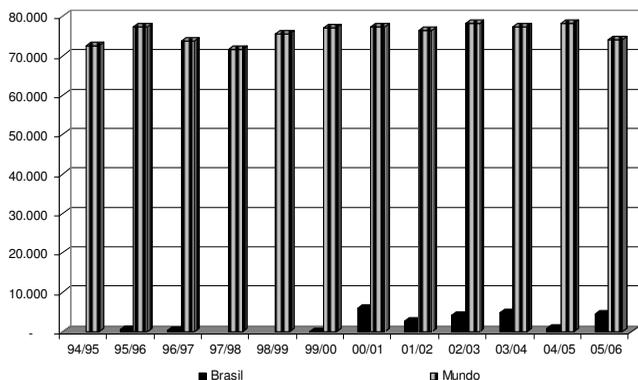
Quanto ao Brasil, sua participação no mercado exportador de milho ocorre a partir de 1999/2000. Até então, o país era essencialmente importador do cereal quando necessário. Isto não impede que haja ainda importações pontuais na atualidade, particularmente procedentes do Paraguai e da Argentina. Assim como no caso chinês, as exportações brasileiras de milho são muito instáveis, tendo passado de 222.000 toneladas em 1999/2000 para 6,3 milhões no ano seguinte, recuando para 682.000 toneladas em 2004/05 e voltando a subir para 1,5 milhão de toneladas em 2005/06. Na prática, os volumes exportados estão

intimamente relacionados ao resultado final da produção já que o consumo tem crescido lentamente no período, acusando inclusive forte instabilidade. A tendência brasileira é de se consolidar como um exportador deste cereal, mesmo diante do crescimento do seu consumo interno graças ao avanço da produção de leite, suínos e aves.



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP e USDA

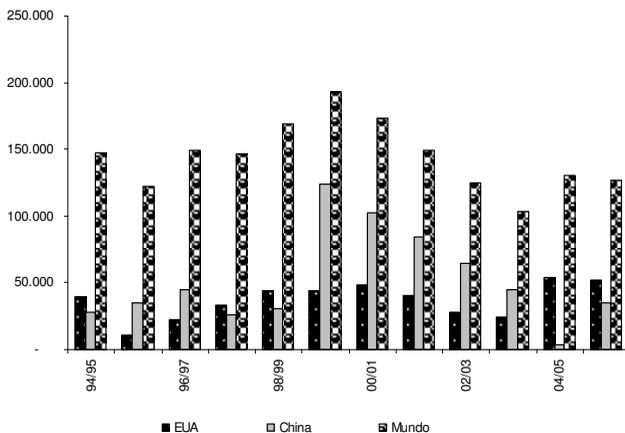
Gráfico 5: exportações de milho entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP e USDA

Gráfico 6: exportações de milho entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Quanto aos estoques finais, percebe-se que os EUA, apesar da constante variação dos mesmos, conseguem manter anualmente um volume importante em reserva. Todavia, a China apresenta um comportamento diferente. Nota-se uma clara diminuição dos seus estoques finais, com o passar dos anos. Assim, conforme o gráfico a seguir, enquanto os estoques finais mundiais chegaram a 173,1 milhões de toneladas em 2000/01, recuando a apenas 103,232 milhões de toneladas quatro anos após, os estoques estadunidenses variaram proporcionalmente mais, fechando 2005/06 em 52,3 milhões de toneladas, após 24,3 milhões dois anos antes. O país que registrou maior diminuição, e de forma constante, foi a China. Entre 1999/00 e 2005/06 o recuo foi de 71,7%.



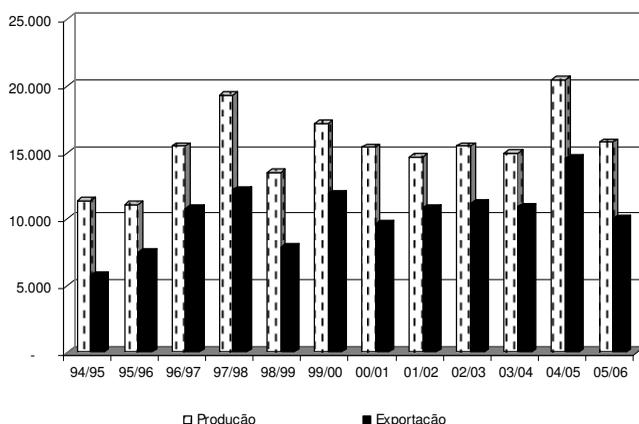
Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 7: estoques finais de milho entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Importante se faz ainda destacar que a União Européia, quando vista como um “país”, chega a uma produção de 48,3 milhões de toneladas em 2005/06. Neste mesmo ano, seu consumo interno ficou em 48,5 milhões de toneladas. Desta forma, a região quase não exporta milho para fora de suas fronteiras. Nos últimos sete anos, o máximo exportado foi de 2,8 milhões de toneladas em 2001/02.

Outros dois países importantes produtores são o México e a Argentina. Em 2005/06 os mesmos atingiram um volume produzido de 19,2

e 14,5 milhões de toneladas respectivamente (a Argentina atingiu 22,5 milhões de toneladas na safra seguinte). Destaca-se que o vizinho país é um importante exportador do cereal, tendo vendido ao exterior, em 2005/06, um total de 8,5 milhões de toneladas, após 11,9 milhões em 1999/2000 e 14,6 milhões em 2004/05. Isso se deve ao fato de que seu consumo interno ainda é bastante reduzido, pois sua produção de aves e suínos é pouco significativa e o gado de leite e corte se desenvolve praticamente em pastagens.



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 8: milho na Argentina entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

4. Aspectos da Produção de Milho no Brasil

Embora o Brasil esteja entre os maiores produtores mundiais de milho, o país ainda não se destaca por seu nível de produtividade. A produção nacional é particularmente voltada para o consumo interno. Em 2005/06 aproximadamente 92% da mesma tinha este destino.

Por outro lado, a produção nacional de milho é bastante concentrada. 94,3% dos produtores de milho são responsáveis por apenas 30% da produção. Estes usam 45,6% da área destinada ao cultivo do cereal no país. Por sua vez, 2,4% dos produtores cultivam 43,9% da área e

produzem 60,1% do milho colhido no Brasil. Além disso, ao redor de 59,8% dos estabelecimentos que produzem milho consomem a produção na propriedade³. Assim, pode-se dividir em dois o destino da produção do milho. Preferencialmente, ele é consumido dentro da propriedade com a função de servir de alimentação animal em sua grande parte. A outra parcela vai para o consumo humano e a transformação nas indústrias de ração, químicas, dentre outras. Em 2005/06, o consumo humano representava apenas 1,8% do consumo total nacional, enquanto o consumo industrial chegava a 10,5% e o animal 86,9%.

O percentual de milho destinado às cooperativas e indústrias fica em 68,8% da produção. Percebe-se que a produção de milho que não se encaminha ao mercado é feita em pequenas áreas para consumo interno na propriedade, fato que representa, em média, 67%. A produção total que é destinada ao mercado é realizada em apenas 5,8% da área cultivada⁴. Normalmente são essas as propriedades que apresentam maior produtividade e tecnologia.

O cultivo do milho exige condições de clima que são fatores determinantes para se ter qualidade de grãos e boa produtividade. Esta cultura exige temperaturas quentes ao dia e amenas durante a noite, necessitando de grande quantidade de água.

Tabela 4: Brasil - principais estados produtores de milho - período entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

	PR	MG	RS	SP	GO	MT	Total Brasil
1994/95	9.180	4.153	6.001	4.125	3.529	1.287	37.442
1995/96	7.915	3.916	3.159	3.475	3.655	1.506	32.405
1996/97	8.165	4.498	4.124	3.781	3.899	1.774	35.716
1997/98	7.404	3.861	4.503	3.943	2.565	1.348	30.188
1998/99	8.461	4.062	3.281	3.811	3.412	1.252	32.393
1999/00	7.038	4.139	3.767	2.909	3.572	1.467	31.640
2000/01	12.375	4.228	6.237	4.207	4.080	1.844	42.290
2001/02	9.363	4.788	3.906	3.942	3.395	2.200	35.267
2002/03	13.657	5.327	5.283	4.553	3.484	3.228	47.411

³ Cf. www.Cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho/importancia.htm, acesso em: 26 set. 2006.

⁴ Cf. site <http://cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho/mercado.htm>, acesso em: 26 set. 2006.

2003/04	11.192	6.000	3.500	4.500	3.372	3.446	42.128
2004/05	8.414	6.172	1.571	3.985	2.815	3.384	35.007
2005/06	11.173	5.281	4.548	4.261	3.089	4.028	42.515
Total do Período	114.336	56.425	49.879	47.490	40.867	26.764	444.402

Fonte: Conab

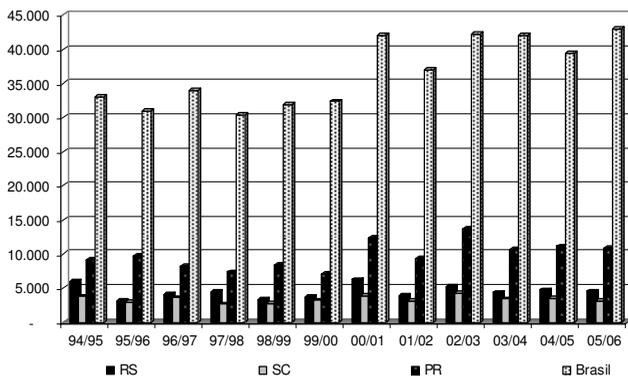
Estas condições são reunidas especialmente no Centro-Sul brasileiro. Assim, os Estados que se destacam na produção do milho são: o Paraná, que no período de 1994/95 a 2005/06, produziu em torno de 114 milhões de toneladas; Minas Gerais, com 56,4 milhões de toneladas; o Rio Grande do Sul, com 49,9 milhões de toneladas; São Paulo, com 47,4 milhões de toneladas; Goiás, com 40,9 milhões de toneladas; e Mato Grosso, com 26,4 milhões de toneladas⁵.

4.1. Desempenho da Região Sul e Centro-Oeste no Período de 1994/95 a 2005/06.

Na Região Sul, o Paraná é o destaque na produção de milho. Na verdade, este Estado é o maior produtor nacional do cereal, com 25% da produção, 80% da mesma destinando-se ao mercado nacional. Em 1996, o Estado já possuía 47,4% da capacidade de moagem instalada para milho no país. Todavia, a produção local tem tendência a certa estagnação, movimento que dependerá de uma tendência que vem se desenhando: expansão de plantio na chamada safrinha e retração na primeira safra⁶. O referido Estado produziu, na safra de 1994/1995, cerca de 9,2 milhões de toneladas, tendo a mesma passado para 10,9 milhões na safra 2005/2006⁷. O segundo produtor regional é o Rio Grande do Sul, seguido de Santa Catarina. A produção de milho da Região Sul, no período de 1994/95 a 2005/06, ficou em torno de 203,8 milhões de toneladas. Este volume representa, aproximadamente, 46,9% do total nacional no período. Em termos anuais a produção da Região Sul passa de 19 milhões de toneladas em 1994/95, para 18,6 milhões em 2005/06.

⁵ Cf. Conab e Instituto IFNP 2002 e 2007.

⁶ Cf. SEAB, 1996.

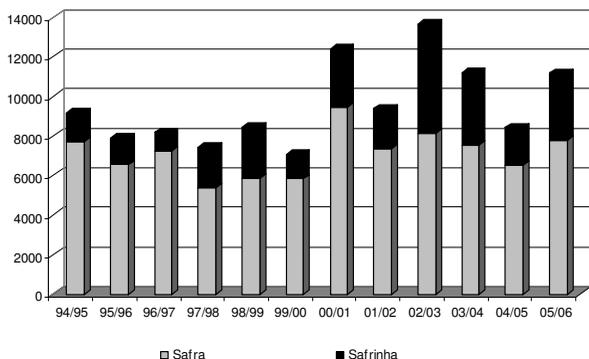


Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 9: produção de milho entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

A maioria das regiões do país consegue desenvolver duas safras de milho no ano (safra e safrinha), havendo algumas áreas que produzem três safras de milho ao ano. No Rio Grande do Sul a prática de duas safras de milho ao ano é irrelevante. Até existem alguns produtores que plantam a semente no outono, mas os índices de produtividade são baixos. No entanto, no Estado do Paraná, a segunda safra de milho foi introduzida em certas áreas com o propósito de oferecer ao agricultor uma opção de cultivo para o período de inverno, além de servir como alternativa de rotação para soja, tornando-se de grande importância. Esta opção acabou por substituir parcialmente o cultivo do trigo, graças ao melhoramento genético, o qual possibilitou o desenvolvimento de grãos que fossem mais resistentes ao clima da região. Isto não foi possível no Rio Grande do Sul, pois as temperaturas no inverno são diferentes, já que o frio chega ao norte do Paraná, geralmente, com menos intensidade. A tal ponto que foi a safrinha que mais se expandiu no Paraná.

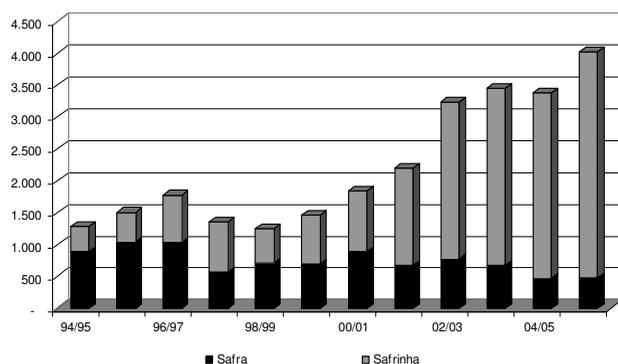
⁷ Cf. Conab e Instituto IFNP 2002 e 2007.



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 10: milho no Paraná entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

Por sua vez, na Região Centro-Oeste o Estado que mais produz milho é Goiás, seguido de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A produção dessa Região somou 90,7 milhões de toneladas entre 1994/95 e 2005/2006.⁸ Isto equivale a aproximadamente 20,4% da produção nacional do período. Nesta Região, os bons resultados da década foram garantidos pela opção do cultivo de milho na safrinha. No Mato Grosso, particularmente, tal produção é significativa, conforme se verifica no gráfico a seguir.



Fonte: CEEMA com base em dados do Instituto IFNP

Gráfico 11: milho no Mato Grosso entre 1994/95 e 2005/06 (em 1.000 toneladas)

⁸ Cf. Conab, FNP 2002 e 2007.

4.2. Comparando a Produção do Cereal no Rio Grande do Sul e Mato Grosso

Na primeira safra o Mato Grosso teve uma produtividade média, no período analisado, de 3.718 quilos/ha. Já na segunda safra a média ficou em 2.622 quilos/ha. Por sua vez, no Rio Grande do Sul, como a safrinha do milho é praticamente inexistente, o que garante seus índices é a produção da primeira safra, cuja produtividade média é de 2.706 quilos/ha conforme dados da Conab.

Tabela 5: produção de milho nos estados do RS e MT nos anos de 1994/95 a 2005/06 (em 1.000 toneladas)

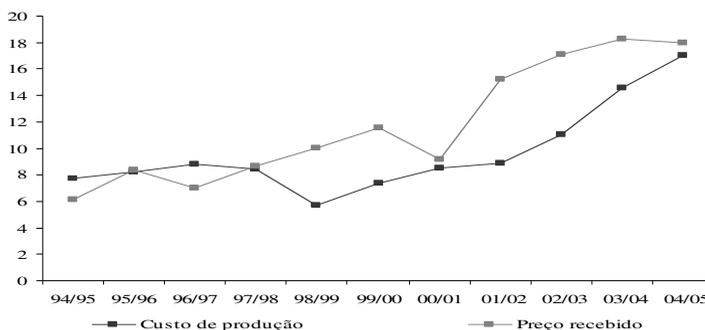
Anos	MT	RS	Brasil
1994/95	1.290	6.001	37.442
1995/96	1.506	3.159	32.405
1996/97	1.779	4.124	35.716
1997/98.	1.348	4.503	30.188
1998/99	1.252	3.281	32.393
1999/00	1.467	3.767	31.641
2000/01	1.844	6.237	42.290
2001/02	2.200	3.906	35.267
2002/03	3.228	5.283	47.411
2003/04	3.446	4.360	42.129
2004/05	3.384	4.760	35.007
2005/06	4.028	4.548	42.515

Fonte: Conab

4.2.1. Custos de produção para o Rio Grande do Sul no período de 1995 a 2005

Quanto aos custos de produção, dados da Fecoagro/RS dão conta que em 1995/96 o Rio Grande do Sul contava com um custo médio de R\$ 8,24/saco. Estes valores são baseados em uma lavoura de 35 hectares, sendo que a partir do ano-safra de 1998/99 a avaliação dos custos passou a considerar a tecnologia de plantio direto. Em 2005 o custo ficou em R\$ 17,04/saco, ou seja, um aumento de 107% desde o início do período em

estudo. Os anos com maior incidência nos custos de produção, no período estudado, são: safra de 2003 com R\$ 11,07 (isso representa um aumento de 25% com relação a safra anterior), safra de 2004 quando o custo por saco ficou em torno de R\$ 14,61, aumentando os custos em 32% e a safra de 2005 quando foi registrado um custo de R\$ 17,04 aumentando 17% de uma safra para outra.



Fonte: CEEMA, com base em dados da Emater/RS e Fecoagro/RS

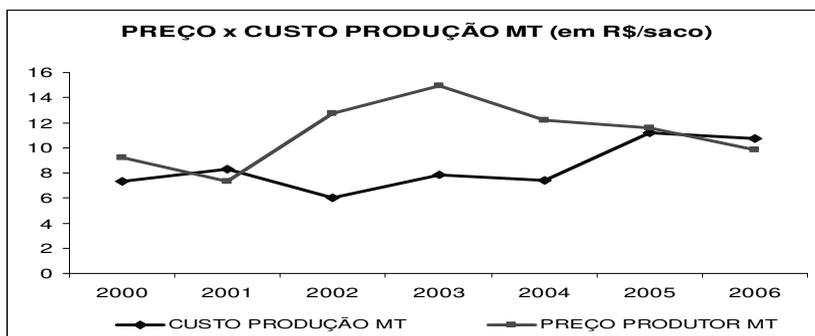
Gráfico 12: custos e preços do milho no Rio Grande do Sul (em R\$/Saco 60 quilos)

A análise comparativa entre os preços médios anuais, pagos ao produtor gaúcho e os custos de produção do Estado, permite concluir que o produtor obteve retorno financeiro com a sua produção. No entanto, houve períodos em que a média dos preços não compensou a média dos custos, caso das safras de 1994/95 a 1997/98. Agora, comparando os preços mínimos pagos pelo governo com os custos, a única safra em que houve aproximação entre os mesmos foi a de 1998/99, quando ocorreu transição na metodologia empregada para estabelecer os custos de produção. Fora esta safra, os preços mínimos ficaram muito longe de compensar o que o produtor do Rio Grande do Sul empregou para a produção do milho.

4.2.2. Custos de Produção para o Estado do Mato Grosso

Quanto ao Estado do Mato Grosso, tem-se uma disposição de dados a partir do ano de 2000, com base em pesquisa realizada nas cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Tomou-se por referência uma produtividade média de 71 sacas por hectare. Em 2000

e 2001 os custos pouco evoluíram, ficando respectivamente em R\$ 7,28 e R\$ 8,29/saca. Nos anos seguintes os mesmos se mantêm nesses níveis, subindo de forma até significativa em 2005 e 2006 quando atingiram R\$ 11,18/saca e R\$ 10,74/saca respectivamente. Por sua vez, os preços médios da saca de milho, paga ao produtor na região pesquisada, entre 2000 a 2005, passaram de R\$ 9,21 a R\$ 11,60/saca, recuando para R\$ 9,83 em 2006. Esse fato demonstra que preços recebidos, salvo anos pontuais, conseguem cobrir os custos totais de produção. Todavia, muitos produtores locais têm custos bem superiores a essa média, com os mesmos não sendo cobertos pelos preços praticados. Esta realidade implica analisar o porquê dos produtores rurais continuarem cultivando milho nestas condições econômicas, fato que será objeto de estudos posteriores e, portanto, não integram o presente artigo.



Fonte: CEEMA, com base em dados da Embrapa Dourados-MS

Gráfico 13: custos e preços do milho no Mato Grosso (entre 2000 e 2006)

4.3. Destino da Produção de Milho no Brasil

A produção de ração no Brasil tem sido alavancada principalmente pelo crescimento da produção de aves e suínos. O país ocupa atualmente a terceira posição mundial entre os principais produtores de ração.

O crescimento da produção animal tem gerado investimentos por parte das indústrias que fornecem apenas a ração ou complementos para a produção da mesma. Estas indústrias estão concentradas principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde também é registrada a maior taxa de consumo, em decorrência da produção de aves e suínos.

Do milho produzido no Brasil, entre 70% a 80% do total se destina às indústrias de ração. Já o consumo humano absorve apenas 1,6% do total produzido. Enfim, o consumo industrial, excetuando o setor de rações animais, manteve um consumo anual ao redor de 4,5 milhões de toneladas em média.

No que diz respeito especificamente ao consumo animal, maior mercado para o milho, o volume total anual no Brasil passou de 27,1 milhões de toneladas em 1994/95 para 35,6 milhões em 2005/06, consolidando um crescimento de 31,2% no período.

O milho destinado à produção animal tem os seguintes destinos atualmente: avicultura consome 54,8%, dividindo-se em 36,9% para aves de corte; 5% para matrizes e 12,9% para aves de postura. No que diz respeito ao consumo junto a aves de corte, o Rio Grande do Sul participa com 15,5%, enquanto o Mato Grosso se situa em apenas 1,8%. Em termos de matrizes avícolas, o Estado gaúcho participa com 16,5%, contra 1,6% do Mato Grosso. Enfim, junto às aves de postura, o consumo do Rio Grande do Sul chega a 5,2%, contra 0,7% por parte do Mato Grosso.

Por outro lado, 36,1% do consumo nacional de milho se destinam à suinocultura, sendo que deste volume o Rio Grande do Sul contribui com 22,3%, contra 3% do Mato Grosso. Neste segmento, o setor de suínos de corte participa com 17,7% do consumo nacional, sendo destes 24,3% pelo Rio Grande do Sul e 2,5% pelo Mato Grosso. Por sua vez, as matrizes consomem 18,4% da produção nacional de milho, com 20,3% através do Estado gaúcho e 3,5% através do Estado do Centro-Oeste.

Enfim, a pecuária bovina participa com 7,2% do total nacional consumido em milho. No conjunto, a pecuária de corte e a confinada consomem 11,4% do milho no Rio Grande do Sul e 2,9% no Mato Grosso. Um setor que vem crescendo significativamente é o de rações para animais de estimação (cães, gatos, peixes, aves ornamentais...). O mesmo consome, no Brasil, 1,9% do milho do país. Desta parcela, o Rio Grande do Sul consome 40,9%, enquanto o Mato Grosso consome 1,2% apenas.

Na soma de todos os segmentos consumidores de milho, o Rio Grande do Sul participa com 19% em nível nacional, contra 2,2% por parte do Mato Grosso. Para se ter uma idéia da importância do cereal na produção animal, a participação do milho no custo da ração para a avicultura chega a 60% enquanto para a suinocultura a mesma sobe para 70%. Para o gado leiteiro ela se situa em 40% do custo total.

**Quadro 1: consumo brasileiro de milho por segmento na safra 2004/05
(em 1.000 toneladas)**

Segmento	Brasil	RS	MT
Aves de Corte	12.948	2.007	233
Aves Matrizes	1.743	288	27
Aves de Postura	4.521	234	30
Suínos Produção	6.212	1.509	156
Suínos Matriz	6.445	1.309	226
Pecuária Leite/Confinamento	2.542	289	74
Outros Animais	660	270	8

Fonte: Safras & Mercado

Em termos de valores, a cadeia brasileira do milho movimentou mais de US\$ 10 bilhões. Pela importância de suas produções pecuárias, particularmente aves, suínos e leite, a Região Sul do Brasil é a maior consumidora de milho, tendo que normalmente importar o cereal de outras regiões do país. Das 8,3 milhões de toneladas que seriam comercializadas entre os Estados brasileiros, no ano 2006/07, esta região importaria 50,6%, sendo 3,0 milhões por Santa Catarina e 1,2 milhão pelo Rio Grande do Sul.

4.4. O Brasil e o Mercado Internacional do Milho

Em 2001, pela primeira vez em sua história, o Brasil participou ativamente do mercado internacional, com um volume de milho exportado de 5,6 milhões de toneladas, o que representou 7,7% do total das exportações deste cereal, ocupando a 4ª posição do ranking mundial.

Nos anos que se seguiram, e até 2005, o Brasil não conseguiu superar este volume, sendo que o segundo ano em que teve os melhores resultados foi 2004 com 5,02 milhões de toneladas. A introdução do milho nacional no mercado mundial deu-se por uma questão de política macroeconômica em consequência das oportunidades oferecidas pelo mercado internacional, e pelo aumento da oferta interna que pressiona os preços para baixo. Até então, por causa da baixa produtividade e diante do alto consumo doméstico, os preços do milho no Brasil eram pouco competitivos comparados com os preços dos demais países exportadores.

Ainda hoje, os principais problemas enfrentados pela cadeia produtiva do milho como a baixa disseminação da tecnologia, a falta de crédito ao setor, obscuridade na formação dos preços, quebra de contratos

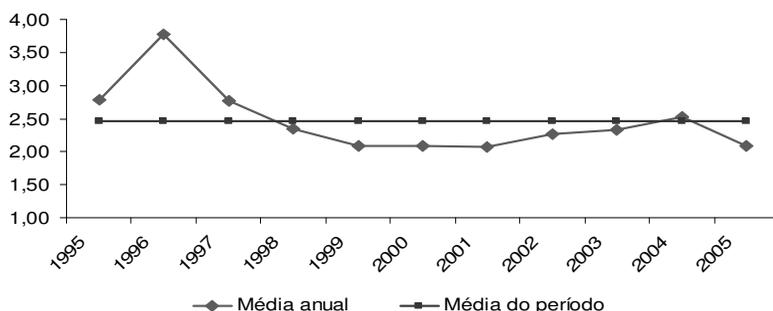
e ausência de estímulo à produção por parte das indústrias que deveriam coordenar esse processo, compromete a própria existência da cadeia e o seu conceito, fazendo com que a produção e o comércio de milho ainda sofra atrasos perante os principais países concorrentes⁹.

Dos países para os quais o Brasil exportou, no período de 2001 a 2005, o principal comprador de milho foi a Coréia do Sul que durante este tempo absorveu em torno de 24% do volume exportado, seguido pelo Irã com 19% e Espanha com 15%. Temos ainda a Coréia do Norte, Portugal, Marrocos, Polônia, Itália e Israel como clientes.

Do volume de milho que o Brasil exporta atualmente, o Estado do Mato Grosso é responsável por cerca de 9% e o Rio Grande do Sul por 7%. O Estado que mais exporta é o Paraná, responsável por 77% das exportações de milho do Brasil.

4.4.1. A evolução dos preços do cereal

Os preços internacionais do milho, tomando como referência a Bolsa de Cereais de Chicago (CBOT), pouco evoluíram no período estudado. As cotações do bushel de milho (25,4 quilos), que estavam em US\$ 2,78 na média de 1995, alcançaram um máximo no ano seguinte, a US\$ 3,77, para depois recuarem e se manterem entre US\$ 2,00 e US\$ 2,50 no restante do período. Em 2005 as mesmas registraram a média de apenas US\$ 2,08, uma das mínimas da década estudada.

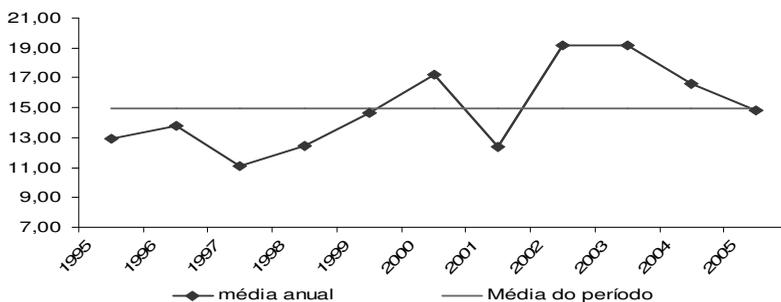


Fonte: CEEMA, com dados da CBOT

Gráfico 14: Cotações do Milho na Bolsa de Chicago 1995-2005 US\$/Bushel

⁹ Cf. Série Agronegócios – A Cadeia Produtiva do Milho, 2007.

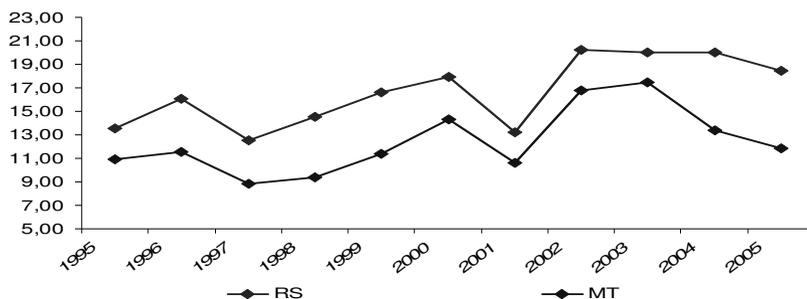
Já no mercado interno brasileiro, que pouca influência sofre das oscilações de preços internacionais, pois o produto apenas recentemente assumiu características de exportação mais constante, os preços tiveram um comportamento mais firme na medida em que o período analisado avançava. Em termos de preços reais (colocando todos os preços em valores de 2005), a média brasileira entre 1995 e 2005 atingiu seu ponto máximo em 2002 e 2003, com respectivamente R\$ 19,17 e R\$ 19,16/saco de 60 quilos ao produtor. O ponto mínimo de preço foi registrado em 1997, com R\$ 11,08/saco. Ou seja, no período estudado, os preços praticados em 2005, em termos reais, estiveram aquém dos obtidos em quatro oportunidades, sendo que o período de melhores preços médios nacionais teria iniciado em 2000, exceção feita ao ano de 2001.



Fonte: CEEMA, com base em dados da FNP, Emater, Safras & Mercado e FGV

Gráfico 15: Brasil: Preço Médio Real do Milho 1995-2005

Especificamente sobre a evolução dos preços do milho nos dois Estados objeto de estudo, verifica-se que o Rio Grande do Sul paga bem melhor do que o Mato Grosso, sendo que nos dois últimos anos analisados (2004 e 2005) a diferença no preço real subiu para R\$ 6,61/saco em favor do Estado gaúcho. Dois principais fatores explicariam tal comportamento: a demanda ser maior no Rio Grande do Sul, com sua produção, restrita apenas à safra de verão, não sendo suficiente para sustentar a procura das indústrias de rações para aves, suínos e gado leiteiro, além de outros animais; e o Mato Grosso exportar boa parte de sua produção, concentrada particularmente na safrinha, com custos de frete significativos, que são retirados do valor a ser pago ao produtor pelo produto.



Fonte: CEEMA, com base em dados da Emater, Safras & Mercado e FGV

Gráfico 16: Preço Médio Real do Milho no RS e MT: 1995-2005 R\$/Saco 60 Quilos

Assim, enquanto os preços reais no Rio Grande do Sul variaram entre um mínimo de R\$ 12,51/saco em 1997 e um máximo de R\$ 20,24/saco em 2002, no Mato Grosso os mesmos oscilaram entre R\$ 8,82/saco em 1997 e R\$ 17,46/saco em 2003. Além disso, em relação a média nacional, os preços do Mato Grosso sempre estiveram mais baixos, sendo o Estado que menor preço real ao produtor registra em todos os anos do período estudado, quando comparado igualmente aos Estados do Paraná, São Paulo e Goiás.

Tabela 6: Preços médios do milho no Brasil: 1995-2005 (em R\$/saco 60 quilos)

Ano	PR	SP	GO	RS	MT	Média
1995	12,33	14,80	13,14	13,56	10,90	12,95
1996	14,42	14,42	12,58	16,08	11,55	13,81
1997	11,27	11,99	10,81	12,51	8,82	11,08
1998	12,61	13,63	12,08	14,53	9,42	12,45
1999	14,82	16,56	13,97	16,59	11,39	14,67
2000	17,27	19,90	16,73	17,91	14,28	17,22
2001	12,50	13,52	11,91	13,25	10,58	12,35
2002	19,29	20,41	19,11	20,24	16,79	19,17
2003	18,40	20,32	19,60	20,02	17,46	19,16
2004	17,43	17,00	15,06	19,98	13,37	16,57

2005	14,87	15,35	13,55	18,49	11,88	14,83
------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

* Preços inflacionados para 2005 conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (FGV).
 Fonte: Agriannual-FNP, Emater, Safras & Mercado

5. Considerações finais

Sabe-se que atualmente o milho é cultivado em praticamente todos os países do mundo. Ao mesmo tempo, seu consumo vem crescendo regularmente, sobretudo em rações animais e, mais recentemente, na fabricação de etanol combustível. Dentre os principais produtores encontramos o Brasil, hoje em terceiro lugar mundial, após EUA e China. Todavia, apesar do crescimento do consumo interno, vale destacar que o Brasil vem se tornando, nos últimos anos, um importante exportador do cereal.

Entretanto, a característica de produção é de a mesma se destinar principalmente para o consumo diretamente nas propriedades rurais, seja como silagem para o gado leiteiro, seja como ração para aves e suínos. Neste último caso, ganha maior espaço o consumo de rações industrializadas, no contexto das produções integradas.

Por outro lado, a cultura do milho, em boa parte do Brasil, ainda é desenvolvida junto a pequenas propriedades rurais. Esta realidade é encontrada especialmente nos Estados do Sul do país, em particular o Rio Grande do Sul. Neste caso, uma atividade voltada especialmente para a silagem. Já os produtores de milho para a comercialização em grão, inclusive a exportação, se caracterizam pela posse de áreas maiores, caso do Mato Grosso, pois necessitam de escala para viabilizar economicamente a atividade. Mesmo assim, na média, a produtividade do milho não é das melhores se comparada aos principais países produtores, caso dos EUA (entre 8.500 e 9.500 quilos/hectare), e alguns membros da União Européia (entre 8.500 e 9.500 quilos por hectare) e da Argentina (entre 6.000 e 7.000 quilos/hectare). Ou seja, existe ainda um potencial de crescimento na produção de milho no Brasil pela melhor utilização da tecnologia e de sementes adaptadas.

O milho caracteriza-se como um produto, cujos preços respondem às condições do mercado interno. Dessa maneira, o produto não

acompanha as variações cambiais. Essa característica, em várias ocasiões, reduziu a rentabilidade financeira da atividade, visto que boa parte dos custos de produção acompanha as oscilações do dólar.

Paralelamente, por ser um mercado atrelado às condições internas de oferta e demanda, a cadeia produtiva do milho acaba por depender das políticas públicas.

Em termos de mercado mundial, nota-se uma tendência ao crescimento do consumo, fato que irá exigir maiores produções mundiais. Neste sentido, o Brasil tem um potencial importante, pois ainda possui área a ser explorada com a atividade, além de clima propício e disponibilidade de água. Esta realidade não é a mesma para a China, por exemplo, já que este país assiste a um esgotamento relativo de sua capacidade produtiva por falta de solos adequados, água em abundância e mesmo clima adequado.

Enfim no contexto do mercado interno brasileiro, o Rio Grande do Sul se encontra em terceiro lugar na produção, enquanto o Mato Grosso fica na sexta posição. O maior produtor continua sendo o Estado do Paraná. A característica da produção gaúcha está no fato de se concentrar na safra de verão, praticamente inexistindo uma safrinha, enquanto no Mato Grosso o grande potencial produtivo surge justamente na safrinha. Neste contexto, como o consumo de milho é bem mais significativo na Região Sul do país e, particularmente, no Rio Grande do Sul, quando comparados com o Centro-Oeste e o Mato Grosso, a produção do Rio Grande do Sul acaba sendo insuficiente para suas necessidades. Isto leva o Estado gaúcho a importar milho anualmente de outras regiões brasileiras, inclusive do Mato Grosso.

Esta relação entre as cadeias produtivas do cereal no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, em função das transformações que o mercado do milho vem sofrendo nos últimos anos, onde a demanda cresce constantemente, indica a necessidade de pesquisas mais aprofundadas nesta direção.

6. Referências

Instituto FNP. **Agrianual – Anuário da Agricultura Brasileira**. 1996 a 2007.

Safras e Mercado – Milho. Ed. Safras. Publicação semanal. De 1999 a 2007.

Agroanalysis – A Revista de Agronegócios da FGV. Fundação Getulio Vargas.

BRUM, A. L, JANK, M. S., LOPES M. **A Competitividade das Cadeias Agroindustriais no Mercosul**, Ed. UNIJUI – Ijuí. 1997, 308 p.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. **Padrões Regionais de Crescimento da Produção de Grãos no Brasil e o Papel da Região Centro-Oeste.** Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2000.

Revista AGROBRASIL 2006 – Ed. Gazeta Santa Cruz Ltda.

RECOMENDAÇÕES técnicas para a cultura do milho no Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre: FEPAGRO; EMATER; FECOAGRO/RS, 1999 (boletim técnico, n.6).

Série Agronegócios: Cadeia Produtiva do Milho, volume 1- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília, 2007.

Anuário Brasileiro do Milho. Editora Gazeta de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2005.

Custo de Produção. Fecoagro- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio grande do Sul. Estudos nº 60, 62, 64. Porto Alegre – RS.

_____ **ATLAS SOCIOECONOMICO RIO GRANDE DO SUL. Milho.** Disponível em www.scp.rs.gov.br/ATLAS/default.asp.

Site

_____ <<http://www.Cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho/importancia.htm>>. Acesso em: 26 set. 2006.

_____ Site: www.abimilho.com.br/ocereal.htm. Acesso em: 26 set. 2006.

www.embrapa.br
www.abimilho.com.br
www.ibge.com.br
www.agrolink.com.br
www.conab.gov.br
www.safras.com.br
www.anpec.org.br
www.fgv.br/
www.ipea.gov.br

Normas para Apresentação de Trabalhos:

- 1.** A revista *Extensão Rural*, publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, publica artigos científicos, revisões bibliográficas, relatos de casos, notas e resumos de teses e dissertações referentes às áreas de desenvolvimento rural e/ou ciências sociais rurais.
- 2.** Os trabalhos devem ser encaminhados no editor de textos Word for Windows, digitados em idioma Português ou Espanhol, devendo ser digitados em folha A4, letra arial tamanho 12, espaço 1,5, não ultrapassando 30 páginas, incluindo tabelas, gráficos, ilustrações e anexos.
- 3.** Os trabalhos devem apresentar o título em idioma Português ou Espanhol e Inglês, e mais três ou quatro termos para indexação (palavras-chave) no idioma original do texto e em Inglês. Devem, ainda, conter um resumo no idioma original do artigo (Português ou Espanhol), com no máximo 200 palavras, devidamente traduzido para o Inglês (abstract).
- 4.** O(s) nomes(s) do(s) autor(es) deverá(ão) ser colocado(s) abaixo do título, à direita, um embaixo do outro, seguido(s) de número(s) para abrir nota(s) de rodapé com a devida especificação (profissão, titulação, endereço para contato e E-mail).
- 5.** As citações dos autores no texto deverão ser feitas com letras minúsculas seguidas do ano de publicação, conforme exemplos: Assim Gonçalves (1993) observou... A média citada por Lunardi e Brum (1992) foi... Presnel et al. (1992) indicaram...
...com uma má formação congênita (Moulton, 1998).
- 6.** Os artigos serão publicados após aprovação pela Comissão Editorial.
- 7.** Os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- 8.** Os trabalhos devem ser enviados por E-mail para o seguinte endereço eletrônico: **revista.ext.rural@smail.ufsm.br**.